

Relatório de Gestão 2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO ACRE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE



Relatório de Gestão do exercício de 2019, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade, como prestação de contas anual a que esta unidade está obrigada nos termos do parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010 (e alterações da IN TCU nº 72/2013), da DN TCU nº 178/2019, da Resolução TCU nº 234/2010 (e alterações da Resolução TCU nº 244/2011) e das orientações do órgão de controle interno.

Rio Branco - Acre
2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

Reitora

Margarida de Aquino Cunha

Vice-Reitor

Josimar Batista Ferreira

Pró-Reitor de Planejamento

Alexandre Ricardo Hid

Pró-Reitor de Administração

Gleyson de Sousa Oliveira

Pró-Reitora de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas

Filomena Maria Oliveira da Cruz

Pró-Reitora de Graduação

Ednaceli Abreu Damasceno

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Margarida Lima Carvalho

Pró-Reitor de Extensão e Cultura

Isaac Dayan Bastos da Silva

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

José Sérgio Lopes Siqueira

Equipe de Elaboração

Pró-Reitoria de Planejamento

Alexandre Ricardo Hid

Gustavo Silva de Farias

Ricardo de Souza Tavares

Max Vitor Kazutoshi Arabori

Thiago Pinheiro Lima

Daniel Cícero Gonçalves Pena

Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Lorena Rodrigues Barbosa

Janice Vasconcelos de Azevedo

Roney da Silva Monteiro

Diretoria de Controle e Gestão Institucional

Edvandro Carlos Reckziegel

Winnie Kerbauy Veloso

Marcos Thomaz da Silva

Diretoria de Orçamento e Custos

Auton Peres de Farias Filho

Marcelo Barbosa Vidal

ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI	Área Básica de Ingresso
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACI	Assessoria de Cooperação Interinstitucional
ADUFAC	Associação dos Docentes da Universidade Federal do Acre
AEC	Assessoria de Eventos e Cerimonial
AGU	Advocacia-Geral da União
Andifes	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
AOCS	Assessoria do Órgão dos Colegiados Superiores
APCN	Apresentação de Novas Propostas de Mestrado e Doutorado Acadêmicos
ASCOM	Assessoria de Comunicação
AUDINT	Auditoria Interna
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCBN	Centro de Ciências Biológicas e da Natureza
CCET	Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas
CCJSA	Centro de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas
CCSD	Centro de Ciências da Saúde e do Desporto
CD	Conselho Diretor
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CEEAC	Centro de Excelência em Energia do Acre
CELA	Centro de Educação, Letras e Artes
CEPEX	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CEUA	Comissão de Ética no Uso de Animais
CFCH	Centro de Filosofia e Ciências Humanas
CGD	Comitê de Governança Digital
CGE	Comitê de Governança Estratégica
CGU	Controladoria-Geral da União
CI	Conceito Institucional
CIPA	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CPL	Comissão Permanente de Licitação
CIS	Comissão Interna de Supervisão
CMULTI	Centro Multidisciplinar
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COGECOM	Colégio de Gestores de Comunicação das Universidades Federais
CONICYT	Comissão Nacional de Ciência e Tecnologia
CONSAD	Conselho de Administração
CONSU	Conselho Universitário
COSMET	Comissão de Segurança e Medicina de Trabalho

ABREVIATURAS E SIGLAS

CPAD	Comissão Permanente de Avaliação de Documentos
CPL	Comissão Permanente de Licitações
CPPAD	Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar
CPPD	Comissão Permanente de Pessoal Docente
CPSIND	Comissão Permanente de Sindicância
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DIADEN	Diretoria de Desenvolvimento de Ensino
DSQV	Diretoria de Saúde e Qualidade de Vida
EC	Emenda Constitucional
EDUFAC	Editora da Ufac
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAPAC	Fundação de Amparo à Pesquisa do Acre
FBB	Fundação Banco do Brasil
FUNDAPE	Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão
IB	Instituto de Biodiversidade
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICT	Iniciação Científica e Tecnológica
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
IGC	Índice Geral de Cursos
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
LAI	Lei de Acesso à Informação
LOA	Lei Orçamentária Anual
MEC	Ministério da Educação
MPU	Ministério Público da União
NACE	Núcleo de Atendimento Complementar e Estágio
NAI	Núcleo de Apoio à Inclusão
NDE	Núcleo Docente Estruturante
NIEAD	Núcleo de Interiorização e Educação à Distância
NTI	Núcleo de Tecnologia da Informação
NUPS	Núcleo de Processo Seletivo
NURCA	Núcleo de Registro e Controle Acadêmico
OCC	Orçamento de Custeio e Capital
PAD	Processo Administrativo Disciplinar
PAEC	Plataforma de Ações de Extensão e Cultura
PARFOR	Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PCTIC	Plano de Contratações de Tecnologia da Informação e Comunicação

ABREVIATURAS E SIGLAS

PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PDTIC	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PEN-SEI	Processo Eletrônico Nacional - Sistema Eletrônico de Informação
PET	Programa de Educação Tutorial
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PIVIC	Programa Institucional de Voluntários em Iniciação Científica
PNAES	Plano Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PRAD	Pró-Reitoria de Administração
PREFCAM	Prefeitura do Campus
PROAES	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
PRODGEP	Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas
PROEMAT	Programa Especial de Formação de Professores de Matemática
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
PROJUR	Procuradoria Jurídica
PROLAB	ProLab
PROLIND	Programa de Formação Superior e Licenciaturas Indígenas
PROPEG	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
PROPLAN	Pró-Reitoria de Planejamento
PZ	Parque Zoobotânico
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEE	Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esportes
SEMA	Secretaria de Meio Ambiente
SEME	Secretaria Municipal de Educação
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISU	Sistema de Seleção Unificada
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UEPMV	Unidade de Ensino e Pesquisa em Medicina Veterinária
UTAL	Unidade de Tecnologia de Alimentos

SUMÁRIO

Capítulo

01

Visão Geral Organizacional
e Ambiente Externo

Capítulo

04

Gestão de
Riscos

Capítulo

07

Informações
Orçamentárias
Financeiras e Contábeis

Capítulo

02

Planejamento Estratégico
e Plano de Desenvolvimento
Institucional

Capítulo

05

Resultados
da Gestão

Capítulo

08

Outras Informações
Relevantes

Capítulo

03

Governança

Capítulo

06

Desempenho
da Gestão

MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO

Este Relatório de Gestão apresenta um panorama no formato Relato Institucional dos resultados das ações da Universidade Federal do Acre no ano de 2019, relacionados com as finalidades institucionais da universidade. O relatório é interessante, pois ao mesmo tempo em que se cumprem exigências legais emanadas dos órgãos de controle da administração pública federal, também, passa-se a disponibilizar para sociedade informações indispensáveis sobre a Instituição.

O ano de 2019 foi muito emblemático para o sistema federal de educação superior, no qual a Ufac está inserida. A questão orçamentária, por um lado, e a apresentação do Future-se, por outro, praticamente monopolizaram as discussões no interior das universidades. No entanto, esse sistema já adquiriu uma dinâmica que, no geral, vem mostrando algum grau de resiliência, em face de muitas dimensões, às adversidades que vêm se avolumando em âmbito nacional, seja na esfera da política, seja no que diz respeito aos limites econômico-financeiros.

Dentro desse contexto, seguimos cumprindo nosso papel de administrar em absoluta sintonia com os princípios da administração pública federal, assim como procurando adotar medidas necessárias ao enfrentamento das restrições orçamentárias, evitando, dessa forma, colocar em risco o funcionamento da universidade, tão necessário ao desenvolvimento do nosso estado.

Seguindo essa orientação geral, buscamos sempre construir e desenvolver as políticas dentro da instituição, em consonância com o princípio da democracia, ouvindo todas as instâncias e interlocutores possíveis, em cada passo que demos. Entendemos que esta é uma questão que deve ser mantida e garantida no interior da instituição e estendida à comunidade externa, visto que cada vez mais as universidades estão tendo seus orçamentos impactados negativamente, o que vem, muitas vezes provocando danos à imagem institucional das universidades públicas brasileiras, com o intuito de enfraquecê-las progressivamente.

O relatório segue uma estrutura determinada pelo Tribunal de Contas da União, proporcionando uma visão integrada de todas as informações, as quais são apresentadas de modo sintético e objetivo e de forma hierarquizadas conforme a relevância estratégica.

Na dimensão relacionada com a integração com a sociedade, vale observar que a Ufac conseguiu junto à bancada federal a inserção da continuidade no PPA 2020-2023 da iniciativa para implantação do Hospital Universitário, e ainda contribuiu com emendas no sentido da instituição poder desenvolver algumas atividades com recursos adicionais ao orçamento ordinário. Ressaltamos essa dimensão, para demonstrar o esforço que sempre é realizado no sentido de aperfeiçoar e aprofundar a relação da universidade com a comunidade externa de forma ampliada, a exemplo dos contatos que se estabelecem com os parlamentares. Embora os resultados nesse campo, muitas vezes sejam condicionados aos aspectos conjunturais,

entendemos que todas as sinalizações positivas de deputados e senadores são fundamentais para o desenvolvimento da universidade.

Na esfera dos resultados acadêmicos (graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão), considerados como aqueles que definem a razão de existência das universidades, a Ufac manteve a evolução do desempenho dos anos imediatamente precedentes. Esse aspecto é importante por vários motivos, mas, principalmente por mostrar que a universidade continua cumprindo com sua missão de formar cidadãos, produzir conhecimentos e interagir continuamente com a sociedade, assegurando com isso, novas oportunidades para dezenas de profissionais, possibilitando que a sociedade seja melhor atendida em suas demandas por bens e serviços, tanto públicos quanto privados.

Concluimos esta mensagem mencionando os resultados da política estudantil que é uma das grandes ações da universidade, que recebe anualmente um percentual aproximado de 60% de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica dentre os ingressantes. Para nós é gratificante constatar que a Ufac vem garantindo bolsas e auxílios, bem como a oferta alimentícia no restaurante universitário, todas essas ações são necessárias à permanência dos discentes, evitando, assim, o aumento de evasão e desistência, fatos tão indesejáveis para a instituição.

Este relatório de 2019, pelos resultados que estão registrados, mostra a importância da Ufac para a sociedade acreana, situação que demonstra a necessidade de se fortalecer essa universidade pública, a única do estado a atender gratuitamente todos aqueles que ingressam em seus cursos de graduação e pós-graduação.

Capítulo 01

Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

A Universidade Federal do Acre é uma instituição pública e gratuita mantida pela Fundação Universidade Federal do Acre, criada pelo Decreto nº 74.706, de 17 de outubro de 1974, nos termos da Lei nº 6.025, de 5 de abril de 1974, voltada a desenvolver, de forma indissociável, o ensino, a pesquisa e a extensão.

O artigo 4º do Estatuto da Ufac estabelece que as finalidades da Instituição são a produção e a difusão de conhecimento, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento da sociedade acreana, melhora das condições de vida, bem como a formação de uma consciência crítica, objetivando:

- I. Possibilitar os fundamentos para a formação de profissionais nas diferentes áreas de conhecimento, propiciando-lhes elementos para a formação de uma capacidade crítica e condições para contribuir com o desenvolvimento socioeconômico e cultural;
- II. Estimular o espírito científico e o pensamento reflexivo, motivando o trabalho de pesquisa e investigação do saber, desenvolvendo o entendimento do homem e do meio em que vive;
- III. Realizar pesquisas e estimular atividades voltadas ao conhecimento científico e cultural da realidade, dentro da universalidade do saber, respeitando as especificidades socioculturais dos povos;
- IV. Estender ao interior do Estado sua atuação para promover a difusão das conquistas e benefícios resultantes da produção do conhecimento;
- V. Socializar e difundir conhecimentos;
- VI. Articular-se, de forma efetiva, com o sistema de ensino básico, objetivando, continuamente e de maneira recíproca, a qualidade do ensino.

Construídos de forma participativa pela comunidade acadêmica, com contribuições da sociedade civil organizada, e validadas pelas lideranças quando da elaboração do documento Planejamento e Gestão Estratégica 2014-2023, os referenciais estratégicos foram definidos com base no autoconhecimento e na análise dos fatores internos e externos capazes de influenciar o desempenho da instituição, sendo eles:

I. Missão

Produzir, sistematizar e difundir conhecimentos, com base na integração ensino, pesquisa e extensão, para formar cidadãos críticos e atuantes no desenvolvimento da sociedade.

A missão exerce a função orientadora e delimitadora da ação organizacional, definida num período de tempo em que são comunicados os valores, crenças, expectativas, conceitos e

recursos. Verifica-se que a missão é a determinação do motivo central do planejamento, da sua razão de ser. Corresponde a um horizonte dentro do qual a instituição atua ou poderá atuar.

II. Visão de Futuro

Ser referência internacional na produção, articulação e socialização dos saberes amazônicos.

A visão de futuro transmite a essência da instituição no que diz respeito a seus propósitos para o futuro. É expressa de forma sucinta e inspiradora, pois deve sensibilizar as pessoas que atuam na instituição, assegurando a sua mobilização e o seu alinhamento aos temas estratégicos. Institucionalmente, a visão representa o que a Universidade deseja se tornar, como a comunidade a vê no futuro.

III. Valores

Inovação; Compromisso; Respeito à Natureza; Respeito ao Ser Humano; Efetividade; Pluralidade; e Cooperação.

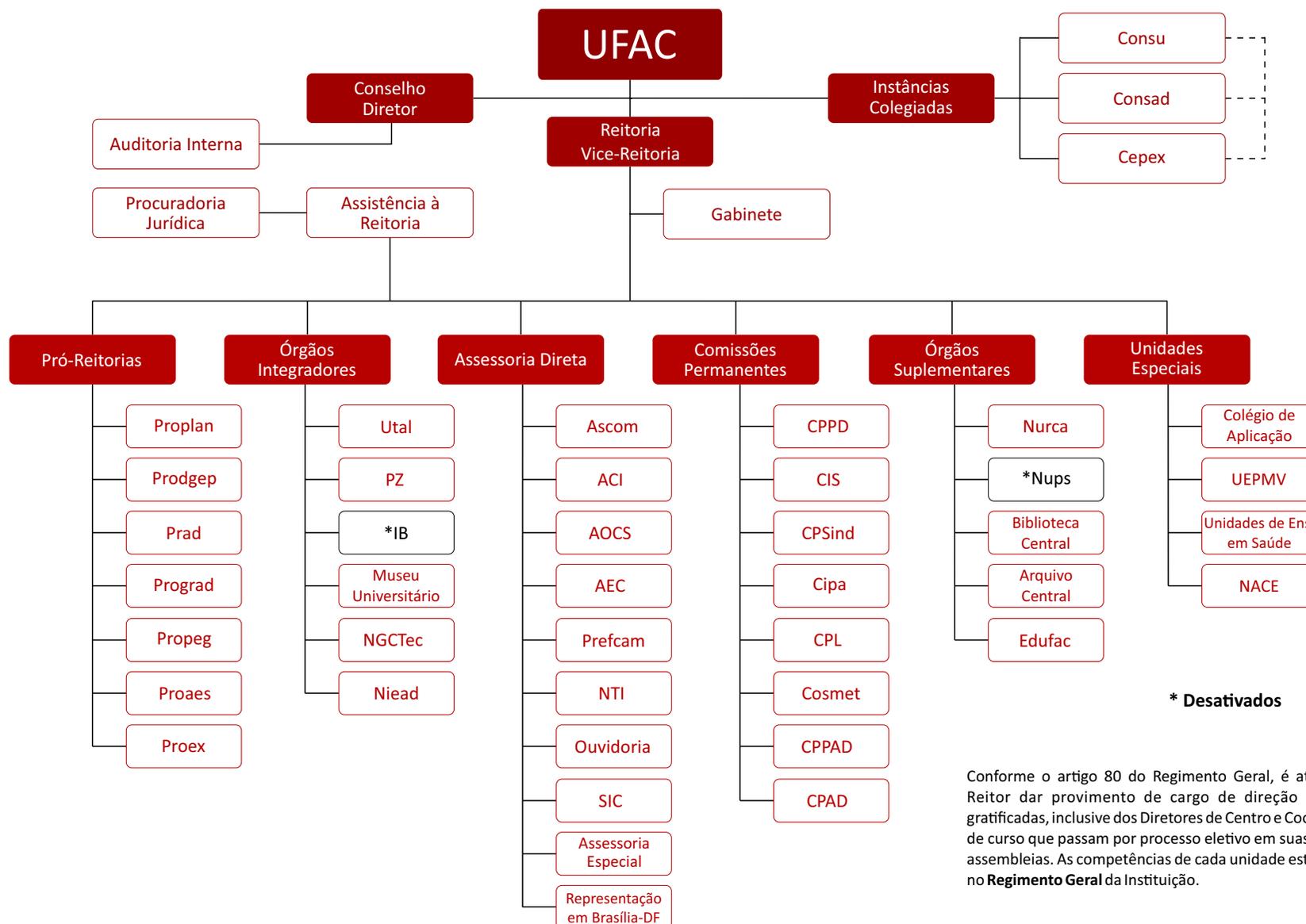
Os valores traduzem as crenças difundidas na Instituição, regem as relações sociais que transformam em realidade concreta o pensamento estratégico e promovem a reflexão que orienta a atitude dos servidores, influenciando seu comportamento no dia a dia.

VALOR PÚBLICO

Na condição de única universidade pública do estado, considerando seus referenciais estratégicos, a Ufac alicerça seu valor público, no atendimento às necessidades da sociedade e as demandas da região, por meio da (o):

- I. Formação e qualificação de profissionais com a oferta de cursos de graduação e pós-graduação em diversas áreas;
- II. Capacitação de profissionais proporcionada pela oferta de cursos de especialização em diversas áreas;
- III. Qualificação e capacitação de seu quadro de servidores;
- IV. Desenvolvimento de estudos e pesquisas;
- V. Realização de projetos de extensão;
- VI. Prestação de serviços especializados.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



MODELO DE NEGÓCIOS

NOSSOS CAPITAIS

HUMANO

DISCENTES GRADUAÇÃO*	DISCENTES PÓS-GRADUAÇÃO	TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS	DOCENTES MS	DOCENTES EBTT
8.892	1.276	719	717	38

INFRAESTRUTURA

ÁREA DE PROPRIEDADE TERRITORIAL (ha)	BIBLIOTECAS	
3.415,70	08	
NÚCLEOS	FAZENDAS	CAMPI
04	02	03

FINANCEIRO

ORÇAMENTO (LOA) (R\$)	ORÇAMENTO DE CUSTEIO E CAPITAL (OCC) (R\$)
340.334.723,00	66.604.034,00
PESSOAL E ENCARGOS (R\$)	EMENDAS DE BANCADA (R\$)
273.730.689,00	-
EMENDAS INDIVIDUAIS (R\$)	
3.550.387,00	

NOSSOS PROCESSOS

ESTRATÉGIA



RESULTADOS EM 2019

CURSOS DE GRADUAÇÃO	CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	
52	45	
ÍNDICE GERAL DE CURSOS (IGC)	CONCEITO INSTITUCIONAL (CI)	TAXA DE SUCESSO NA GRADUAÇÃO (TSG)
03	04	34%
CONCEITO CAPES PÓS-GRADUAÇÃO	BOLSAS E AUXÍLIOS (Recurso Interno)	QUADRO DE SERVIDORES ADMITIDOS
04	6.120	138
AÇÕES DE EXTENSÃO	COOPERAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS	
326	51	
AMBIENTE DE ALTA DISPONIBILIDADE (Data Center Implantado)	REFEIÇÕES SERVIDAS NO RU	
1	624.987	
CONCLUINTE DE GRADUAÇÃO	CONCLUINTE DE PÓS-GRADUAÇÃO	
1.226	277	

GERAM

PESSOAL QUALIFICADO ✓	MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO E ESTUDO ✓	INSERÇÃO DE PROFISSIONAIS NO MERCADO ✓
FORTALECIMENTO DA PESQUISA ✓	SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA ✓	DESENVOLVIMENTO SOCIAL ✓
MELHORIA DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TIC ✓	QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DO CORPO DE SERVIDORES ✓	
SERVIÇOS TERCEIRIZADOS ✓		

AMBIENTE EXTERNO

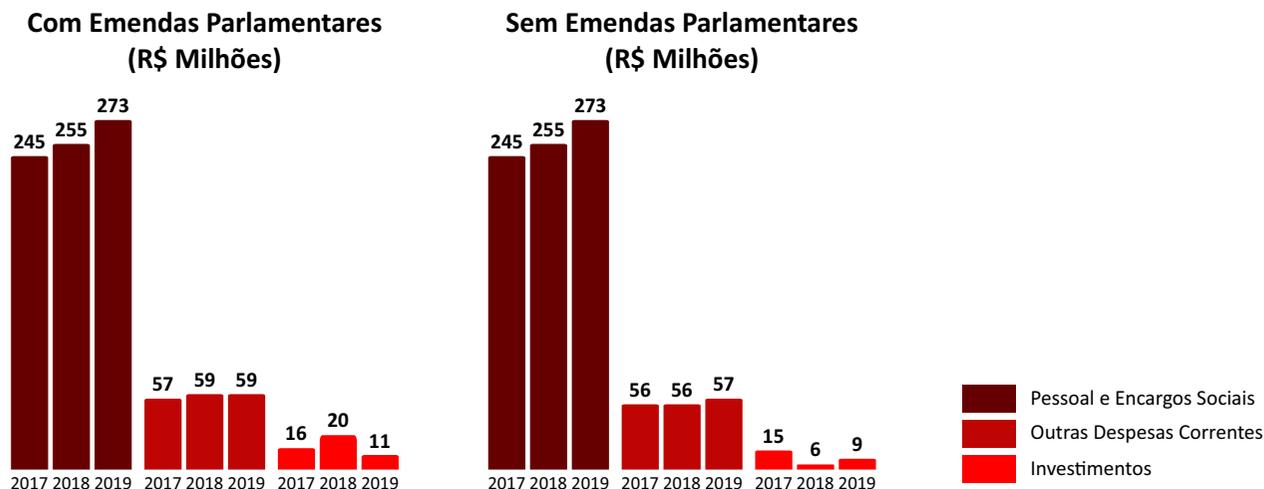
O ambiente externo à Universidade foi marcado por mudanças políticas e uma ligeira recuperação econômica. Apesar de a arrecadação do governo federal ter sido de R\$ 1,537 trilhões, alta real de 1,69% em relação ao ano anterior, houve alguns contingenciamentos devido a vigência da Lei do Teto de Gastos (EC 95/2016), que limita o desembolso do governo pelo valor gasto no anterior acrescido da inflação do mesmo ano.

Os contingenciamentos de recursos foram recorrentes durante o ano para vários setores do governo, inclusive para as IFES, o que trouxe restrições às ações planejadas pela Universidade em alguns momentos, especialmente por haver grande parte do orçamento que é composto pelas chamadas despesas obrigatórias.

Há um desembolso crescente com as despesas com servidores ativos e inativos, uma vez que os gastos com pessoal se eleva em níveis maiores que a inflação, dada as progressões, aposentadorias e reposições de servidores assegurados em Lei. Somado a isto, está em vigência o limite de aumento de gastos públicos, consequentemente, reduzindo os recursos destinados para custeio e investimentos. No entanto a Instituição geriu o orçamento de forma que as alocações de recursos feitas não comprometeram, especialmente, às ações de ensino, pesquisa e extensão.

Outro ponto que gerou incerteza nas ações planejadas pela instituição, foi a mudança na política do MEC com a apresentação do programa FUTURE-SE, especialmente no ponto que trata do financiamento do MEC em relação ao funcionamento da Universidade.

MATRIZ OCC



Fonte: LOA.

	Oportunidades	Ameaças
Ambiente Externo	<ul style="list-style-type: none"> - Localização da Ufac em região de fronteira e na amazônia ocidental; - Inexistência de outras universidades públicas no estado; - Iniciativa para implantação do Hospital Universitário prevista no PPA 2020-2023; - Novo Marco da Ciência e Tecnologia; - Desenvolvimento de produtos e reconhecimento de patentes; - Parcerias com o Centro de Excelência em Energia do Acre (CEEAC); - Implantação do Parque Tecnológico em parceria com o governo do estado, instituições de pesquisa, empresas e sociedade civil. 	<ul style="list-style-type: none"> - Vigor da Emenda Constitucional (EC Nº 95); - Restrições orçamentárias ao longo do ano; - Supressão de recursos de capital do orçamento da Ufac; - Redução de bolsas de mestrados, doutorados e iniciação científica; - Deterioração das universidades públicas perante à sociedade; - Descontinuidade de programas federais que fortaleçam a formação de professores (PIBID, Residência pedagógica, PARFOR); - Extinção/suspensão de cargos do quadro de referência dos servidores técnico-administrativos.

Fonte: PDI 2020-2024.

MATERIALIDADE

A materialidade é o conjunto de temas não financeiros importantes para a sustentabilidade da Instituição. Os temas foram definidos de acordo com a observação do corpo técnico da universidade, dada a pertinência dos mesmos às paisagens de curto, médio e longo prazos vislumbradas no momento de sua elaboração, aos instrumentos de planejamento em vigor e aprovados para os próximos anos: o Planejamento Estratégico (2014-2023), PDI (2015-2019 e 2020-2024) e PPA (2016-2019 e 2020-2023), e aos seus deveres elucidados por todo o ordenamento jurídico.

Produção de
Conhecimento

Difusão de
Conhecimento

Assistência à Comunidade
Interna e Externa

Gestão
Participativa

Desenvolvimento
Social e Regional

Meio
Ambiente

Inserção
Global

Inserção
Regional

Imagem e Diálogo
Institucional

Cultura
Organizacional

Parcerias
Estratégicas

Ações
Inclusivas

Mercado de
Trabalho

Ordenamento
Jurídico

Capítulo 02

Planejamento Estratégico e Plano de Desenvolvimento Institucional

CICLO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Elaborado para um horizonte de dez anos, o documento institucional Planejamento e Gestão Estratégica 2014-2023 é um importante instrumento norteador da gestão da universidade, com o objetivo de consolidar a situação futura desejada pela instituição. Ao se implementar tal mecanismo de planejamento, se traz maior direção e eficiência ao processo decisório, aumentando as possibilidades de realização dos objetivos e das metas estabelecidas. Embora esteja projetado para o horizonte de dez anos, as ações se estendem para o horizonte de vinte anos, por meio do Projeto Estratégico Ufac20.

Há dezenove objetivos no Planejamento Estratégico, os quais levam em conta as perspectivas da sociedade, processos, pessoas e infraestrutura, e orçamento, com formulação orientada para visão de futuro, missão e com base nos valores da instituição. O Planejamento Estratégico orienta também o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), documento que traz as metas e ações da universidade para o período de 2020 a 2024.

Para aprimorar a gestão do processo, a Pró-Reitoria de Planejamento desenvolveu uma plataforma MONITORA responsável pelo monitoramento e avaliação das ações e metas, vinculadas aos objetivos estratégicos, contidas no PDI, conforme extração de tela mostrado ao lado. O acompanhamento da execução é feito pela Proplan, que estabelece um cronograma semestral de reuniões de avaliação com os diversos setores, tendo como foco os resultados anuais a serem atingidos. Os setores devem apresentar o andamento das suas metas e ações, os resultados alcançados e a avaliação de desempenho, relatando os principais avanços e dificuldades, tendo como base as informações/dados coletados durante o monitoramento das ações. De acordo com o desempenho do período, são apresentados os resultados e elaborados planos de ação a partir dos avanços e das fragilidades identificadas, a fim de manter ou elevar o padrão do que foi apresentado.

Unidade: PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

Home / Lançamentos

Lançamentos Solicitação Financeira

Meta 1 - Aumentar a TSG para 50%, elevando o IGC para 4 -

Ação 1.11 - Oferta de "cursos de aperfeiçoamento" aos alunos ingressantes dos cursos de graduação - +

Ação 1.4 - Ampliação e atualização do acervo bibliográfico dos cursos de graduação, tendo como referênci

Ação 1.5 - Ampliação e fortalecimento dos programas de apoio à formação acadêmica dos estudantes de Programa de Educação Tutorial (PET)) - +

Fonte: Proplan.

Metas Estratégicas	2020	2021	2022	2023	2024
Meta 1 - Elevar a TSG para 50%, passando o IGC para 4	37%	41%	44%	47%	50%

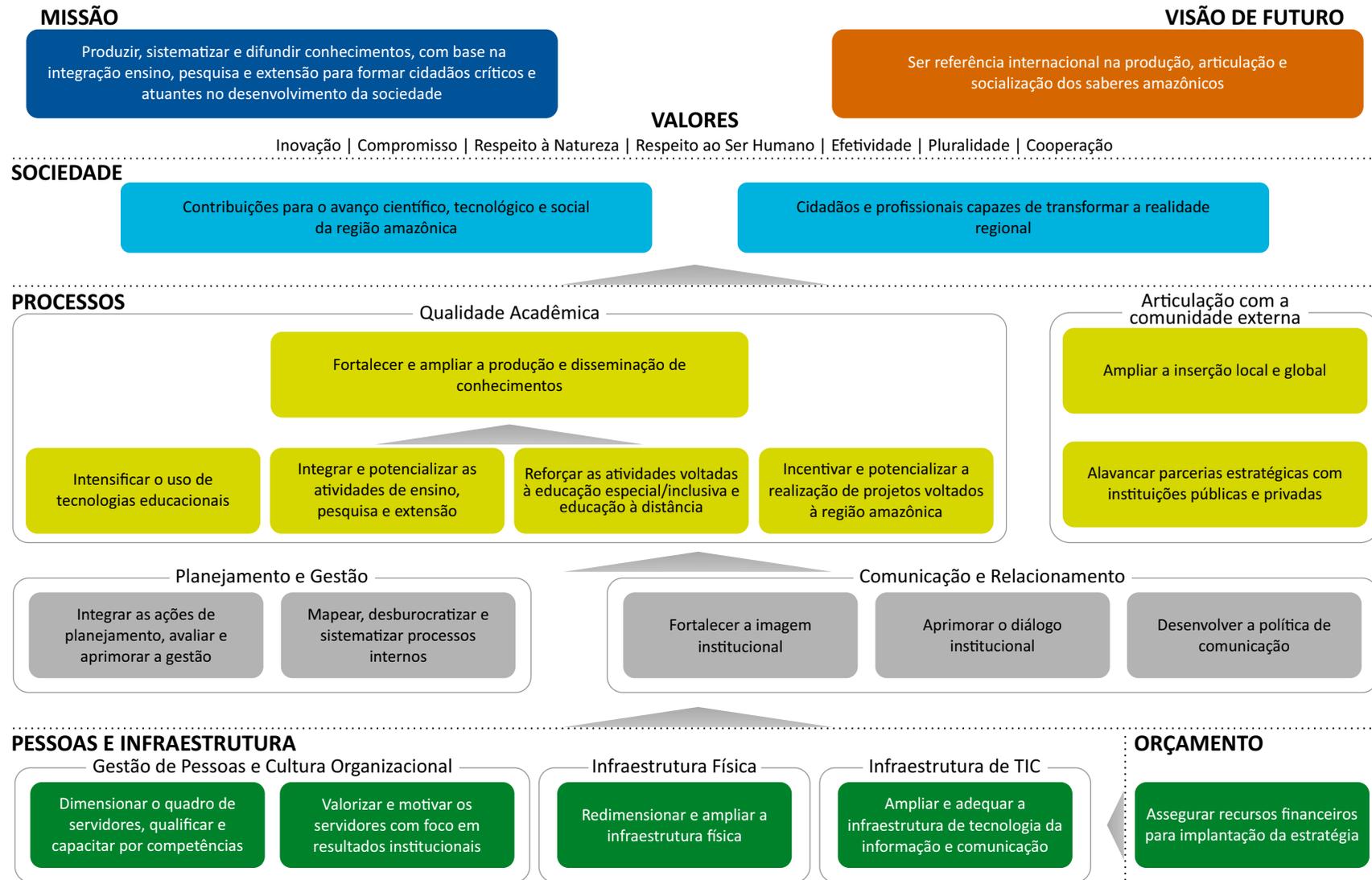
Ação 1.1 - Atualização e reformulação dos projetos pedagógicos curriculares dos cursos de graduação

Ação 1.2 - Implementação da curricularização da extensão nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação

Ação 1.3 - Ampliação das políticas institucionais destinadas a elevar gradualmente a taxa de conclusão nos cursos de graduação presenciais

Fonte: PDI 2020-2024

MAPA ESTRATÉGICO



PROJETOS ESTRATÉGICOS

Previsto no Planejamento Estratégico Ufac 2014-2023, os 13 projetos estratégicos definidos de forma participativa, a partir das necessidades e demandas dos atores da instituição, têm o papel de materializar a estratégia organizacional e visam atender aos objetivos estratégicos.

1. UFAC 20

Incorporado em 2019, visa formar massa crítica para atuar como protagonista em projetos que no horizonte de 20 anos fortaleçam a imagem da Ufac como indutora do desenvolvimento e transformadora da realidade local e regional das populações, com melhorias das condições de renda e qualidade de vida. Para tanto, deve ampliar sua presença de ensino, pesquisa e extensão no Estado e respectivas condições de infraestrutura.

2. COMPLEXO MULTIUSUÁRIO DE PESQUISA (COMPE)

Potencializar a área de pesquisa e pós-graduação, ampliando e modernizando a infraestrutura de laboratórios, administrando por meio do regime multiusuário e servindo à comunidade universitária e pesquisadores de outras instituições afins.

3. LABORATÓRIO DE TECNOLOGIA ASSISTIVA

Melhorar as condições de acesso e permanência dos acadêmicos com deficiência, as condições de trabalho dos servidores com deficiência e possibilitar o desenvolvimento de pesquisas, fortalecendo as ações de inclusão e acessibilidade na Ufac e em outras instituições da região.

4. AMBIENTE DE ALTA DISPONIBILIDADE

Melhorar a qualidade dos serviços de TIC e segurança de informação, com aquisição de equipamentos, estruturação de redes e fibras óticas, implantação de sala cofre e replicação de *data center*, virtualização, capacitação/qualificação de recursos humanos e adequação de instalações físicas.

5. UFAC DIGITAL

Dar mais transparência e eficiência aos processos institucionais, dar publicidade aos dados gerados, conscientizar a sociedade quanto às atividades realizadas dentro da instituição e dar mais

controle aos gestores permitindo um melhor investimento das verbas públicas.

6. GESTÃO POR COMPETÊNCIA

Aperfeiçoar as atividades desempenhadas pelos servidores, a fim de que sejam alcançados os resultados propostos, formando uma base de sustentação técnica para as políticas e ações de gestão de pessoas.

7. UFAC NO AR

Desenvolver a política de comunicação, aprimorando o diálogo institucional e fortalecendo a imagem da instituição.

8. UFAC E COMUNIDADE

Integrar diversos setores responsáveis pela produção de saberes, articular ações em parcerias com outras instituições e facilitar o acesso da comunidade aos saberes produzidos pela Instituição.

9. ESCRITÓRIO DE PROJETOS E PROCESSOS

Implementar a gestão estratégica, promovendo a sinergia entre a gestão de projetos e processos de forma a garantir sucesso na sua execução, monitorar impactos, otimizar recursos e desenvolver visão integrada.

10. OBSERVATÓRIO DISCENTE

Acompanhar os estudantes de graduação e os egressos, identificando o perfil dos estudantes, os índices de evasão e retenção, o monitoramento das disciplinas, entre outros.

11. GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

Adotar práticas de sustentabilidade e de uso racional dos recursos ambientais que contribuam para a redução de custos e mitigação de impactos ambientais.

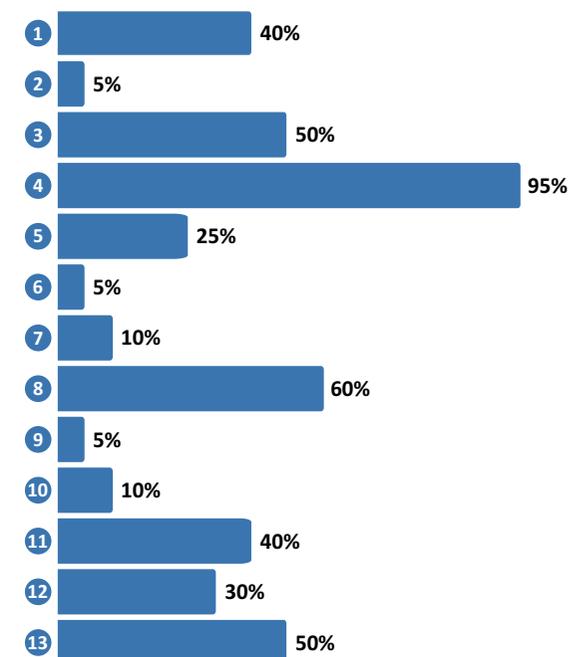
12. REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE LABORATÓRIOS

Proporcionar à comunidade universitária laboratórios adequados às suas atividades, visto que esses espaços são fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa, ensino e extensão.

13. PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DA DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA

Potencializar as competências docentes, objetivando qualificar os processos formativos e minimizar os fatores pedagógicos que podem ocasionar evasão e retenção.

PROGRESSO DOS PROJETOS (%)



CADEIA DE VALOR INTEGRADA

Desenhada a partir do Planejamento e Gestão Estratégica 2014-2023 e do Regimento Geral da Universidade, representa o conjunto de macroprocessos que entrega valor final às partes interessadas da universidade, sendo um importante instrumento de apoio à tomada de decisões. É composto por 8 (oito) cadeias de valor, sendo 2 (duas) finalísticas, 2 (duas) estratégicas e 4 (quatro) de apoio. A CVI apresenta os principais macroprocessos (o que se faz), vincula as unidades responsáveis (quem faz o quê) e apresenta os principais valores gerados para a sociedade (quais são os resultados).

Os macroprocessos finalísticos estão associados às atividades-fim da instituição, pois agregam valor diretamente para os beneficiários do ensino, da pesquisa e extensão. Os macroprocessos estratégicos direcionam o desenvolvimento da instituição por meio de planejamento e controle. Os macroprocessos de apoio sustentam as atividades de apoio, oferecendo recursos tais como informação, comunicação, tecnologia, recursos humanos, infraestrutura, bens e contratos e outras funções.

CADEIA DE VALOR INTEGRADA		
Cadeia de Valor Finalística	Unidades que Atuam na Cadeia de Valor	Valor Gerado
Qualidade Acadêmica	PROGRAD, PROPEG, PROEX, PROAES, Centros Acadêmicos, Coordenações de Curso, Biblioteca Central, Cap, NACE, PZ, UTAL, NIEAD, Museu Universitário, Arquivo Central, EDUFAC e Nurca	Formação profissional e produção do conhecimento
Articulação com a Comunidade Externa	REITORIA, ACI, PROPLAN, PROGRAD, PROPEG e PROEX	Desenvolvimento social
Cadeia de Valor Estratégica	Unidades que Atuam na Cadeia de Valor	Valor Gerado
Planejamento e Gestão	CONSU, Conselho Diretor, Reitoria, PROPLAN, PROGRAD, PROPEG, PROEX, PROAES, PRAD, PRODGEP, PROJUR e AUDINT	Desenvolvimento institucional, modernização administrativa, legalidade e eficiência
Comunicação e Relacionamento	ASCOM, ACI, Ouvidoria, SIC, NTI e Arquivo Central	Transparência, política de comunicação, consolidação da imagem institucional e segurança da informação
Cadeia de Valor de Apoio	Unidades que Atuam na Cadeia de Valor	Valor Gerado
Gestão de Pessoas e Cultura Organizacional	Reitoria, PRODGEP e PROPLAN	Servidores qualificados e capacitados
Infraestrutura Física	PREFCAM, PRAD, PROPLAN, CPL e PROJUR	Ampliação e valorização patrimonial e condições de funcionalidade e acessibilidade
Infraestrutura de TIC	NTI e PREFCAM	Melhoria da qualidade dos serviços de TIC
Orçamento	Reitoria, PROPLAN e PRAD	Sustentabilidade financeira

Capítulo 03

Governança

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

A Governança da Universidade Federal do Acre é exercida por meio de Instâncias Colegiadas como órgãos normativos, deliberativos e consultivos, e da Reitoria, das Pró-Reitorias e dos Centros Acadêmicos como órgãos executivos.

INSTÂNCIAS COLEGIADAS

- I. Conselho Universitário (CONSU);
- II. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX);
- III. Conselho de Administração (CONSAD);
- IV. Conselho Diretor;
- V. Colégio Eleitoral Especial;
- VI. Assembleias de Centro;
- VII. Colegiados de Curso;
- VIII. Conselhos Curadores e Técnico-Científicos;
- IX. Conselhos Gestores e Conselho-Escolar.

No âmbito do Órgão dos Colegiados Superiores reúnem-se o Colégio Eleitoral Especial (junção do Conselho Universitário e do Conselho Diretor), Conselho Diretor, Conselho Universitário, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e o Conselho de Administração.

CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Órgão máximo normativo e deliberativo da política universitária e a última instância recursal, é formado por representantes das três categorias da comunidade universitária, bem como por representantes da comunidade local e/ou regional, escolhidos na proporção e nos termos do Estatuto e da legislação vigente.

Sessões plenárias realizadas em 2019

Reuniões ordinárias: 09

Reuniões extraordinárias: 04

Sessão solene: 01

Resoluções: 62

CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Órgão superior deliberativo e normativo em matéria de Ensino, Pesquisa e Extensão, sendo integrado por membros do Conselho Universitário. As câmaras do CEPEX são presididas pelo pró-reitor da pasta e, em primeira sessão plenária, é eleito o secretário responsável pelo registro das deliberações.

Sessões plenárias realizadas em 2019

Reuniões: 07

Resoluções: 53

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Órgão superior deliberativo e normativo em matéria administrativa, sendo integrado por membros do Conselho Universitário. As câmaras do CONSAD são presididas pelo pró-reitor da pasta e, em primeira sessão plenária, é eleito o secretário responsável pelo registro das deliberações.

Sessões plenárias realizadas em 2019

Reuniões: 02

Resoluções: 06

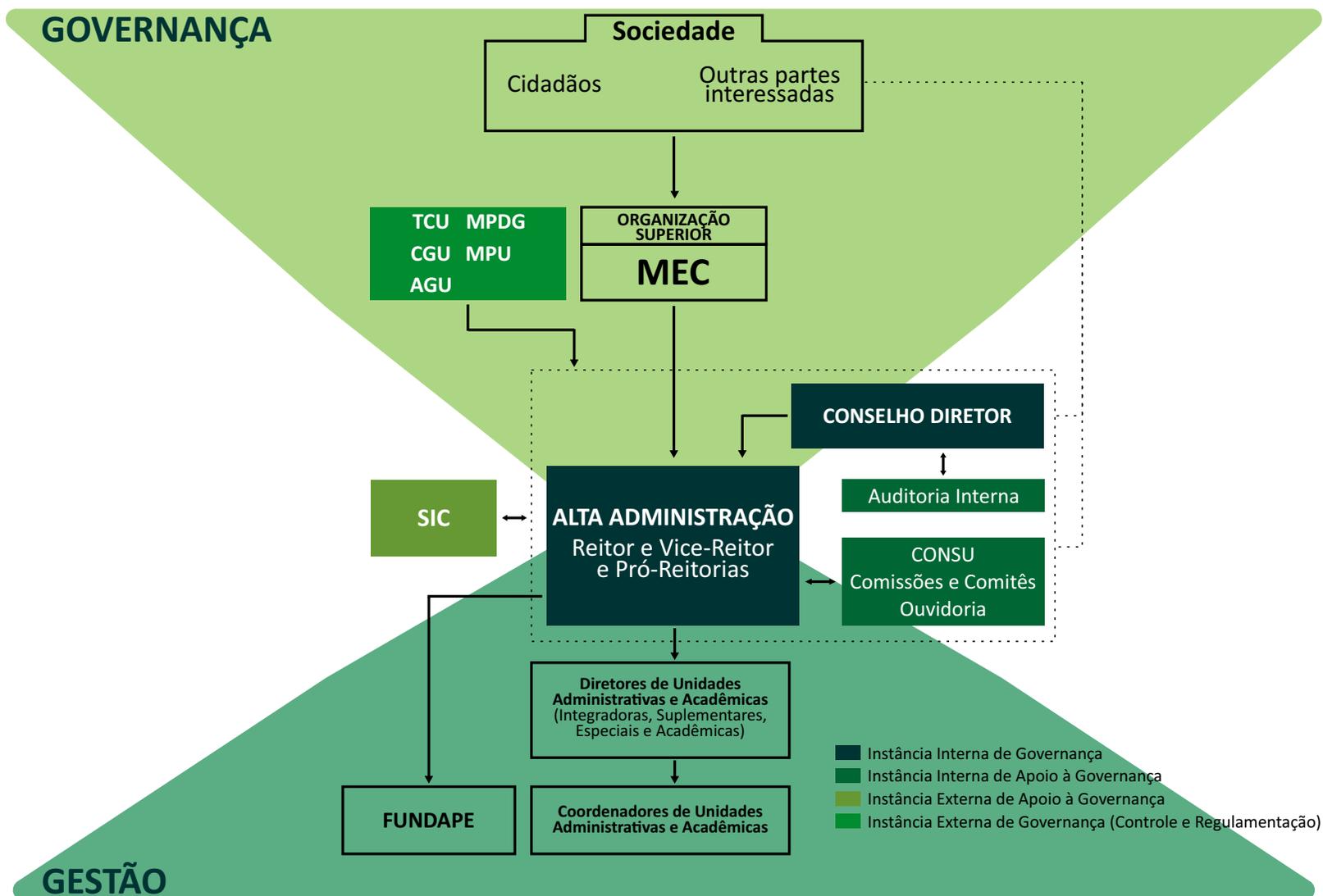
COLÉGIO ELEITORAL ESPECIAL

Sessões plenárias realizadas em 2019

Reuniões: 01

Resoluções: 05

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA



INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA

Alta Administração



Margarida de Aquino Cunha
Reitora



Josimar Batista Ferreira
Vice-Reitor



Ednaceli Damasceno
Pró-Reitora de Graduação



Gleyson de Souza Oliveira
Pró-Reitor de Administração



Margarida Lima Carvalho
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação



Alexandre Ricardo Hid
Pró-Reitor de Planejamento



Isaac Dayan Bastos da Silva
Pró-Reitor de Extensão e Cultura



Filomena Maria Oliveira da Cruz
Pró-Reitora de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas



José Sérgio Lopes Siqueira
Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

O **Conselho Diretor** é o órgão de jurisdição superior da Ufac, deliberativo e consultivo em matéria administrativa, econômico-financeira e patrimonial, e instância final nesses assuntos. O Relatório Anual de Gestão é aprovado pelo Conselho Diretor para encaminhamento ao Tribunal de Contas da União. São membros o (a) reitor (a), o (a) vice-reitor (a), pró-reitores, representantes da comunidade externa e representantes do Governo Federal.

O **Conselho Universitário** é o órgão máximo normativo e deliberativo da política universitária e a última instância recursal, formado por representantes das três categorias da comunidade universitária, bem como por representantes da comunidade local e/ou regional.

A **Ouvidoria** é um órgão de controle social que atua como agente fortalecedor dos direitos dos cidadãos e de mudança na cultura e na gestão administrativa, ao acolher as demandas e identificar os problemas sistêmicos, indicando os caminhos para a correção das injustiças e propondo, à gestão administrativa, novos procedimentos para a resolução desses problemas. Portanto, é uma porta aberta para a participação social no acompanhamento da gestão, seja elogiando, criticando ou sugerindo medidas que venham ao encontro dos interesses públicos e coletivos.

A **Auditoria Interna** constitui-se em atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, auxiliando a organização na realização de seus objetivos a partir de uma abordagem

sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controles internos, de integridade e de governança.

O **Comitê de Governança Digital** tem por finalidade aprimorar os serviços relacionados à tecnologia da informação e comunicação desenvolvidos na Ufac, propondo planos, políticas, normas e diretrizes que assegurem o alinhamento destes serviços às necessidades institucionais.

O **Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Controles Internos** é previsto na Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01, de 10 de maio de 2016. Possui como competências: promover práticas e princípios de conduta e padrões de

INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA

comportamentos; institucionalizar estruturas adequadas de governança, gestão de riscos e controles internos; promover o desenvolvimento contínuo dos agentes públicos e incentivar a adoção de boas práticas de governança, de gestão de riscos e de controles internos; garantir a aderência às regulamentações, leis, códigos, normas e padrões, com vistas à condução das políticas e à prestação de serviços de interesse público; promover a integração dos agentes responsáveis pela governança, pela gestão de riscos e pelos controles internos; promover a adoção de práticas que institucionalizem a responsabilidade dos agentes públicos na prestação de contas, na transparência e na efetividade das informações; e outras.

O **Comitê de Governança Estratégica** atua nas reuniões de avaliação estratégica, na definição de diretrizes e supervisão de ações para o desenvolvimento da estratégia organizacional.

O **Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos** tem por finalidade avaliar e acompanhar pesquisas envolvendo seres humanos, realizadas por pesquisadores da Ufac e de outras instituições indicadas pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa.

A **Comissão Própria de Avaliação** possui as atribuições de conduzir os processos de avaliação internos da instituição, bem como de sistematizar e prestar as informações solicitadas pelo INEP. Composição: presidente, membros docentes, membros técnico-administrativos, membros discentes e membros externos.

A **Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar** possui a atribuição de apurar a responsabilidade administrativa, através de processos disciplinares e sindicâncias contraditórias, de servidores técnico-administrativos e docentes, sempre que houver indícios de ocorrência de ilícito administrativo, utilizando a Lei nº 8.112/90 como base normativa.

A **Comissão Permanente de Pessoal Docente** presta assessoramento ao dirigente máximo da instituição de ensino, para

formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal docente.

A **Comissão Permanente de Licitação** tem a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos ao cadastramento de licitantes e às licitações nas diversas modalidades.

A **Comissão de Ética** tem como tarefa orientar sobre a ética profissional do servidor no trato com as pessoas e com o patrimônio público.

A **Comissão de Ética no Uso de Animais** tem por finalidade analisar, emitir parecer e expedir atestados à luz dos princípios éticos na experimentação animal, sobre os protocolos de ensino e experimentações em animais, que envolvam o uso de animais e de subprodutos biológicos.

A **Comissão Interna de Prevenção de Acidentes** tem como objetivo a prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar compatível, permanentemente, o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador.

CONTROLE E REGULAMENTAÇÃO

O **Ministério da Economia** tem como missão planejar e coordenar as políticas de gestão da administração pública federal, para fortalecer as capacidades do Estado para promoção do desenvolvimento sustentável e do aprimoramento da entrega de resultados ao cidadão.

O **Tribunal de Contas da União** é responsável por julgar, fiscalizar, informar e corrigir todas as informações pertinentes ao dinheiro e bens públicos federais, além de ajudar o Congresso Nacional a desenvolver o planejamento fiscal e orçamentário anual.

A **Controladoria-Geral da União** é o órgão de controle interno

do Governo Federal responsável por realizar atividades relacionadas à defesa do patrimônio público e ao incremento da transparência da gestão, por meio de ações de auditoria pública, correição, prevenção e combate à corrupção e ouvidoria.

O **Ministério Público da União** é uma instituição que acomoda quatro diferentes ramos, com áreas de atuação, organização e administração distintas: o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

A **Advocacia-Geral da União** é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

APOIO À GOVERNANÇA

O **Serviço de Informação ao Cidadão** é a unidade responsável por atender os pedidos de acesso à informações feitos à Universidade Federal do Acre, seja presencial, via e-mail, telefone ou pelo e-SIC, com base na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação).

ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

De acordo com a Instrução Normativa Conjunta (Controladoria Geral da União e Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão) nº 1, de 10 de maio de 2016, a Auditoria Interna da Ufac constitui-se em atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização. Ela auxilia a organização a realizar seus objetivos, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, de controles internos, de integridade e de governança.

Ainda de acordo com a citada norma, apresenta-se como a terceira linha ou camada de defesa da Ufac, pois é de sua responsabilidade proceder à avaliação da operacionalização dos controles internos da gestão (primeira linha ou camada de defesa, executada por todos os níveis de gestão dentro da organização) e da supervisão dos controles internos (segunda linha ou camada de defesa, executada por instâncias específicas, como comitês de risco e controles internos).

As principais normas que regulam a atuação da Auditoria Interna da Ufac são o Regimento Geral da Ufac, Regimento Interno da Auditoria Interna, Instrução Normativa Conjunta nº 1/2016 do Ministério da Economia e Controladoria Geral da União, Instrução Normativa nº 3/2017 da Controladoria Geral da União, Instrução Normativa nº 4/2018 da Controladoria Geral da União, Instrução Normativa nº 8/2017, da Controladoria Geral da União, Instrução Normativa nº 9/2018, da Controladoria Geral da União e Decreto nº 3.591/2000.

O principal elemento que caracteriza a independência e objetividade da auditoria interna é a Resolução CONSU nº 16/2016, que estabelece o Regimento Interno da Unidade. Este documento modificou a antiga vinculação da Unidade e estabeleceu, conforme preconiza o art. 15, § 3º, do Decreto nº 3.591/2000, a vinculação da unidade ao Conselho Diretor, órgão de jurisdição superior da Universidade, sendo instância final nesses assuntos. A independência é garantida, no âmbito da Ufac, com a vinculação direta da Auditoria Interna ao Conselho Diretor da instituição.

Destacam-se, ainda, elementos que reforçam a autonomia técnica e objetividade dos trabalhos de auditoria que foram introduzidos pelo Regimento Interno da Audin, tais como a garantia expressa de que para o exercício de suas competências, o auditor tem acesso irrestrito a todas as dependências, servidores, funções, documentos, registros, bens e sistemas necessários à consecução dos objetivos e dos trabalhos de auditorias planejados ou propostos, nos termos da legislação pertinente; vedação à realização de atividades típicas de gestão; e realização do Plano Anual de Auditoria Interna sem quaisquer influências no que tange ao escopo dos trabalhos, procedimentos e conteúdo dos relatórios, de forma a permitir a manutenção de sua independência e objetividade.

A Audin não possui unidade ou subunidade descentralizada, de forma que toda sua atuação é

realizada de maneira centralizada, com a seguinte estrutura funcional: Auditor-geral, auditor-geral adjunto, corpo técnico de auditores e secretaria administrativa.

Ao término de cada auditoria, a equipe comunica à alta gestão, assim como à unidade auditada, os resultados dos trabalhos e eventuais recomendações. Essa comunicação ocorre mediante expedição de documentos e, a depender da natureza dos trabalhos, é reforçada por meio de reuniões.

De acordo com o Mapeamento dos Processos da Auditoria Interna da Ufac, realizado em 2018, e com o Manual de Orientações Técnicas da CGU, a forma de comunicação dos resultados mais comumente utilizada na atividade de auditoria é o relatório.

Acerca da descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao Conselho Diretor e eventual assunção de risco pela alta gestão: após o término da auditoria e emissão do relatório, a Audin buscará, em conjunto com a unidade auditada, estabelecer prazo razoável e crível para que as recomendações sejam implementadas. Caso a unidade auditada não se manifeste dentro do prazo estabelecido, a Audin deverá interpelar o gestor para verificar os motivos do não atendimento. Em caso de recomendações reiteradamente não atendidas, devem ser seguidos os procedimentos do item 7.3 do Manual de Orientações Técnicas.

RELATÓRIO E PARECER DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

Em cumprimento ao disposto no artigo 15, parágrafo 6º, do Decreto nº 3.591/2000 e em conformidade com a Instrução Normativa TCU nº 63/2010 e Decisão Normativa TCU nº 178/2019, esta Unidade de Auditoria Interna apresenta seu relatório sobre as contas apresentadas no Relatório de Gestão do exercício 2019.

O presente relatório contempla a síntese das avaliações e resultados das ações de auditoria planejadas e realizadas no Plano Anual de Auditoria Interna, externando aspectos relevantes da Gestão. Também serão emitidas opiniões acerca dos controles internos administrativos de cada uma das áreas examinadas, externando as principais fragilidades identificadas e enfatizando as medidas tendentes a promover a melhoria da estrutura de controle dos objetivos auditados.

No que concerne à estrutura organizacional, a Auditoria Interna está vinculada ao Conselho Diretor da Fundação Universidade Federal do Acre, nos termos do que dispõe a Resolução CONSU nº 016, de 16 de agosto de 2016, e é composta pela Auditoria-Geral; Auditoria-Geral Adjunta; Corpo técnico de auditores e secretaria administrativa.

ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

Quanto aos aspectos relacionados à avaliação, importa considerar os seguintes pontos:

a) Avaliação da capacidade de os controles internos administrativos identificarem e evitarem e corrigirem falhas e irregularidades, bem como de minimizarem riscos relacionados aos processos relevantes.

AVALIAÇÃO Nº 01/2019 - GOVERNANÇA E GESTÃO DAS CONTRATAÇÕES

Objetivo: avaliar se a Universidade Federal do Acre possui mecanismos para a boa governança e gestão das contratações.

Achados positivos: aprovação da política interna de gestão de riscos; retomada da implementação do plano de gestão de logística sustentável.

Achados negativos: atribuições e responsabilidades não estão claramente definidas no processo de trabalho relativo às contratações; dissonância entre o plano de aquisições e os planos institucionais.

Recomendações:

1. Elaborar normativos internos que contemplem, no mínimo, as atribuições e responsabilidades dos agentes envolvidos no processo de trabalho das compras e aquisições da Ufac.
2. Instituir medidas/meios para que as compras e aquisições da Ufac estejam alinhadas aos seus planos estratégicos e táticos a fim de assegurar o alcance dos objetivos institucionais.

Opinião acerca dos controles internos:

A partir dos exames realizados, verificou-se que os controles internos não são capazes de minimizar de forma razoável os riscos identificados. Em geral, os mecanismos de controles internos têm caráter artesanal e ocorrem sob demanda, sem estarem inseridos em um contexto mais amplo de planejamento.

AVALIAÇÃO Nº 02/2019 - TRANSPARÊNCIA NO RELACIONAMENTO ENTRE A UFAC E A FUNDAPE

Objetivo: verificar se a FUNDAPE e UFAC atendem aos requisitos relacionados à transparência, de acordo com os normativos vigentes.

Achados em relação à FUNDAPE: a) as informações obrigatórias da FUNDAPE não são integralmente divulgadas em seu site; b) as informações da FUNDAPE não são divulgadas em conformidade com as normas aplicáveis à matéria; c) as informações da FUNDAPE não são atualizadas em conformidade com as normas aplicáveis à matéria; d) a FUNDAPE não possui Serviço de Informação ao Cidadão - SIC.

Achados em relação à UFAC: a) as informações obrigatórias da Ufac não são divulgadas em seu site; b) o Órgão Colegiado Superior da Ufac não cumpre obrigações estabelecidas em lei, quanto ao relacionamento da instituição com a FUNDAPE; c) a Ufac não realiza procedimentos de fiscalização específicos na concessão de bolsas no âmbito dos projetos.

Recomendações:

1. Que a FUNDAPE elabore plano de ação com vistas a elidir as inconsistências apontadas no achado.
2. Que a Ufac elabore plano de ação com vistas a elidir as inconsistências apontadas.

Opinião acerca dos controles internos:

Ante os exames realizados, verificaram-se fragilidades nos controles internos que contribuíram para o desatendimento de diversos dispositivos normativos. Da forma como se encontravam ao tempo da avaliação, pode-se classificá-los como insuficientes.

AVALIAÇÃO 03/2019 - FUNCIONAMENTO DOS PROGRAMAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Objetivo: avaliar o funcionamento dos programas de iniciação científica e tecnológica nas suas diversas modalidades com ênfase no grau de atingimento dos seus objetivos.

Achados: inexistência de documento institucional que defina diretrizes, objetivos, planos, ações e indicadores dos programas de iniciação científica.

Recomendações:

1. Avaliação ainda em execução ao tempo da emissão deste relatório.

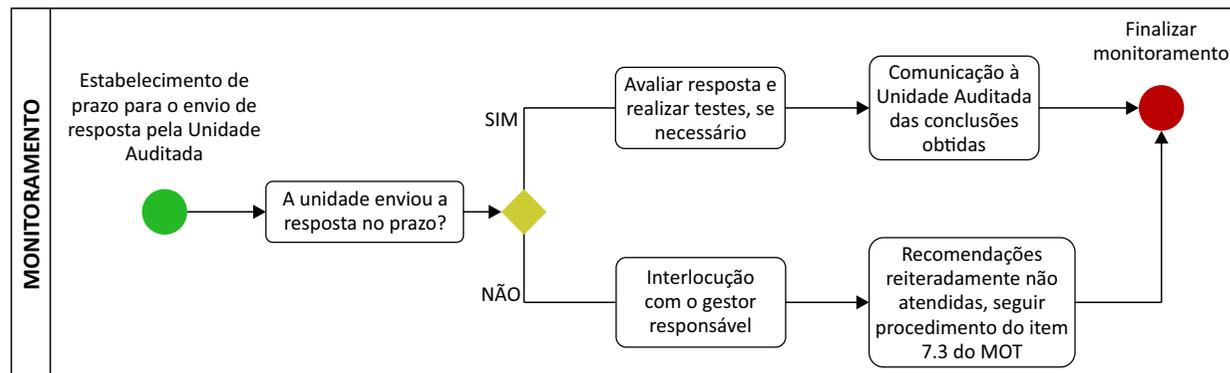
Opinião acerca dos controles internos:

A partir dos exames realizados, verificou-se que os controles internos não são capazes de contribuir de maneira satisfatória para o alcance dos objetivos atinentes aos programas de iniciação científica.

b) Sistemática de monitoramento dos resultados da Auditoria Interna

Durante o exercício de 2018, a Auditoria Interna promoveu o mapeamento de seus principais processos, entre os quais o processo de monitoramento, conforme a seguir:

ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA



Fonte: Auditoria Interna

Com o término da auditoria e emissão do relatório, a Audin busca, em conjunto com a unidade auditada, estabelecer prazo razoável e crível para que as recomendações sejam implementadas.

Nessa perspectiva, as recomendações podem apresentar cinco situações distintas:

Situação	Descrição
Atendida	Recomendação que teve posicionamento da Audin favorável à manifestação do gestor
Monitorando	Recomendação encaminhada à Unidade Auditada e pendente de providências
Cancelada	Recomendação cancelada pela Audin
Não Monitorada	Recomendações que deixaram de ser monitoradas pela Audin, apesar de continuarem passíveis de implementação pelo gestor
Consolidada	Recomendações de uma mesma Unidade Auditada, de conteúdos idênticos, agrupadas com a finalidade de racionalizar os trabalhos de monitoramento

Quando a Unidade Auditada se manifesta no sentido do cumprimento da recomendação dentro do prazo estabelecido, cabe à Audin validá-lo. Em caso de avaliação positiva, o Audin deve comunicar o atendimento da recomendação à Unidade Auditada e finalizar o monitoramento, mudando sua situação de 'monitorando' para 'atendida'.

Caso a Unidade Auditada não se manifeste dentro do prazo estabelecido, a Audin deverá interpellar o gestor para verificar os motivos do não atendimento. Em caso de recomendações reiteradamente não atendidas, devem ser seguidos os procedimentos do item 7.3 do Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria

Governamental do Poder Executivo Federal.

Embora mapeada, a rotina ainda encontra-se em estágio inicial de implementação, uma vez que não prescinde da utilização de um sistema informatizado, o que vem sendo atualmente desenvolvido pelo Núcleo de Tecnologia da Informação.

c) Análise do nível de maturidade dos controles internos

Levando em conta os segmentos contemplados pelos trabalhos de auditoria, percebe-se que os controles internos da instituição se encontram no estágio inicial de maturidade, no mais das vezes são implementados de forma circunstancial e não guardam aderência aos principais normativos que dispõem sobre as atividades de controle, tal como a Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 1, de 10 de maio de 2016. Contudo, percebe-se uma paulatina mudança na postura institucional tendente a propiciar a implementação futura de práticas mais sólidas relacionadas aos controles internos.

ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA

Esta comissão tem por objeto apurar atos e fatos tidos como irregulares, na busca da verdade, bem como na identificação de seus autores. Ao serem confirmados os fatos denunciados e seus autores identificados, esta comissão devolve os autos à autoridade instauradora da seara disciplinar, para a instauração do procedimento disciplinar correspondente, dando amplo direito de defesa e ao contraditório por conta do citado.

Com relação aos procedimentos instaurados nesta comissão, não existe uma estatística exata de procedimento instaurado haja vista que os processos tramitados nesta comissão, após os procedimentos investigativos concluídos, são devolvidos à autoridade instauradora para dar seus devidos encaminhamentos, sempre obedecendo aos prazos de 30 (trinta) dias estabelecidos nas portarias.

A Sindicância Investigativa é o meio adequado para esclarecer questões relacionadas à vulnerabilidade de normas e procedimentos, interferência de terceiros nas ações administrativas, furtos de bens da instituição, indisciplina e atos ilícitos praticados. A Comissão Investigativa, na busca de instruir os processos, efetua diversos atos buscando identificar a autoria de atos inflacionais praticados no âmbito desta Ifes.

COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Considerando a relevância do exercício do poder disciplinar, como garantia da ordem administrativa e da qualidade dos serviços, foi reconstruída, pela Portaria nº 2.242, de 01 de agosto de 2017, alterada pela Portaria nº 806/2019, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, com a atribuição de instruir processos e/ou sindicância contraditória contra servidores técnicos administrativos e docentes.

A sistemática de apuração de fatos noticiados, bem como a condução dos trabalhos apuratórios, sejam através de Sindicâncias Contraditórias ou PAD, seguem os preceitos do direito disciplinar, sendo observados os regramentos vigentes no âmbito da seara disciplinar federal, notadamente, os dispostos na Lei nº 8.112/90 (Estatuto dos Servidores Cíveis da União), as orientações da Advocacia Geral da União (AGU), da Controladoria Geral da União (CG), especificamente em seu Manual de Pad, publicado em seu site oficial, bem como as demais legislações esparsas. Os procedimentos disciplinares, seja a Sindicância Contraditória ou o PAD, possuem três fases, quais sejam: a instauração, o inquérito e o julgamento, sendo a primeira e a última de competência exclusiva da autoridade instauradora/julgadora, que nesta Ifes recai sobre a(o) Reitor(a).

No domínio da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, no exercício de 2019, foram instaurados/apurados os seguintes processos disciplinares e sindicâncias contraditórias:

Processo	Tipo	Infração	Penalidade
23107.022370/2017-61	Sindicância	Falta de urbanidade	Arquivado
23107.021210/2018-86	PAD	Não observância das normas legais regulamentares	Advertência
23107.004495/2018-91	PAD	Falta de urbanidade	Arquivado
23107.030621/2018-62	Sindicância	Falta de urbanidade	Arquivado
23107.002979/2018-03	PAD	Abandono de cargo	Demissão
23107.017596/2018-21	PAD	Faltar com o dever de manter conduta compatível com a moralidade administrativa	Advertência
23107.011582/2018-02	Sindicância	Não observância das normas legais regulamentares	Arquivado
23107.030533/2018-61	Sindicância	Não observância das normas legais regulamentares	Advertência

Fonte: Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar

Os procedimentos disciplinares de 2019 ainda não foram registrados no sistema CGU-PAD devido à mudança de presidente da Comissão, conforme a Portaria nº 806/2019.

A atual Comissão está em capacitação para que possa normalizar essa demanda, conforme preceitua a Portaria nº 1.043/2007 da CGU, procedendo ao registro das informações relativas aos processos disciplinares no sistema CGU-PAD.

RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

A Universidade Federal do Acre entende que para o alcance de sua missão institucional de formar cidadãos atuantes no desenvolvimento da sociedade, faz-se necessário aprimorar o diálogo institucional com a finalidade de garantir que a informação alcance os diversos públicos que constituem a comunidade acadêmica. Neste sentido, a instituição busca afirmar uma política de comunicação levando em consideração preceitos como transparência, celeridade nas informações e lisura, demonstrando a preocupação da Universidade em levar à sociedade não apenas resultados positivos na sua área fim, mas também resultados positivos na forma de comunicar-se com o cidadão. Os relatórios, dados e documentos institucionais são divulgados regularmente para o acompanhamento da comunidade universitária e demais interessados.

Ufac em Números

numeros.ufac.br

Relatório de Gestão

relatoriodigestao.ufac.br

Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024

pdi.ufac.br

Relatório de Autoavaliação Institucional

autoavaliacao.ufac.br

PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E PARTES INTERESSADAS

Portal Universitário onde são disponibilizadas informações tais como: notícias, relatórios, acesso a sistemas de consultas à processos, portal do aluno e professor, editais, calendários acadêmicos, e outros.

www.ufac.br

Carta de Serviços que permite ao cidadão conhecer os serviços prestados, como acessar e obter esses serviços e quais são os compromissos de atendimento estabelecidos pela Universidade, constituindo-se de mais uma importante ferramenta de informação na perspectiva da proposta de dados abertos.

www.ufac.br/cartadeservicos

Sistema Eletrônico de Ouvidorias (e-OUV) é um canal integrado para encaminhamento de manifestações (denúncias, reclamações, solicitações, sugestões e elogios) a órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. Está disponível na internet e funciona 24 horas.

sistema.ouvidorias.gov.br

Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação, acompanhe o prazo e receba a resposta da solicitação realizada para órgãos e entidades do Executivo Federal.

esic.cgu.gov.br

OUTROS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Redes sociais oficiais @ufacoficial (Facebook); @ufac_oficial (Twitter e Instagram); Ufac (Flickr) e UfacTV (Youtube).

Atendimento telefônico da Ouvidoria: (68) 3229-4565

Atendimento presencial na Ouvidoria das 7h às 19h, de segunda a sexta, no Centro de Convivência do Campus de Rio Branco

Atendimento à imprensa: (68) 3229-1799 (Ascom)

Atendimento presencial à imprensa das 8h às 12 e das 14h às 18h, de segunda a sexta, na Assessoria de Comunicação (Ascom), no prédio da Reitoria, térreo, Campus de Rio Branco

E-mails institucionais: ouvidoria@ufac.br, sic@ufac.br e ascom@ufac.br

AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS

A aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários da Ufac ocorre por diversos meios, como:

Autoavaliação Institucional: processo fundamental, realizado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), que visa coordenar a auto avaliação institucional, desde a elaboração do método, passando por sua implementação e sistematização dos resultados, até a elaboração do Relatório Anual de Avaliação Institucional, que subsidia os planejamentos administrativo e pedagógico da instituição e é usado pelo INEP/MEC para o credenciamento institucional e reconhecimento dos cursos, entre outras atividades.

www.ufac.br/cpa

RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Ouvidoria: para aferição do grau de satisfação dos usuários, considerou-se a última avaliação feita pelo MEC relacionada ao recredenciamento da instituição, onde a Ouvidoria, inserida na Dimensão 4 (Comunicação com a Sociedade), obteve nota 5.

Serviço de Informação ao Cidadão: apresenta em seu sistema um formulário eletrônico de avaliação das respostas apresentadas pelas unidades. Ainda que a CGU, enquanto administrador do e-SIC, não divulgue o resultado da pesquisa, pode-se avaliar a satisfação dos solicitantes através do número de recursos.

Assessoria de Comunicação: dentre as diversas ferramentas para aferição da satisfação dos cidadãos-usuários e do desempenho da política de comunicação adotada pela Universidade para se comunicar com a comunidade universitária, podemos destacar o Google Analytics, Google Alert e as métricas produzidas por mídias sociais como Facebook e Instagram.

RESULTADOS DA OUVIDORIA E DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Os serviços prestados pela Ouvidoria da Ufac incluem atuar como agente fortalecedor dos direitos dos cidadãos e provocador da mudança na cultura e na gestão administrativa ao acolher as demandas dos usuários e identificando os problemas sistêmicos, buscando solucioná-los ou até mesmo antecipá-los, indicando os caminhos para correção das incoerências e injustiças junto à gestão administrativa. Quanto ao recebimento das demandas relacionadas a sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias, estas podem ocorrer por meio presencial, telefônico, carta, e-mail ou pela plataforma integrada de ouvidoria e acesso à informação, conhecida também como Fala.BR, gerida pela Controladoria-Geral da União.

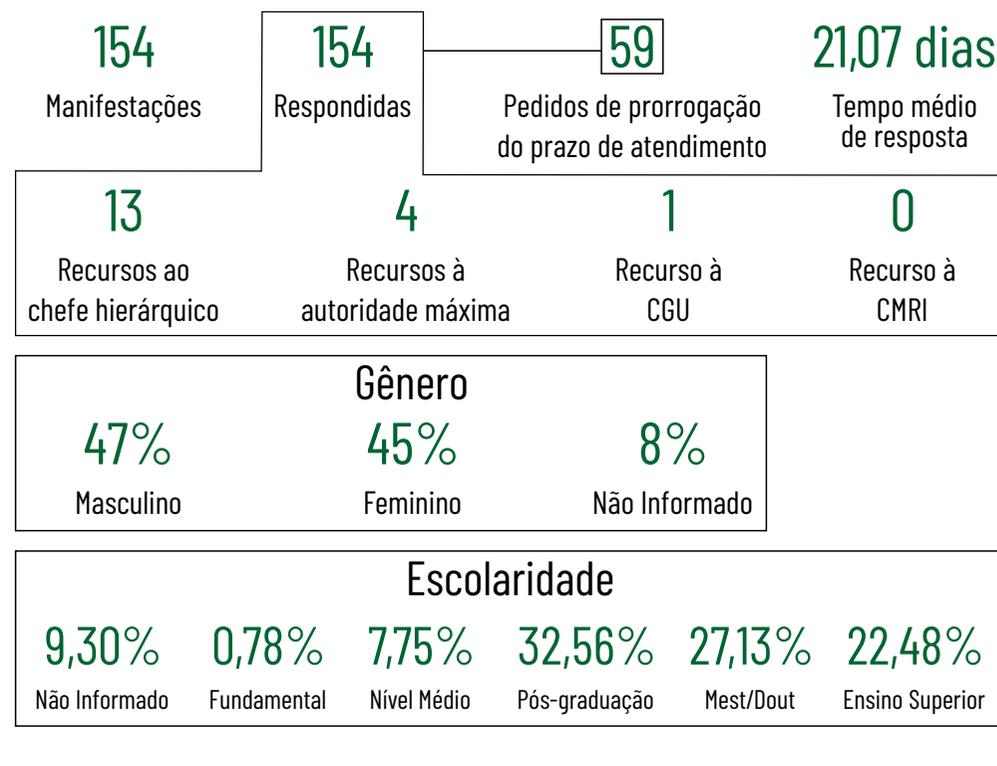
O Serviço de Informação ao Cidadão, criado pela Lei nº 12.527/11, tem como atribuições, no âmbito da Ufac, protocolar e gerenciar pedidos de informações encaminhados à instituição, seja de forma presencial, via e-mail, carta, telefone pelo sistema e-SIC, com objetivos primordiais de orientar os usuários quanto à tramitação de processos, bem como atender o público quanto ao acesso à informação.

MANIFESTAÇÕES

Ouvidoria
173

SIC
154

TOTAL
327



Fonte: Ouvidoria e SIC

RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES

Partindo da orientação que consta na legislação vigente, Decreto nº 5.296/2004, que ‘regulamenta a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade do atendimento às pessoas que especifica, e Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências’, e a Lei nº 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), a instituição se preocupa em fornecer e desenvolver ações visando ampliar e fortalecer a acessibilidade em todos os ambientes nos seus *campi*.

Nos cursos de graduação são ofertadas disciplinas que discutem a temática, proporcionando aos discentes um primeiro contato para as questões de inclusão, dentre estas são ofertadas: a disciplina de Fundamentos da Educação Especial, obrigatória em todos os cursos de Licenciatura e a disciplina de Língua Brasileira de Sinais nos cursos de Licenciatura como obrigatória e nos cursos de bacharelado como optativa.

Além disso, o atendimento aos alunos com deficiência nos cursos de graduação é priorizado por meio do Núcleo de Apoio à Inclusão, com assessoramento técnico-pedagógico e serviços especializados, tais como: tradutor e intérprete de linguagem de sinais para todos os estudantes e docentes surdos, adaptação e revisão de materiais em Braille e em áudio, recursos de informática acessível, leitores e transcritores para estudantes cegos, serviços de audiodescrição, empréstimos de recursos de tecnologia assistiva, atendimento fisioterapêutico, fonoaudiológico e psicológico, e outros.

Em 2019, foram ofertados 14 cursos de Libras, sendo 5 em nível básico, com 170 cursistas certificados, 6 em nível intermediário, com 180 cursistas certificados, 2 em nível avançado, com 60 cursistas certificados, e 1 em Tradutor e Intérprete de Libras/Português, com 30 cursistas certificados, com um total de 440 cursistas certificados.

Programa	Bolsas Ofertadas		Bolsas Atendidas	
	Rio Branco	Cruzeiro do Sul	Rio Branco	Cruzeiro do Sul
PROMAED	99	38	74	32
PROTAED	26	10	15	6
Pró-PCD	71	30	56	25
Pró-Acessibilidade	9	4	6	3
Total	205	82	151	66

Fonte: Núcleo de Apoio à Inclusão

Em relação à acessibilidade comunicacional, a Ufac dispõe de tradutores e intérpretes de linguagem de sinais em todos os seus eventos, além de o portal universitário seguir o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico e-MAG, bem como a Portaria nº 03, de 7 de maio de 2007, que institucionaliza o Modelo.

Em 2019 foi implantando a Comissão Permanente de Validação - CPV/PcD, na qual institui os procedimentos e critérios para validação de laudos médicos de candidatos que concorrem às vagas reservadas de pessoas com deficiência. A comissão é formada por equipe multiprofissional, de médicos peritos e servidores especializados, que realiza avaliações de maneira biopsiossocial quando ocorrem as chamadas do SISU, garantindo os direitos das pessoas com deficiência.

A Ufac, visando a melhoria constante das condições de acessibilidade arquitetônica, tem realizado várias obras de reformas e adequações do espaço físico em todos os *campi*. Dessa forma, preocupada em identificar as falhas e propor melhorias, foi reativada a Comissão de Acessibilidade, com membros representantes de cada setor da instituição e representantes da comunidade externa de associações de pessoas com deficiência que se reúnem mensalmente para a realização de visitas e vistorias.

Capítulo 04

Gestão de Riscos

GESTÃO DE RISCOS

A Universidade Federal do Acre instituiu em 27 de julho de 2018, conforme Portaria nº 2.302, alterada pela Portaria nº 3.011, de 27 de setembro de 2018, o Comitê de Governança, Riscos e Controles, em atendimento à Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01, de 10 de maio de 2016, que dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal.

Destaca-se que a alta administração da Ufac composta pela Reitora, Vice-Reitor, Assessores e Pró-Reitores realiza reuniões sistemáticas com o objetivo de tomada de decisões. Com o advento dos conceitos e dos princípios de governança, gestão de riscos e controles internos, dispostos pela referida instrução normativa, já existem contribuições para o fortalecimento e elevação do atual patamar de gestão, por meio do Comitê, uma vez que foram incorporadas as recomendações previstas na Portaria CGU nº 1.089/2018 que estabelece orientações para adoção de procedimentos para a estruturação, execução e o monitoramento de programas de integridade.

A instituição encontram-se em fase de implantação da gestão de riscos, com grupos de trabalho que já estabeleceram a Política de Governança, Gestão de Riscos, Controles e Integridade, além da criação da Coordenação de Gestão de Riscos e Controles e de uma unidade responsável pela gestão da Integridade.

A Ufac entende que a gestão de riscos consiste em um processo para identificar, avaliar, administrar e controlar potenciais eventos ou situações. É um processo essencial para uma boa governança, uma vez que visa reduzir o número de incertezas que podem se materializar em problemas e minimizar o efeito daqueles que venham a ocorrer, fornecendo uma razoável certeza quanto ao alcance dos objetivos da instituição. O gerenciamento de riscos deve ser uma medida estratégica, consistindo em um conjunto de etapas e atividades relacionadas que deverá envolver todos os agentes da estrutura organizacional, em algum momento do processo. Essas etapas são descritas a seguir.

I. Estabelecimento do contexto: a primeira coisa a ser feita é a listagem e um breve resumo dos objetivos estratégicos, pois são os riscos desses objetivos não serem atingidos que serão gerenciados. Feito isso, é necessária a montagem de uma matriz SWOT que serve para mostrar o ambiente no qual os objetivos institucionais serão

perseguidos. Por fim, é necessário estabelecer os parâmetros externos e internos por meio dos quais os riscos serão gerenciados, como as escalas de probabilidade e impacto e o nível de risco.

II. Identificação do risco: a finalidade desta etapa é gerar uma lista abrangente de riscos que possam impactar de forma positiva ou negativa a consecução dos objetivos estratégicos da instituição. Os riscos identificados podem ser categorizados de acordo com a tipologia, tais como: riscos estratégicos, operacionais, econômicos, tecnológicos, entre outros.

III. Análise do risco: tendo em vista que foram definidos e listados os eventos de riscos, é hora de mensurar estes eventos por meio do cálculo do nível de risco. A incerteza de riscos em potencial é avaliada a partir de dois fatores: probabilidade e impacto. O produto dessas duas variáveis possibilita a classificação do nível de risco de um evento.

IV. Avaliação do risco: processo de comparação dos resultados da análise de riscos com os critérios de risco para determinar se o risco e/ou sua magnitude é aceitável ou tolerável, auxiliando na decisão sobre o tratamento de riscos.

V. Tratamento do risco: após identificação, análise e avaliação dos riscos, é possível compará-los quanto aos níveis de impacto e probabilidade atribuídos. Se um evento de risco for mitigado, por exemplo, deve ser definido qual medida de controle que fará a mitigação, em que prazo a medida será implementada, quem será o responsável pela implementação, etc.

VI. Monitoramento e revisão: trata-se de análise periódica da gestão de riscos, objetivando o aprimoramento contínuo da instituição por meio de acompanhamento do desempenho dos indicadores de riscos, supervisão da implantação e manutenção dos planos de ação, e verificação do alcance das metas estabelecidas. O processo de monitoramento ocorre organizado em três dimensões (ou linhas de defesa): primeira linha dos gestores e ouvidoria; segunda linha do comitê de governança, integridade, riscos e controles internos, procuradoria jurídica e unidade de controle interno; terceira linha da auditoria interna.

Matriz de Análise e Categorização de Risco						
Nível de Risco		Probabilidade				
		Muito Baixa (1)	Baixa (2)	Média (3)	Alta (4)	Muito Alta (5)
Impacto	Muito Alto (5)	Médio (5)	Alto (10)	Alto (15)	Muito Alto (20)	Muito Alto (25)
	Alto (4)	Médio (4)	Médio (8)	Alto (12)	Alto (16)	Muito Alto (20)
	Médio (3)	Baixo (3)	Médio (6)	Médio (9)	Alto (12)	Alto (15)
	Baixo (2)	Baixo (2)	Médio (4)	Médio (6)	Médio (8)	Alto (10)
	Muito Baixo (1)	Muito Baixo (1)	Baixo (2)	Baixo (3)	Médio (4)	Médio (5)

GESTÃO DE RISCOS

AVALIAÇÃO DOS RISCOS

Probabilidade X Impacto	Muito Baixa	Baixa	Média	Alta	Muito Alta
Muito Alto	Moderado	Substancial	Substancial	Intolerável	Intolerável
Alto	Moderado	Moderado	Substancial	Substancial	Intolerável
Médio	Tolerável	Moderado	Moderado	Substancial	Substancial
Baixo	Tolerável	Moderado	Moderado	Moderado	Substancial
Muito Baixo	Trivial	Tolerável	Tolerável	Moderado	Moderado

TRATAMENTO DOS RISCOS

Probabilidade X Impacto	Muito Baixa	Baixa	Média	Alta	Muito Alta
Muito Alto	Mitigar	Eliminar	Eliminar	Eliminar	Eliminar
Alto	Mitigar	Mitigar	Eliminar	Eliminar	Eliminar
Médio	Monitorar	Mitigar	Mitigar	Eliminar	Eliminar
Baixo	Monitorar	Mitigar	Mitigar	Mitigar	Eliminar
Muito Baixo	Monitorar	Monitorar	Monitorar	Mitigar	Mitigar

TIPOLOGIA DOS RISCOS

Estratégico

Possibilidade de afetar toda a organização, impactando nos seus objetivos estratégicos, metas e na sua missão institucional.

Conformidade

Relacionado ao cumprimento da legislação e/ou regulamentação externa e às normas e procedimentos internos.

Econômico

Associado às operações orçamentárias e financeiras da instituição, envolvendo aplicação de recursos de acordo com as políticas estabelecidas.

Pessoal

Relaciona-se aos magistrados, servidores e prestadores de serviços no desempenho de suas atividades funcionais ou contratuais, conforme o caso.

Tecnológico

Representado por ameaças ou oportunidades relacionadas a hardware e software, podendo alavancar ou sobrestar a estratégia. Está associado, também, a erros ou fraudes, internas ou externas, na captura, registro, monitoramento e auditoria das informações.

Operacional

Eventos que podem comprometer as atividades do órgão ou da instituição, normalmente associados a falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, infraestrutura e sistemas.

Legal

Eventos derivados de alterações legislativas ou normativas que podem comprometer as atividades do órgão ou da instituição.

Financeiro/Orçamentário

Eventos que podem comprometer a capacidade do órgão ou da instituição de contar com recursos orçamentários e financeiros necessários à realização de suas atividades, ou eventos que possam comprometer a própria execução orçamentária.

GESTÃO DE RISCOS

Principais riscos específicos identificados que podem afetar a capacidade de a Ufac alcançar seus objetivos estratégicos.

Objetivo estratégico	Tipo de risco	Descrição do risco	Nível de risco	Mitigação
Fortalecer e ampliar a produção e disseminação de conhecimentos	Estratégico	Insuficiência no banco de vagas de professor equivalente	Médio (9)	Aprimoramento de parcerias interinstitucionais
	Estratégico	Dificuldade na fixação de doutores na região	Alto (12)	Oferecimento de melhores condições de trabalho
	Estratégico/ Conformidade	Não aceitação de APCN (Avaliação de Propostas de Cursos Novos)	Baixo (2)	Melhoria na análise dos critérios de elaboração da proposta para submissão
	Econômico	Dificuldade na redistribuição dos recursos orçamentários e financeiros	Médio (6)	Viabilização de solução alternativa com financiamento parcial
	Conformidade	Dificuldade na redistribuição dos recursos orçamentários e financeiros	Alto (12)	Aprimoramento de editais de seleção e controle de resultados
Intensificar o uso de tecnologias educacionais	Operacional	Resistência ao uso de novas tecnologias	Baixo (2)	Diversificação de alternativas para capacitação
Integrar e potencializar as atividades de ensino, pesquisa e extensão	Estratégico	Mudança na política federal de expansão das IFES	Muito Alto (20)	Parcerias com os governos estadual e municipal
	Estratégico	Baixa qualificação do corpo docente e condições de infraestrutura insuficiente	Médio (8)	Melhoria da distribuição dos encargos docentes; melhoria nas condições de infraestrutura de laboratórios e acervo bibliográfico
	Econômico	Redução no número de bolsas e auxílios	Alto (12)	Avaliar e priorizar a distribuição orçamentária
Reforçar as atividades voltadas à educação especial/inclusiva e educação à distância	Operacional	Descontinuidade no financiamento pelo sistema UAB/CAPES	Médio (8)	Convênios com os governos estadual e municipal
	Operacional	Descontinuidade no financiamento pelo sistema UAB/CAPES e transporte de equipe	Médio (9)	Convênios com os governos estadual e municipal
	Operacional	Falta de iniciativa e envolvimento de docentes dos centros acadêmicos	Médio (9)	Reforço nas ações de convencimento
	Legal	Descontinuidade no financiamento pelo programa PROLIND	Alto (12)	Avaliar e priorizar a distribuição orçamentária
Incentivar e potencializar a realização de projetos voltados à região amazônica	Operacional	Dificuldade na participação de voluntários	Médio (6)	Aprimorar nos editais normas para a participação de voluntários
	Estratégico/ Operacional	Redução de oportunidades de estágios nas diferentes áreas de atuação	Alto (12)	Ampliar as oportunidades internas, PIBID e acordos de cooperação de estágios
	Operacional	Falta de capacitação específica	Alto (12)	Realizar cursos de capacitação

GESTÃO DE RISCOS

Principais riscos específicos identificados que podem afetar a capacidade de a Ufac alcançar seus objetivos estratégicos.

Objetivo estratégico	Tipo de risco	Descrição do risco	Nível de risco	Mitigação
Ampliar a inserção local e global	Estratégico/Operacional	Dificuldade no alcance do público alvo da ação	Médio (6)	Estreitar relacionamento da Universidade com as comunidades e melhorar critérios de seleção nos editais
Alavancar parcerias estratégicas com instituições públicas e privadas	Estratégico/Operacional	Dificuldade de estabelecimento de acordos de cooperação	Médio (6)	Buscar diferentes possibilidades para fechamento de acordos
	Estratégico/Econômico	Dificuldade na redistribuição dos recursos orçamentários e financeiros	Médio (9)	Viabilização de solução alternativa com financiamento parcial
Integrar as ações de planejamento, avaliar e aprimorar a gestão	Estratégico/Operacional	Resistência ao modelo de gestão que busca a "desacomodação" das pessoas	Médio (9)	Implantação gradual do modelo com desenvolvimento de ações de capacitação e consultoria
	Estratégico/Operacional	Coleta com dados deficientes gerando resultados que induzem ao erro	Médio (9)	Verificação e análise de dados visando a sua consistência
	Estratégico/Operacional	Descontinuidade dos projetos estratégicos	Alto(12)	Reforço de ações nos projetos que apresentem baixo desempenho
Mapear, desburocratizar e sistematizar processos internos	Estratégico/Operacional	Continuação dos fluxos desconexos nos processos internos	Médio (9)	Verificação de mapeamento e utilização de TIC com realização de teste piloto
Fortalecer a imagem institucional	Estratégico/Operacional	Imagem afetada por evento atípico	Alto (10)	Resposta rápida ao evento ocorrido
Aprimorar o diálogo institucional	Operacional	Deficiência de informações	Médio (9)	Aprimoramento na disponibilização das informações
	Operacional	Tempo de resposta elevado e respostas inadequadas	Médio (9)	Melhoria na comunicação interna e alinhamento com as unidades respondentes
Desenvolver a política de comunicação	Operacional	Ineficiência na utilização dos sistemas implantados	Alto (12)	Capacitação de pessoal e aprimoramento de sistemas
Dimensionar o quadro de servidores, qualificar e capacitar por competências	Estratégico/Operacional	Dificuldade no estabelecimento de convênios interinstitucionais para qualificação	Médio (9)	Liberação gradual de técnicos para outras instituições visando a qualificação
	Estratégico/Operacional	Restrições nas liberações de vagas para concursos públicos e gratificações	Alto (16)	Mapeamento de competências e terceirização de serviços
Valorizar e motivar os servidores com foco em resultados institucionais	Operacional	Dificuldade no alcance do público alvo da ação	Médio (9)	Melhorar a comunicação interna e divulgação das ações
	Operacional	Alterações e deficiências na equipe fim	Médio (6)	Celebração de convênios para atendimentos específicos

GESTÃO DE RISCOS

Principais riscos específicos identificados que podem afetar a capacidade de a Ufac alcançar seus objetivos estratégicos.

Objetivo estratégico	Tipo de risco	Descrição do risco	Nível de risco	Mitigação
Redimensionar e ampliar a infraestrutura física	Operacional/ Econômico	Redução dos recursos para investimentos na matriz OCC e falta de pessoal qualificado	Alto (16)	Captação de recursos de recursos via Emendas e TEDs e contratação de empresas especializadas em projetos
Ampliar e adequar a infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação	Tecnológico/ Estratégico	<i>Disaster</i>	Médio (5)	Manutenção do datacenter e ações preventivas
Assegurar recursos financeiros para implantação da estratégia	Financeiro/ Orçamentário	Contingenciamento de recursos pela União imposta pela EC nº 95	Alto (16)	Realização de ações de otimização de contratos de custeio, captação de recursos via TEDs e Emendas Impositiva de Bancada e Individuais
	Financeiro/ Orçamentário	Dificuldade no alinhamento entre a estratégia, orçamento e gestão	Médio (6)	Avaliar e reprogramar ações visando o alinhamento

Capítulo 05

Resultados da Gestão

RESULTADOS DA GESTÃO

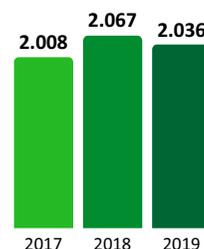
A Universidade Federal do Acre - UFAC, na busca pela realização da sua missão e seus objetivos institucionais nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, planeja suas metas e ações com a finalidade de atingir resultados satisfatórios, fundamentados em seus princípios institucionais, tais como: gestão democrática, compromisso com a produção, sistematização e difusão de conhecimentos, diversidade e pluralismo de ações e ideias, universalidade do conhecimento, fomento à interdisciplinaridade, compromisso com o desenvolvimento cultural, artístico, científico, tecnológico e socioeconômico do país, entre outros.

O capítulo busca destacar e mensurar os resultados das ações realizadas pela instituição, especialmente às voltadas as atividades fins da Universidade, isto é, relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão; além de outras atividades acessórias como a assistência estudantil. A proposta não traz apenas uma simples apresentação dos resultados do último exercício, mas também a construção de séries históricas, a fim de demonstrar a evolução dos indicadores em cada eixo. Avaliação necessária à Instituição na condição de única universidade pública do estado e que deve atender aos interesses da sociedade e comunidade à qual atinge.

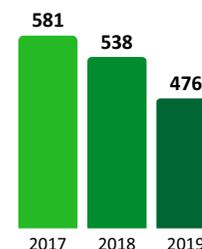
O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é o principal documento de planejamento da UFAC, serve como base para se implementar as ações para o desenvolvimento e gestão universitária. A elaboração do plano é pautada por aspectos como a missão, visão de futuro e valores da Instituição, a observância da legislação, além de demandas apresentadas por estudantes, técnicos e professores durante reuniões e seminários em sessões abertas à comunidade acadêmica e externa. O plano está organizado em dez eixos temáticos: Perfil Institucional, Projeto Pedagógico Institucional, Desenvolvimento e Gestão de Pessoas, Desenvolvimento e Gestão Administrativa, Avaliação Institucional, Sistema de Bibliotecas, Infraestrutura Física, Gestão Financeira e Orçamentária, Gestão de Riscos e Monitoramento, Avaliação e Revisão.

A seguir, são apresentados os principais resultados obtidos no período, além dos Indicadores Estratégicos e dos Indicadores do TCU, apurados por meio de fontes oficiais e dados internos das pró-reitorias e demais unidades responsáveis pela implementação de estratégias, metas e ações que compõe o Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024.

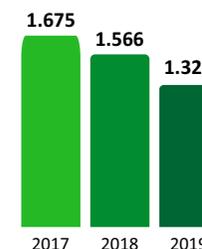
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO



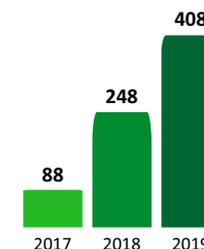
Ingressantes
Campus Rio Branco



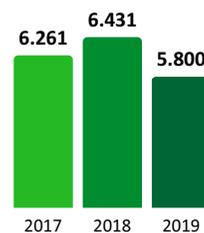
Ingressantes
Campus Cruzeiro do Sul



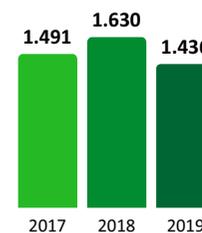
Programa de
Monitoria



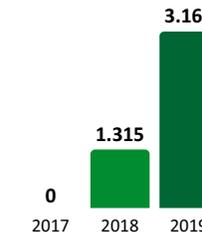
Bolsa PIBID*



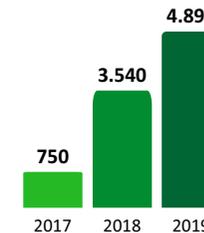
Matriculados 2º sem.
Campus Rio Branco



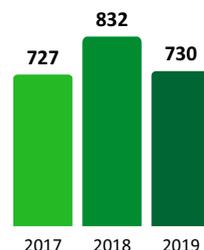
Matriculados 2º sem.
Campus Cruzeiro do Sul



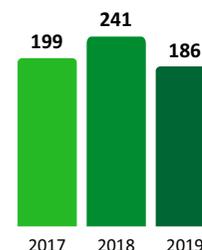
Residência
Pedagógica



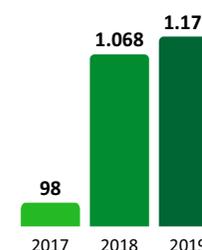
Bolsa PIBID
CAPES**



Concluintes 1º + 2º sem.
Campus Rio Branco



Concluintes 1º + 2º sem.
Campus Cruzeiro do Sul



Bolsa PET

Fonte: Prograd.

* Recurso Interno

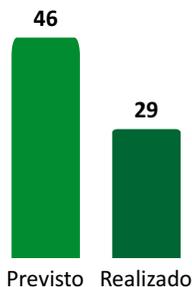
** Recurso Externo

RESULTADOS DA GESTÃO

OBJETIVO ESTRATÉGICO: INTEGRALIZAR E POTENCIALIZAR AS ATIVIDADES, DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

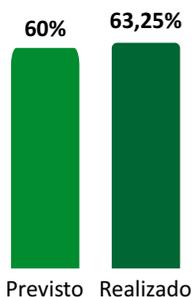
Meta 1 - Elevar a qualidade do ensino de graduação no âmbito da UFAC

Estratégia 1.1 - Atualização e reformulação dos projetos pedagógicos curriculares dos cursos de graduação, visando adequá-los às necessidades sociais formativas e aos referenciais norteadores propostos.



A meta foi alcançada parcialmente, foram reformulados 29 projetos pedagógicos de cursos de graduação de um total de 46 cursos regulares previstos.

Estratégia 1.2 - Desenvolvimento de políticas institucionais destinadas a elevar gradualmente a taxa de conclusão média nos cursos de graduação presenciais, fomentando a melhoria dos resultados de aprendizagem, de modo que, em 05 anos, pelo menos 60% dos estudantes apresentem desempenho positivo igual ou superior a 60% no Enade.



Considerando os resultados alcançados nos ciclos do ENADE, interstício de 2015 à 2019, abrangendo os cursos de graduação do Campus Sede e Floresta, dentro de um universo de 1.040 estudantes concluintes participantes, e utilizando como parâmetro os conceitos obtidos ≥ 3 , chegou-se no aproveitamento positivo de 63,25%.

Estratégia 1.3 - Construção, reestruturação e modernização dos laboratórios de ensino e pesquisa.

Apesar de melhorias em laboratórios de ensino, no tocante à aquisição de equipamentos de ensino, isso não foi suficiente para o alcance da referida estratégia. Em 2018 foi lançado o projeto estratégico Reestruturação e Modernização de Laboratórios, cuja proposta é criar um sistema em que todos os laboratórios de ensino e pesquisa estejam cadastrados, mantendo um controle de suas necessidades, como manutenção, reforma e aquisição de equipamentos e mobiliários.

Estratégia 1.4 - Melhoria da infraestrutura dos centros e coordenações de curso.

Foi inaugurado o prédio do Centro de Educação, Letras e Artes (CELA) que permitiu acomodar, além da coordenação do curso de pedagogia, as coordenações dos cursos de libras, francês e espanhol, bem como uma melhor distribuição das salas para os professores, laboratórios de ensino, salas de reuniões, salas de defesa de trabalhos da graduação e da pós-graduação, como também outros espaços para unidades administrativas do referido centro. Também foi reestruturado nos cursos de história (bacharelado e licenciatura) as salas da coordenação, NDE e sala da coordenação de estágios supervisionados, além de revitalização de salas de aulas em diversos cursos e climatização, alcançando 100% das salas de aulas. Vale destacar que se encontra em fase de conclusão a construção de um bloco acadêmico para o Centro de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas (CCJSA) que atenderá os cursos de direito e economia. A meta foi alcançada parcialmente.

Estratégia 1.5 - Ampliação e atualização do acervo bibliográfico em consonância com os projetos pedagógicos curriculares dos cursos.

Entre 2015 e 2019 foram adquiridos 23.873 exemplares de 2.102 novos títulos, atendendo as solicitações de aquisições bibliográficas previstas nos PPCs dos vários cursos reformulados.

Estratégia 1.6 - Desenvolvimento de sistema interno de acompanhamento e avaliação dos cursos de graduação.

A Prograd aperfeiçoou o sistema de avaliação semestral das disciplinas cursadas pelos discentes, visando contribuir com a melhoria da qualidade de ensino a partir do acompanhamento e avaliação das disciplinas ofertadas em cada semestre letivo, com acesso disponível no portal do aluno. Após a consolidação das respostas, as mesmas são representadas por gráficos e encaminhadas às coordenações de curso para estudo de estratégias que visam elevar a qualidade do ensino.

Estratégia 1.7 - Ampliação da participação institucional nos programas de mobilidade nacionais e internacionais.

Não foi possível a ampliação dessa participação institucional nos programas tendo em vista que os recursos disponibilizados para essa estratégia dependem diretamente do cenário orçamentário do governo federal. No ano de 2019 não foram ofertadas bolsas nessa modalidade devido a indisponibilidade orçamentária informada pelo financiador dos programas.

Estratégia 1.8 - Ampliação e fortalecimento dos programas de apoio à formação acadêmica dos estudantes de graduação (Monitoria, Programa de Iniciação à Docência, Programa de Educação Tutorial, Jovens Talentos para a Ciência, dentre outros).

RESULTADOS DA GESTÃO

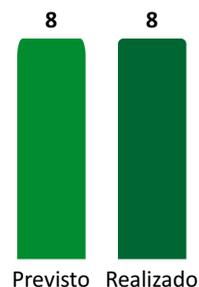
Bolsas	Quantidade
Programa de Monitoria	1.328
Residência Pedagógica	3.168
Programa de Educação Tutorial	1.176
Auxílio Atividade Campo	240
PIBID	4.896
Total	10.808

A Pró-Reitoria de Graduação ofertou 10.808 bolsas, financiadas com recursos internos e externos. Tal iniciativa tem a finalidade de reduzir os índices de evasão, propiciando a qualificação acadêmica dos alunos, oportunizando o exercício prático da futura profissão e fortalecer os programas de apoio à formação acadêmica.

Estratégia 1.9 - Ampliação do número de mestres e doutores em efetivo exercício na Ufac, por meio da qualificação em programas de pós-graduação stricto sensu e aperfeiçoamento dos processos de seleção para ingresso.

A qualificação profissional dos docentes é um dos fatores de melhoria da qualidade de ensino. Em 2014, 79% dos docentes efetivos eram mestres e doutores. Conforme Ufac em Números 2018, esse percentual atingiu o índice de 90%, comprovando o alcance da estratégia.

Estratégia 1.10 - Desenvolvimento de ações de formação continuada para os docentes da Ufac, com foco na docência, e de valorização de práticas de ensino inovadoras, por meio da Escola de Formação à Docência no Ensino Superior (ESFOR).



No período analisado, as ações de formação continuada para os docentes da Ufac por meio da ESFOR consistiram em palestras, oficinas, cursos e publicações de editais visando intercâmbio docente em universidades federais e apoio à participação de docentes em eventos nacionais. No ano de 2019, foram realizadas 8 atividades da ESFOR, no Campus de Rio Branco e Cruzeiro do Sul, beneficiando 186 participantes. Foram realizadas atividades de aprimoramento à docência e cursos com as seguintes temáticas: modelos de instrução e metodologias de ensino ativas, experiências de intercâmbio docente Ufac/Unb, ensino de matemática com abordagem lúdica, políticas educacionais do ensino superior, análise de livros didáticos, entre outros.

Justificativa para os resultados

As atualizações e reformulações dos PPCs de graduação que não estão concluídas deve-se, inicialmente, ao fato de que esse é um procedimento que envolve várias etapas que demandam muito tempo, pois o projeto, depois de revisto pelo Núcleo Docente Estruturante e aprovado no colegiado do curso, é encaminhado a Diretoria de Desenvolvimento de Ensino para análise e parecer. Não precisando de reajuste, vai para a Câmara de Ensino e, ao final, é submetido a homologação no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX). Caso apareçam inconsistências, o processo volta à unidade anterior. Para o exercício foram reformulados 4 cursos, e possuem vários em processo de reformulação. Destaca-se que no âmbito da

Prograd, várias políticas institucionais foram implementadas visando elevar a taxa de conclusão média e a melhoria dos resultados de aprendizagem. Dentre eles, destacam-se o PIBID, Residência Pedagógica, Mobilidade Acadêmica, Monitoria Acadêmica e Auxílio Atividade de Campo. Todos esses programas tem como objetivo fortalecer o processo de ensino e aprendizagem, de modo a contribuir para a qualidade da formação acadêmica.

Quanto ao acervo bibliográfico, a Prograd verifica o pedido da coordenação para examinar se os títulos pretendidos estão previstos no PPC do curso.

Quanto ao sistema de avaliação de disciplina, é um instrumento que serve para subsidiar ações por parte das coordenações e da Prograd, através da opinião dos estudantes dos cursos de graduação da Instituição. A cada semestre as perguntas que compõem o instrumento são reavaliadas para garantir a sua atualização frente as demandas de ensino e aprendizagem.

A Prograd procura aperfeiçoar os processos de seleção para ingresso de professores, mantendo os pré-requisitos editalícios conforme as normas vigentes. E, também, atualizando os perfis exigidos para as áreas de concurso e das disciplinas ofertadas, de acordo com as estruturas curriculares de cada curso.

Meta 2 - Fortalecer a capacidade de gestão dos cursos de graduação

Estratégia 2.1 - Qualificação das competências de gestão dos centros e dos cursos.

Foi implementado pela Prograd o Fórum das Licenciaturas e Bacharelados, que consiste em debater temas relevantes para os cursos de graduação, acessibilidade, mudanças no regimento, entre outros temas relevantes, fortalecendo a capacidade de gestão dos cursos de graduação.

RESULTADOS DA GESTÃO

Estratégia 2.2 - Alocação progressiva do pessoal técnico-administrativo necessário.

Embora nesse período tenha ocorrido novas contratações, ainda não foi possível atender às necessidades de pessoal técnico-administrativo apresentadas pelas coordenações de curso, tendo em vista que nos últimos foram criados novos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, demandando a necessidade de mais servidores.

Justificativa para os resultados

A meta foi executada parcialmente através da ESFOR, onde foram discutidos temas diversos e levados à administração superior na busca pela solução deles.

Meta 3 - Expansão da graduação com foco na interiorização

Estratégia 3.1 - Implantação do Campus Fronteira do Alto Acre, na microrregião de Brasiléia, com os cursos de Bacharelado em Engenharia Agrícola, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Pesca e Ciências Biológicas, na perspectiva interdisciplinar.

A primeira etapa de implantação do prédio que abrigaria os cursos de graduação, previstos no PDI anterior, para funcionar no município de Brasiléia, que envolve salas de aula, sala ambiente, laboratório de informática, biblioteca, sala de estudo, sala de reuniões, salas de professores, coordenações, diretoria e secretaria foi concluída. No entanto, os cursos previstos não foram implantação por falta da liberação dos códigos de vagas pelo MEC, o que permitiria a contratação de docentes e técnicos-administrativos.

Estratégia 3.2 - Criação e implantação do Campus de Sena Madureira, com o curso de Licenciatura Interdisciplinar em Humanidades (Pedagogia, Letras Português e Letras Libras).

Tal implantação foi postergada em função do cenário existente a partir de 2017 e de reduções consideráveis nos recursos de investimentos.

Estratégia 3.3 - Criação e implantação de um campus na microrregião de Tarauacá com o curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências (Biologia, Física e Química).

Tal implantação foi postergada em função do cenário existente a partir de 2017 e de reduções consideráveis nos recursos de investimentos.

Estratégia 3.4 - Criação e implantação de cursos de Licenciatura em Ciências Sociais, Bacharelado em Administração Pública e Bacharelado em Farmácia, no Campus Sede.

Em 2017 foi criado o curso de Ciências Sociais, iniciando em 2018 com entrada única por Área Básica de Ingresso (ABI), com oferta de 20 vagas para os cursos de Bacharelado em Ciências Sociais e 35 para o curso de Licenciatura em Ciências Sociais. A criação e implantação dos demais cursos não foi alcançada em função do cenário existente a partir de 2017 e de reduções orçamentárias.

Estratégia 3.5 - Criação e implantação do curso de Bacharelado em Medicina no Campus Floresta

Tal implantação foi postergada em função do cenário existente a partir de 2017 e de reduções consideráveis nos recursos de investimentos.

Estratégia 3.6 - Criação e implantação do curso de Letras Libras no Campus Floresta.

Tal implantação foi postergada em função do cenário existente a partir de 2017 e de reduções consideráveis nos recursos de investimentos.

Estratégia 3.7 - Oferta de cursos especiais de graduação nos núcleos avançados da Ufac e nos *campi* para atendimento a demandas específicas.

No período 2015-2019 foram ofertados cursos de graduação nos núcleos avançados da Ufac, são eles: Licenciatura em Ciências Biológicas e Pedagogia em Xapuri; Licenciatura em

Geografia e História no município de Sena Madureira; e Licenciatura em Letras Português em Feijó.

Estratégia 3.8 - Desenvolvimento de programas de formação inicial de profissionais da educação básica pública em articulação com o MEC e Secretarias Estadual e Municipal do Estado do Acre.

O Parfor formou 344 discentes no ano de 2019 das turmas que ingressaram em 2014. Além disso, nesse mesmo ano ocorreu o ingresso de 400 alunos no curso de Pedagogia, distribuídos em 11 turmas, executados nos seguintes municípios: Porto Walter (1 turma), Marechal Thaumaturgo (2 turmas), Santa Rosa do Purus (1 turma), Jordão (1 turma), Cruzeiro do Sul (3 turmas), Tarauacá (1 turma) e Feijó (2 turmas).

Justificativa para os resultados

Os cursos de graduação previstos para o Campus do Alto Acre (Brasiléia) não foram implantados pois aguardam liberação de código de vaga pelo Ministério de Educação (MEC), e por esta razão serão mantidos para o PDI 2020-2024.

A criação e implantação de um Campus na microrregião de Tarauacá com o curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências (Biologia, Física e Química), a criação e implantação do Campus de Sena Madureira, com o curso de Licenciatura Interdisciplinar em Humanidades (Pedagogia, Letras Português e Letras Libras) e a oferta do curso de Letras Libras no Campus Floresta não foram implementados pois aguardam liberação de código de vaga pelo MEC, e por esta razão serão mantidos para o PDI 2020-2024.

A estratégia de criação e implantação do curso de ABI em Ciências Sociais (Bacharelado e Licenciatura) foi plenamente atendida com a disponibilização de 55 vagas. Quanto aos cursos de Bacharelado em Administração Pública e Farmácia, aguardam liberação de código de vaga

RESULTADOS DA GESTÃO

pelo MEC e por esta razão serão mantidos para o PDI 2020-2024.

A implantação do curso de Bacharelado em Medicina no Campus Floresta é uma estratégia que será mantida para o PDI 2020-2024 considerando que a Ufac aguarda a liberação de vagas e recurso orçamentário pelo MEC.

A oferta de Cursos Especiais de Graduação para atendimento de demandas específicas no interior do estado alcançou resultados positivos tendo em vista a conclusão de 3 turmas correspondentes à Licenciatura em Letras Portugueses, História e Geografia.

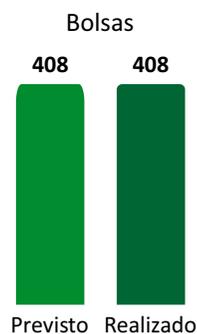
O PARFOR e o PROEMAT, importantes para a formação de profissionais que deverão atuar na educação básica, alcançaram excelente resultado mesmo com as adversidades do processo de interiorização.

Meta 4 - Elevar a qualidade dos cursos de Licenciatura

Estratégia 4.1 - Promoção da reforma curricular dos cursos de licenciatura e do estímulo à renovação pedagógica.

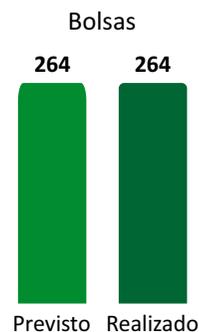
Foram reformulados 29 PPCs dos 46 previstos. Essa estratégia já complementa a estratégia 1.1 da Meta 1.

Estratégia 4.2 - Ampliação da participação institucional nos programas de iniciação à docência, de modo a inserir nessas ações um número cada vez maior de estudantes dos cursos de licenciatura, considerando a existência de cursos ainda não participantes desses programas.



Essa estratégia está condicionada aos Programas Institucionais da CAPES, bem como a disponibilização de recursos provenientes do fomento desses programas. A ampliação da participação institucional em programas de iniciação à docência se deu a partir do envolvimento de projetos via programa lançado em 2018, residência pedagógica, no qual foram disponibilizadas 309 bolsas ao longo de 18 meses, encerrando em dezembro de 2019. Já em 2019 foram disponibilizadas 408 bolsas de PIBID.

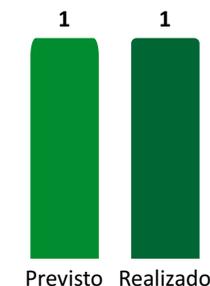
Estratégia 4.3 - Criação de mecanismos para a valorização das práticas de ensino e dos estágios de docência, com vistas ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica.



Entre os anos de 2015 e 2019 foram adotados mecanismos a fim de viabilizar as atividades de estágio obrigatório e as aulas de campo aos alunos do curso de graduação desta Ifes, conforme especificado: aquisição de carros para atender os docentes para auxílio e acompanhamento de estudantes que participam de programas de estágio obrigatório dos cursos (licenciatura e bacharelado) nos *campi* de Rio Branco e em Cruzeiro do Sul no ano de 2016; apoio à realização das atividades de campo dos diversos cursos de graduação da Ufac nos períodos de 2017 à 2019; ampliação de termos de cooperação de diversos convênios para campo de estágio; participação no Programa de Residência Pedagógica, uma das novas ações que integram a Política Nacional de Formação de Professores e

tem como objetivo induzir o aperfeiçoamento do estágio curricular supervisionado nos cursos de licenciatura, atualmente com 264 bolsistas vinculados aos cursos de licenciatura da Ifes.

Estratégia 4.4 - Implantação de laboratórios interdisciplinares de formação docente.



Foi implantado o Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores - LIFE, que objetiva promover a formação interdisciplinar dos estudantes dos cursos de geografia, história e filosofia, oferecendo espaços, equipamentos, materiais didáticos e saberes, de uso comum, promovendo a formação dos licenciados, possibilitando o diálogo e a integração entre os cursos supracitados. Faz-se necessário incentivar a implantação de novos laboratórios interdisciplinares.

Justificativa para os resultados

O resultado alcançado em relação à meta proposta é positivo, pois esta Pró-reitoria juntamente com os seus diversos setores e a administração superior não medem esforços para elevar a qualidade dos cursos de graduação da Instituição, realizando diversas ações como melhoria nos campos de estágio supervisionado (através dos convênios firmados/auxílios atividade de campo), viabilizando a participação dos alunos nos programas ofertados pela CAPES (Programa de Residência Pedagógica e PIBID). Justifica-se que o atingimento da meta se deve as

RESULTADOS DA GESTÃO

parcerias e o trabalho em equipe dos diversos setores desta Ifes.

OBJETIVO ESTRATÉGICO: REFORÇAR AS ATIVIDADES VOLTADAS À EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA E EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

Meta 5 - Promover a formação de professores indígenas

Estratégia 5.1 - Oferta do curso de Licenciatura Indígena, nos *campi* de Cruzeiro do Sul e de Rio Branco

O curso de licenciatura indígena foi criado pela Resolução nº 21, de 25 de outubro de 2007 e reformulado pela Resolução CONSU nº 09, de 12 de fevereiro de 2016. No ano de 2014 formou a primeira turma com 51 alunos indígenas. No ano de 2017, o INEP, responsável pelo conceito do MEC, esteve no Campus de Cruzeiro do Sul, e o referido curso conquistou conceito 5 no processo de avaliação e, no mesmo ano, ocorreu a abertura da segunda turma do curso, voltada para a formação de profissionais indígenas para atuarem nas escolas de suas comunidades em nível de graduação, na modalidade de educação semipresencial, sob responsabilidade da Ufac e coordenação do curso de licenciatura indígena, em colaboração com os recursos do PROLIND/SECADI. Em relação ao curso no Campus Sede, foi postergada em função do cenário existente a partir de 2017 e de reduções consideráveis nos recursos de investimentos. O curso de Licenciatura Indígena é custeado pelo MEC, por meio do Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas (Prolind), com apoio da Fundação Nacional do Índio (Funai). Os recursos provenientes do Programa não são suficientes para custear as despesas no Campus Sede.

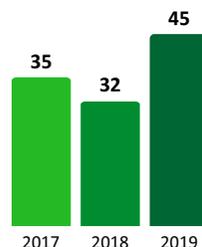
Estratégia 5.2 - Implantação do Centro de Formação para Professores Indígenas, nos *campi* de Cruzeiro do Sul e de Rio Branco.

Tal implantação foi postergada em função do cenário existente a partir de 2017 e de reduções consideráveis nos recursos de investimentos.

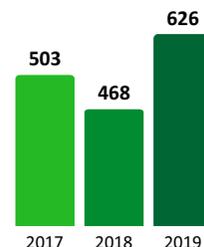
Justificativa para os resultados

Dado os esforços empreendidos pelo Governo Federal, a administração da Ufac e a coordenação do curso de Licenciatura Indígena, foi cumprida 50% da meta estabelecida no PDI, ou seja, das duas turmas previstas para serem implementadas, apenas a turma para o Campus Floresta foi efetivada. Considerando que a garantia da operacionalidade do curso é bastante onerosa, pois envolve a responsabilidade com deslocamento, hospedagem e alimentação dos alunos indígenas, que são de várias etnias, localizadas em aldeias distantes da capital, a turma do Campus de Rio Branco ficou inviabilizada por falta de orçamento.

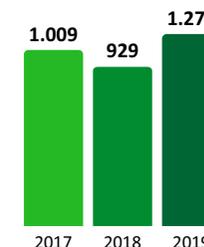
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO



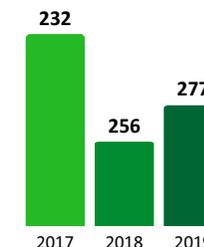
Cursos



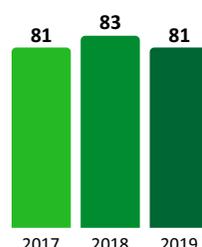
Vagas Ofertadas



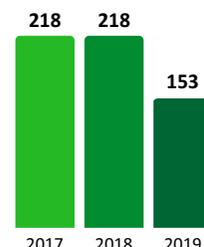
Matriculados



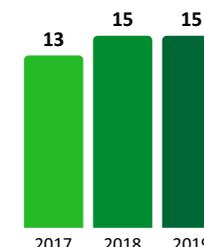
Diplomados



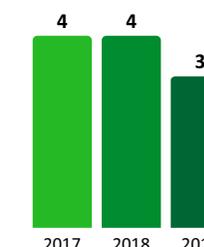
Bolsa PIBIC/CNPq**



Bolsa PIBIC/Ufac*



Bolsa PIBITI/CNPq**



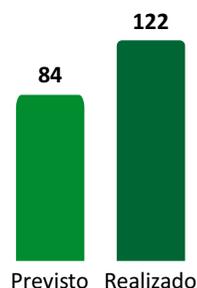
Bolsa PIBIC/CNPq Ações Afirmativas**

Fonte: Propeg.
* Recurso Interno
** Recurso Externo

RESULTADOS DA GESTÃO

OBJETIVO ESTRATÉGICO: FORTALECER E AMPLIAR A PRODUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE CONHECIMENTOS

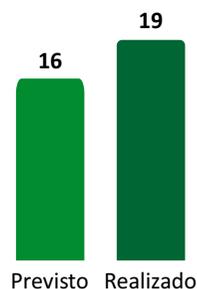
Meta 1 - Elevar o número de grupos de pesquisa



Justificativa para os resultados

Esse resultado foi alavancado devido ao apoio financeiro recebido pelos grupos de pesquisa selecionados através do Edital Propeg nº 03/2018, de fomento para aquisição de equipamentos permanentes. Esta foi uma ação ligada ao projeto estratégico de Reestruturação e Modernização de Laboratórios do Planejamento Estratégico da Ufac. Vale ressaltar que os equipamentos adquiridos pelo edital supracitado foram disponibilizados ao longo do exercício de 2019 e, para além disso, a Ufac, através da Propeg, vem apoiando e incentivando os docentes a realizarem parcerias externas e internas através da interligação das linhas de pesquisa que ocorrem por meio dos grupos de pesquisa.

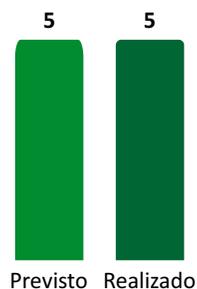
Meta 2 - Aumentar a oferta de cursos de mestrado



Justificativa para os resultados

O resultado positivo justifica-se pelo esforço da Gestão em capacitar docentes em nível de doutorado nos últimos anos, principalmente com a realização de diversos doutorados interinstitucionais, bem como pelo apoio institucional com ações como: fornecimento de passagens e diárias, apoio à publicação científica qualificada (tradução e ressarcimento) e apoio para a parceria com consultores experientes de outras Ifes que contribuíram no aprimoramento das APCNs apresentadas à CAPES. O fortalecimento de parcerias interinstitucionais também contribuiu para o presente resultado.

Meta 3 - Aumentar a oferta de cursos de doutorado

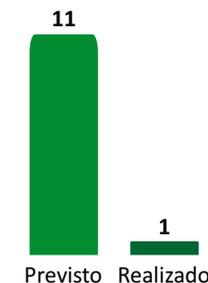


Justificativa para os resultados

O resultado positivo justifica-se pelo esforço da Gestão no fortalecimento dos programas, bem como em capacitar docentes em nível de doutorado nos últimos anos, principalmente com a realização de diversos doutorados interinstitucionais, bem como pelo apoio institucional com ações como: fornecimento de passagens e diárias, apoio à publicação científica qualificada e apoio para a parceria com consultores experientes de outras Ifes que contribuíram no aprimoramento das APCNs apresentadas à CAPES. O fortalecimento de parcerias interinstitucionais e o esforço dos membros dos programas também contribuíram para o presente resultado.

OBJETIVO ESTRATÉGICO: INCENTIVAR E POTENCIALIZAR A REALIZAÇÃO DE PROJETOS VOLTADOS À REGIÃO AMAZÔNICA

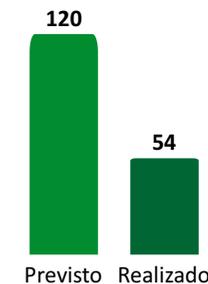
Meta 4 - Elevar o número de eventos de pesquisa



Com a falta de orçamento desta Pró-reitoria, para elevar o número de eventos de pesquisa, este tipo de ação foi encaminhada para os programas de pós-graduação com a intenção de se organizar e realizar seus eventos com o apoio desta Pró-reitoria, nas situações que forem possíveis. Diante de tal situação, foi realizado e executado, em 2019, em parceria com as Pró-reitorias de graduação e extensão, o 1º Seminário Integrado em que, dentre os eventos elencados, ocorreu o XXVIII Seminário de Iniciação Científica PIBIC: Educação na Amazônia Sul Ocidental.

OBJETIVO ESTRATÉGICO: FORTALECER E AMPLIAR A PRODUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE CONHECIMENTOS

Meta 5 - Elevar o número de professores apresentando trabalhos em eventos

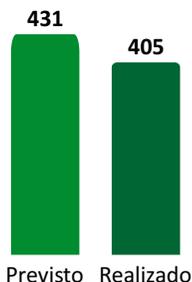


RESULTADOS DA GESTÃO

Justificativa para os resultados

Em 2019 a Ufac contabilizou a participação de 54 docentes em eventos, apresentando 172 trabalhos. Em virtude das restrições orçamentárias, não foi possível atingir a meta presente no PDI 2015-2019. Contudo, é importante ressaltar que esta Ifes não tem deixado de apoiar e incentivar a participação de seus professores em eventos científicos.

Meta 6 - Aumentar o número de bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica

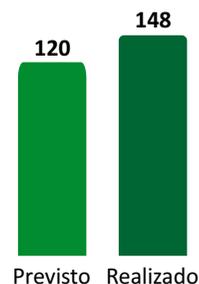


Justificativa para os resultados

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica é de importância fundamental para a formação dos recursos humanos, propiciando a inserção de alunos no ambiente de pesquisa e qualificando-os para programas de pós-graduação dentro e fora da instituição, assim como para exercer atividade profissional de forma ética, técnica e científica. Em virtude das restrições orçamentárias, não foi possível atingir, integralmente, a meta proposta.

OBJETIVO ESTRATÉGICO: INCENTIVAR E POTENCIALIZAR A REALIZAÇÃO DE PROJETOS VOLTADOS À REGIÃO AMAZÔNICA

Meta 7 - Aumentar o número de voluntários nos projetos de iniciação científica

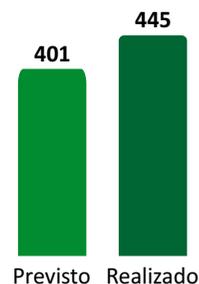


Justificativa para os resultados

Esse resultado satisfatório foi alcançado considerando o apoio, incentivo e priorização de ações por parte da Instituição.

OBJETIVO ESTRATÉGICO: FORTALECER E AMPLIAR A PRODUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE CONHECIMENTOS

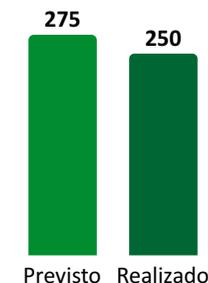
Meta 8 - Elevar o número de doutores



Justificativa para os resultados

O resultado obtido justifica-se, principalmente, pela política de qualificação de servidores traduzida na concessão de afastamento para qualificação, bem como no estabelecimento de diversos programas interinstitucionais, o que contribuiu para a elevação do número de docentes doutores.

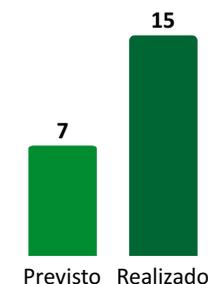
Meta 9 - Elevar o número de mestres



Justificativa para os resultados

O presente resultado não significa o não atingimento da meta. Ocorre que muitos docentes com mestrado concluíram o doutorado, elevando a quantidade de doutores e reduzindo a quantidade de mestres. No mesmo sentido, em 2018 havia 60 professores graduados e em 2019 esse número reduziu para 10.

Meta 10 - Aumentar a oferta de cursos *lato sensu*

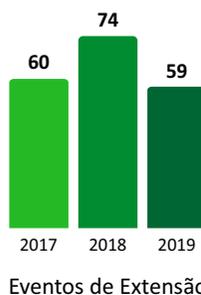
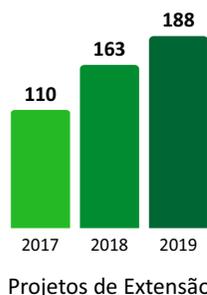
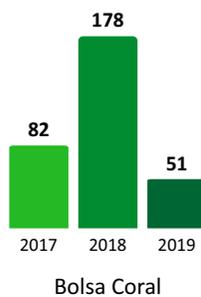
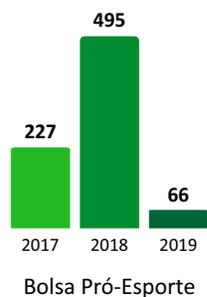
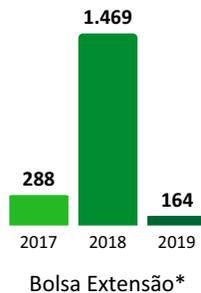
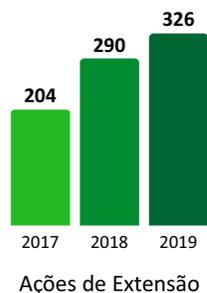


Justificativa para os resultados

Esse resultado positivo justifica-se pelo esforço da Gestão no fortalecimento do ensino e capacitação de egressos de graduação em diversas áreas do conhecimento. O fortalecimento de parcerias interinstitucionais e o esforço dos docentes, centros e coordenações de cursos também contribuem para o presente resultado.

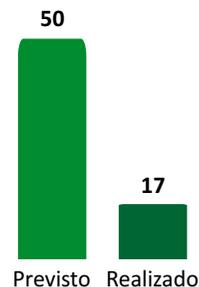
RESULTADOS DA GESTÃO

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA



OBJETIVO ESTRATÉGICO: INTEGRAR E POTENCIALIZAR AS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

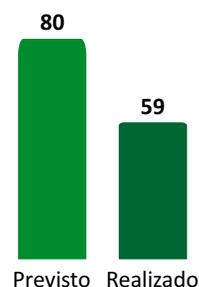
Meta 1 - Realização de semanas acadêmicas



Justificativa para os resultados

O alcance da meta justifica-se em face da dinâmica local em que alguns Colegiados de Curso decidem por realizar atividades de 2 em 2 anos. Além disso, no Campus Floresta os cursos vinculados ao Centro de Educação e Letras (CEL) realizam uma única Semana Acadêmica. Outro fator que contribuiu para o resultado bem abaixo da meta foi a NÃO publicação de um edital para apoio financeiro às semanas acadêmicas que acontecem no segundo semestre, em virtude do contingenciamento que a Instituição sofreu.

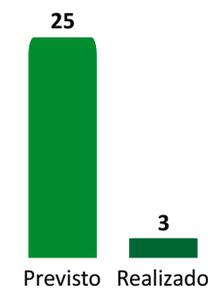
Meta 2 - Eventos de extensão nas diversas áreas da Instituição



Justificativa para os resultados

De um modo geral, os eventos na Ufac são condensados no 2º semestre do ano civil, sendo consenso a necessidade de distribuir as atividades ao longo do ano para evitar superlotação e sobreposição de eventos. Inicialmente havia a previsão de lançamento de um edital para financiamento de eventos, porém com o contingenciamento sofrido pela Instituição, o mesmo não pôde ser lançado.

Meta 3 - Realização de programas de extensão



Justificativa para os resultados

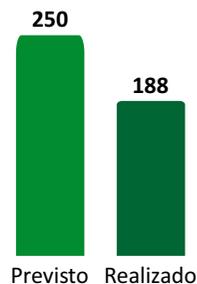
Com a implantação do formulário de submissão de programas na Plataforma de Ações de Extensão e Cultura (Paec) e o lançamento do Edital Proex 14/2019, os primeiros Programas foram cadastrados somente no final de 2019, com duração mínima de 18 meses. A tendência para os próximos anos é de que este número aumente, visto que há previsão de lançamento de editais anuais para apoio a programas.

Fonte: Proex.

* Considera-se as vagas ofertadas em projeto de extensão aprovado em edital com pelo menos 1 mês de bolsa.

RESULTADOS DA GESTÃO

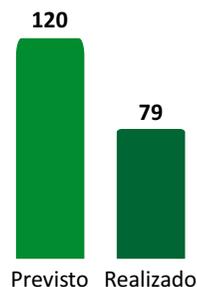
Meta 4 - Realização de projetos de extensão



Justificativa para os resultados

O monitoramento e a avaliação dos projetos vêm se tornando mais sistemático devido à ampliação e melhoria das ferramentas da Plataforma de Ações de Extensão e Cultura (Paec), disponível em: http://sistemas.ufac.br/plataforma_projetos.wsgi

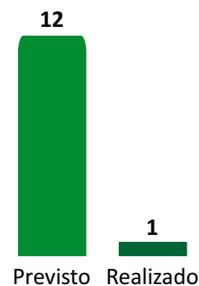
Meta 5 - Realização de cursos de extensão



Justificativa para os resultados

Apesar do lançamento de um edital que contemplava o apoio financeiro a cursos de extensão (Edital 11/2019), não houve nenhuma submissão nesta modalidade. Inicialmente havia a previsão de lançamento de um edital específico para financiar cursos, porém a meta não foi alcançada. Vale destacar que muitos cursos de curta duração são realizados dentro da programação das semanas acadêmicas.

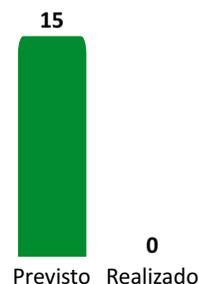
Meta 6 - Criação e manutenção dos núcleos de extensão já existentes



Justificativa para os resultados

O único núcleo com características extensionistas ativo no momento e apoiado pela Proex é o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi).

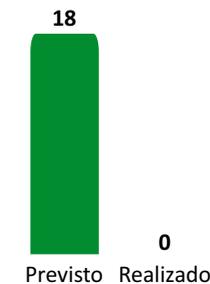
Meta 7 - Apoio aos programas e projetos financiados pelo PROEXT



Justificativa para os resultados

Não se aplica pois não houve chamada de projeto pelo Proext em 2019.

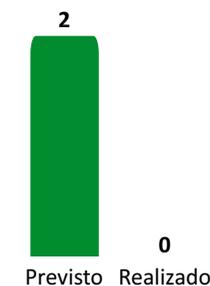
Meta 8 - Apoio aos programas de educação continuada



Justificativa para os resultados

Por falta de financiamento externo, não houve execução de nenhum programa dessa natureza em 2019.

Meta 9 - Construção e ampliação de espaços culturais e esportivos

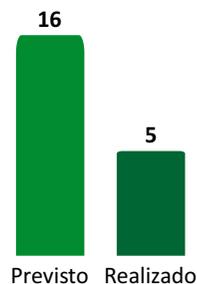


Justificativa para os resultados

Esse indicador foi pensado em 2015, quando imaginou-se orçamento de despesas de capital, porém não foi feito o repasse supracitado, somente de custeio.

RESULTADOS DA GESTÃO

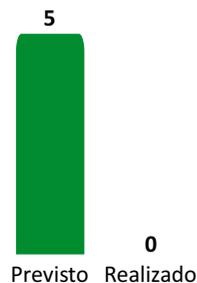
Meta 10 - Realização de eventos, festivais, exposições, oficinas, concursos e seminários



Justificativa para os resultados

A meta não foi atingida integralmente pela falta de recursos para execução dos projetos, além da inviabilidade que alguns programas apresentam no seu desenvolvimento.

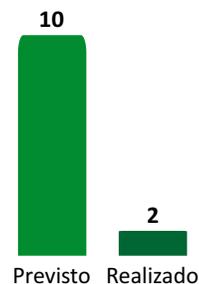
Meta 11 - Apoio a ações de preservação e divulgação do patrimônio cultural



Justificativa para os resultados

Alguns projetos foram iniciados para esse indicador, contudo não foi possível finalizar por falta de orçamento. A meta permanecerá para o novo PDI do próximo quinquênio.

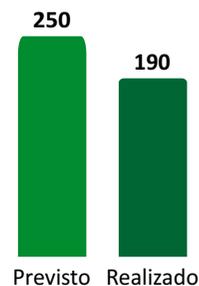
Meta 12 - Promoção de eventos abertos à comunidade interna e externa



Justificativa para os resultados

A meta não foi atingida integralmente por falta de apoio/parceria e orçamento.

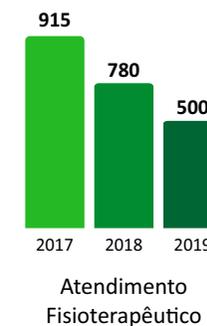
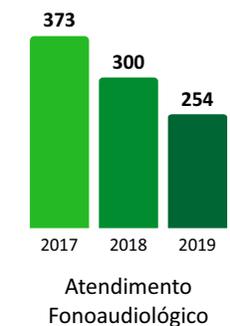
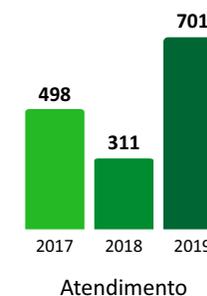
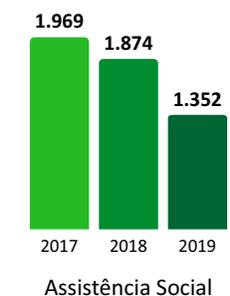
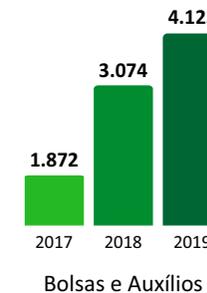
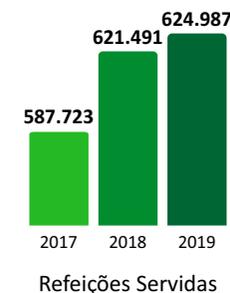
Meta 13 - Ampliação da concessão de bolsas para participação em atividades socioculturais e esportivas



Justificativa para os resultados

A meta não foi atingida integralmente pois o orçamento da Proex, assim como de toda a Universidade, sofreu restrições orçamentárias.

PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS

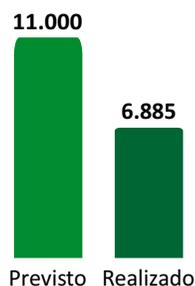


Fonte: Proaes.

RESULTADOS DA GESTÃO

OBJETIVO ESTRATÉGICO: INTEGRAR E POTENCIALIZAR AS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

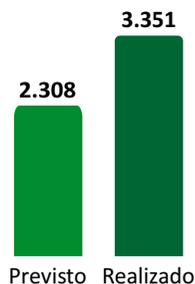
Meta 1 - Garantir a permanência dos estudantes por meio da concessão de bolsas



Justificativa para os resultados

A meta foi pensada em 2015, com uma projeção gradativa de 20% ao ano. Essa projeção não ocorreu no orçamento dos últimos anos, fator que implicou diretamente na concessão de bolsas ofertadas.

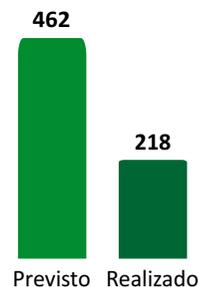
Meta 2 - Garantir a permanência dos estudantes cotistas por meio de concessão de bolsas



Justificativa para os resultados

nesse indicador foram incluídos as bolsas Pró-Inclusão, Pró-Pcd, Promaed e Pró-acessibilidade, ultrapassando o previsto em 45,2%.

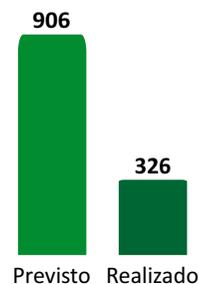
Meta 3 - Promover momentos de estudo, prioritariamente aos estudantes cotistas, por meio da concessão de bolsas de tutoria



Justificativa para os resultados

A meta foi pensada em 2015, com uma projeção gradativa de 20% ao ano. Essa projeção não ocorreu no orçamento dos últimos anos, fator que implicou diretamente na concessão de bolsas ofertadas.

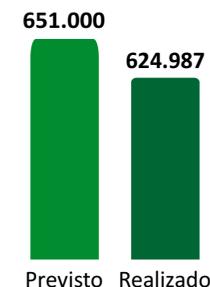
Meta 4 - Garantir a participação dos estudantes em eventos



Justificativa para os resultados

Esta meta está diretamente ligada à solicitação de concessão do auxílio pelo estudante. Para este ano, a procura foi menor do que em relação aos anos anteriores.

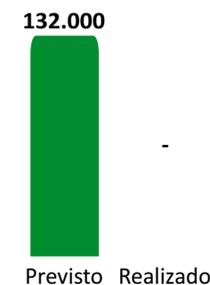
Meta 5 - Ampliar a oferta de refeições em Rio Branco e Cruzeiro do Sul



Justificativa para os resultados

A referida meta foi pensada em 2015, com uma projeção gradativa de 20% ao ano. Essa projeção não ocorreu no orçamento dos últimos anos, fator que implicou diretamente na diminuição do poder de compra e aumento no valor da mão de obra terceirizada. Mesmo não atingindo a meta, observa-se que de 2015 à 2019 houve um aumento considerável na oferta das refeições, mantendo-se a média de aumento dos últimos anos.

Meta 6 - Beneficiar os estudantes com a oferta de refeições em Brasília

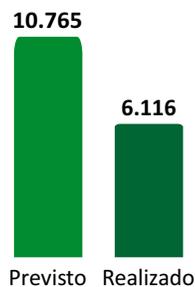


Justificativa para os resultados

A meta não foi atingida pois não foi implementado RU no Campus de Brasília.

RESULTADOS DA GESTÃO

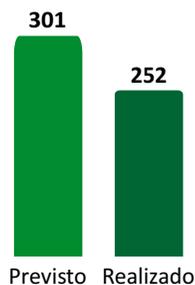
Meta 7 - Beneficiar os estudantes com auxílios passe-livre e deslocamento intermunicipal



Justificativa para os resultados

A meta não foi atingida, mas destaca-se que todos os estudantes que se inscreveram pleiteando os auxílios foram contemplados.

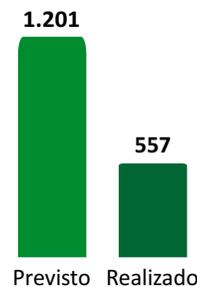
Meta 8 - Beneficiar os estudantes com vagas na residência estudantil em Cruzeiro do Sul



Justificativa para os resultados

A meta não foi atingida, conforme o previsto, devido ao fluxo de entrada e saída dos estudantes que nem sempre ocuparam a residência estudantil pelos 12 meses no ano.

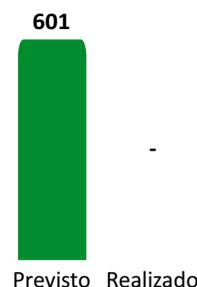
Meta 9 - Beneficiar os estudantes com vagas na residência estudantil em Rio Branco



Justificativa para os resultados

Não foi implementada Residência Estudantil no Campus de Rio Branco. Este benefício foi substituído pelo Auxílio Moradia em pecúnia, para os *campi* de Cruzeiro do Sul e de Rio Branco. Como a meta estipulava, desde 2015, a oferta de vagas na residência, não é possível comparar vagas com o benefício em pecúnia.

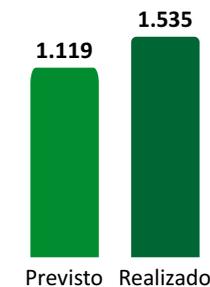
Meta 10 - Beneficiar os estudantes com vagas na residência estudantil em Brasília



Justificativa para os resultados

A meta não foi alcançada devido a não implantação dos cursos de graduação no Campus de Brasília.

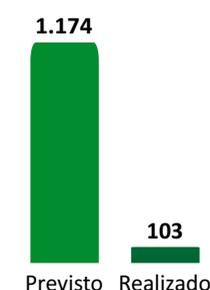
Meta 11 - Beneficiar os estudantes com atendimento psicossocial



Justificativa para os resultados

A meta ultrapassou o previsto utilizando-se a estratégia de atendimentos em grupos, individual e visitas domiciliares.

Meta 12 - Beneficiar os estudantes com atendimento pedagógico

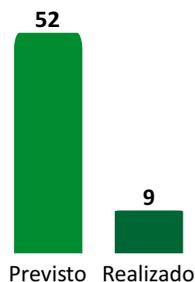


Justificativa para os resultados

A meta não foi atingida devido à limitação prevista nos editais quanto à formação de grupos de estudos, seja qual “as vagas para tutores serão distribuídas [...], somente se existir a quantidade igual ou superior a três bolsistas Pró-Inclusão, por curso de graduação”. Já em Cruzeiro do Sul, a meta não foi realizada devido à falta do profissional pedagogo.

RESULTADOS DA GESTÃO

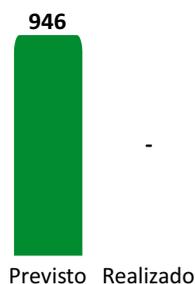
Meta 13 - Consolidar os grupos de estudos para promover momentos de aprendizagem, prioritariamente aos estudantes ingressantes pelo sistema de cotas



Justificativa para os resultados

A meta não foi atingida devido à limitação nos editais quanto à formação de grupos de estudos, seja qual, “as vagas para tutores serão distribuídas [...], somente se existir a quantidade igual ou superior a três bolsistas Pró-Inclusão, por curso de graduação”.

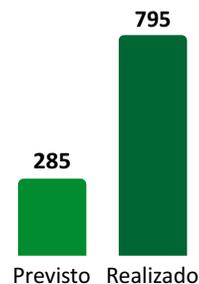
Meta 14 - Executar programa de nivelamento para atender, prioritariamente, estudantes ingressantes por meio do sistema de cotas



Justificativa para os resultados

A meta não foi atingida devido à extinção do projeto em 2015.

Meta 15 - Beneficiar os estudantes com auxílio creche



Justificativa para os resultados

A meta foi superada em razão de todos os estudantes inscritos terem sido contemplados.

Meta 16 - Beneficiar os estudantes com vagas no Centro de Educação Infantil em Rio Branco

Justificativa para os resultados

A meta não foi atingida pois não ocorreu a construção do prédio para a creche no Campus de Rio Branco.

Meta 17 - Beneficiar os estudantes com vagas no Centro de Educação Infantil em Cruzeiro do Sul

A meta não foi atingida pois não ocorreu a construção do prédio para a creche no Campus de Cruzeiro do Sul.

Meta 18 - Incentivar a conclusão dos cursos de graduação por meio da concessão do auxílio TCC/Monografia

a meta não foi atingida devido à extinção do programa em 2015.

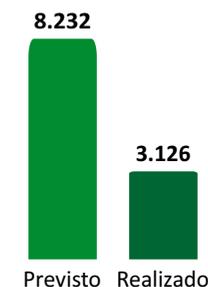
Meta 19 - Melhorar as condições de acesso e garantir a permanência dos estudantes com deficiência



Justificativa para os resultados

A meta foi atingida com a implementação das comissões de acessibilidade responsáveis pela melhor estruturação de espaços físicos.

Meta 20 - Identificar o perfil dos discentes



Justificativa para os resultados

A meta proposta para o quadriênio 2015-2019 só foi implementada no ano de 2019 com o projeto estratégico Observatório Discente, acarretando no cumprimento parcial do objetivo.

RESULTADOS DA GESTÃO

PROGRAMAS, AÇÕES E INICIATIVAS/PROJETOS RELEVANTES

No ano de 2019, destaca-se a continuidade dos estudos do Observatório Discente, com acompanhamento e desenvolvimento acadêmico dos estudantes bolsistas em situação de vulnerabilidade socioeconômica contemplados com a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES); identificação dos índices de evasão, retenção e sucesso dos estudantes, em conjunto com o Núcleo de Apoio à Inclusão (NAI) e Pró-reitoria de Graduação (Prograd); definição dos parâmetros para a construção da plataforma juntamente com o Núcleo de Tecnologia da Informação, que receberá as informações dos egressos da Ufac. Para minimizar o alto índice de reprovação em disciplinas identificadas pelo observatório, foi criada em 2019 a bolsa Reforço Acadêmico. Destaca-se, ainda, as campanhas de conscientização sobre alimentação saudável, desperdício de alimentos e uso sustentável dos recursos.

Projetos de pesquisa por área e modalidade de financiamento		
Área prioritária	Com financiamento	Sem financiamento
Cultura e Sociedade	1	15
Educação	-	9
Meio Ambiente	3	12
Tecnologia e Desenvolvimento Regional	-	9
Demais áreas	2	15
Total	6	60

Fonte: Propeg.

Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência

O Pibid é uma iniciativa para o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a educação básica. O programa concede bolsas a alunos de licenciatura participantes de projetos de iniciação à docência desenvolvida por Instituições de Educação Superior (IES), em parceria com escolas de educação básica da rede pública de ensino. Nos anos de 2018-2019, a Ufac contou com a participação de 408 bolsistas mensais.

Residência Pedagógica

O Programa de Residência Pedagógica é uma das ações que integram a Política Nacional de Formação de Professores e tem por objetivo induzir o aperfeiçoamento da formação prática nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão do licenciado na escola de educação básica, a partir da Segunda metade do seu curso. Essa imersão deve contemplar, entre outras atividades, regência de sala de aula e intervenção pedagógica, acompanhadas por um professor da escola com experiência na área de ensino do licenciado e orientada por um docente da sua instituição formadora. Nos anos de 2018-2019, a Ufac contou com a participação de 264 bolsistas mensais.

Mobilidade Acadêmica

O Programa de mobilidade acadêmica tem por finalidade proporcionar ao/a discente de graduação, regularmente matriculado/a, a possibilidade de cursar atividades/componentes curriculares em outras Instituições de Ensino Superior, sem prejuízos para integralização do seu curso de origem. Através desse programa, foi celebrado, em 2003, o convênio entre as Instituições Federais de Ensino e ANDIFES, que tem como objetivo regular as relações de reciprocidade entre as signatárias no que se refere à mobilidade de discente de graduação, criando o Programa ANDIFES de Mobilidade Acadêmica, possibilitando a cooperação técnico-científica entre IFES.

Programa de Educação Tutorial

O PET é desenvolvido por grupos de estudantes, com tutoria de um docente, organizados a partir de formações em nível de graduação nas Instituições de Ensino Superior, orientados pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da educação tutorial. Ainda que o grupo PET, uma vez criado, mantenha suas atividades por tempo indeterminado, os seus membros possuem um tempo máximo de vínculo: ao bolsista de graduação é permitida a permanência até a conclusão da sua graduação e aos tutores um período de, no máximo, seis anos, desde que obedecidas as normas do Programa.

Programa Nacional de Formação de Professores para Educação

Conforme informações retiradas do site da CAPES, o Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor) é uma ação da CAPES que visa induzir e fomentar a oferta de educação superior, gratuita e de qualidade, para profissionais do magistério que estejam no exercício da docência na rede pública de educação básica e que não possuem a formação específica na área em que atuam em sala de aula.

Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas

O PROLIND é um programa realizado pelo Ministério da Educação, vinculado à SEMESP, cujo o principal objetivo é apoiar financeiramente cursos de licenciatura especificamente destinados à formação de professores de escolas indígenas, as chamadas licenciaturas indígenas ou licenciaturas interculturais.

RESULTADOS DA GESTÃO

INDICADORES TCU

Indicadores Decisão TCU 408/2002	Exercício	
	2019	2018
Custo corrente / aluno equivalente (incluindo os 35% das despesas do(s) HU(s))	25.502,35	17.676,59
Custo corrente / aluno equivalente (excluindo as despesas do(s) HU(s))	25.502,35	17.676,59
Aluno tempo integral / número de professores equivalentes	10,18	16,62
Aluno tempo integral / número de funcionários equivalentes (incluindo funcionários a serviço no(s) HU(s))	8,41	13,52
Aluno tempo integral / número de funcionários equivalentes (excluindo funcionários a serviço no(s) HU(s))	8,41	13,52
Funcionário equivalente / número de professores equivalentes (incluindo funcionários a serviço no(s) HU(s))	1,21	1,23
Funcionário equivalente / número de professores equivalentes (excluindo funcionários a serviço no(s) HU(s))	1,21	1,23
Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,69	1,07
Grau de Envolvimento com Pós-graduação (GEPG)	0,05	0,06
Conceito CAPES para a Pós-graduação	4	3
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	3,89	3,69
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	34,00%	34,00%
Número de alunos de residência médica em tempo integral	142	170

Fonte: SIE e Prodegep.

Custo Corrente / Aluno Equivalente - Especifica o aporte financeiro médio despendido pela instituição com cada um de seus alunos, retirando as despesas acadêmicas, passando de R\$ 17.676,59 em 2018, para em 25.502,35 em 2019, ou seja, o aporte médio financeiro despendido com cada aluno teve crescimento de 44,27%. O custo corrente total da Ifes em 2018 foi de R\$ 250.380.090,90 já em 2019 foi de R\$ 277.237.039,75. Como consequência desse aumento, podemos citar alguns fatores que contribuíram para esse aumento dos gastos com despesas de custeio, como energia elétrica, segurança e outras despesas em decorrência do aumento de edificações e, para, além disso, podemos dizer que, após um longo período advindo de greves, em 2019, os 2 semestres foram concluídos dentro do ano civil, o que nos permitiu fazer uma análise incluindo os dois semestres letivos do ano em curso, diferente de outros anos, em que de acordo com o Acórdão do TCU, nos permitia fazer o cálculo obtendo os dados do 2 semestre do ano anterior e o 1 semestre do ano em questão, devido a não conclusão dos 2 semestres do ano de referência.

Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente - Mensura a produtividade e eficiência do corpo docente a partir do número médio de alunos em tempo integral e número de professores equivalentes em exercício. Em 2019, o número médio de alunos atendidos por professor foi de 10,18 um decréscimo de 38,74% em relação ao ano de 2018, onde o número médio de alunos atendidos foi de 16,62.

Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente - Mensura a produtividade e a eficiência do corpo técnico da Ufac, a partir do cálculo do número médio de alunos em tempo integral pelo número de funcionários equivalentes, considerando como referência o servidor de tempo integral (40 horas/semana), convertendo-se proporcionalmente os que se enquadrem em outros regimes de trabalho por meio dos pesos definidos no Acórdão TCU, sendo de 8,41 em 2019.

Funcionário Equivalente / Professor Equivalente - É a relação entre o número de funcionários equivalentes e número de professores equivalentes, encontrados pelas

relações de pesos definidas no Acórdão do TCU, ou seja, mede o apoio dado pelos profissionais acadêmicos da atividade-meio à realização da atividade fim, sendo de 1,21 em 2019.

Grau de Participação Estudantil - É o indicador que expressa o grau de utilização, pelo corpo discente, da capacidade instalada na universidade e a velocidade de integralização curricular de seus cursos, sendo de 0,69 em 2019.

Grau de Envolvimento Discente com Pós-graduação - É a relação entre o total de alunos de pós-graduação vinculados a programas de mestrado e doutorado e o total de alunos de graduação e pós-graduação (mestrado e doutorado), ou seja, o envolvimento discente com a pós-graduação, sendo de 0,05 em 2019.

Conceito CAPES/MEC para a Pós-graduação - É a média dos conceitos de avaliação realizada pela Capes de todos os programas stricto sensu (mestrado e doutorado), sendo a média 4 em 2019.

Índice de Qualificação do Corpo Docente - Indica o nível de qualificação dos docentes da instituição em relação ao número de docentes graduados, mestres e doutores, podendo chegar ao valor máximo de 5, ou seja, quando todos os docentes de uma les são doutores, no ano de 2019, esse nível na Ufac foi de 3,89.

Taxa de Sucesso na Graduação - É o principal indicador de eficiência acadêmica, pois mede principalmente o grau de evasão por diplomação dos alunos e é obtido pela razão do número de diplomados e o número de ingressantes, ajustados pelo ano em que esses alunos entraram na instituição e por um tempo de permanência fixado pela SESu/Mec, para cada curso, levando em consideração a área. No ano de 2019 a TSG foi 34%.

Número de Alunos de Residência Médica em Tempo Integral - Representa o número de alunos de residência médica em tempo integral na les no exercício de referência, sendo 142 alunos em 2019.

RESULTADOS DA GESTÃO

INDICADORES ESTRATÉGICOS

Os indicadores estratégicos mostram a relação entre os objetivos estratégicos, medindo o que está sendo executado e gerenciá-lo de forma adequada para a consecução das metas propostas. As lideranças estabeleceram para cada objetivo estratégico indicadores para medição do desempenho organizacional, sendo alguns baseados nos usualmente adotados na gestão pública. Os objetivos estratégicos, os indicadores, as metas e seus resultados podem ser visualizados no painel a seguir.



MONITORAMENTO DAS METAS NÃO ALCANÇADAS

O monitoramento das metas é realizado periodicamente, permitindo a identificação de dificuldades ou a necessidade de aprimoramentos que podem resultar em ajustes para realinhamento ou proposições de novas metas.

Para gestão do processo, a instituição passará a utilizar uma plataforma própria que permitirá o cadastro, monitoramento, atualização e emissão de relatórios detalhados. O acompanhamento da plataforma será feito pela Pró-reitoria de Planejamento, que estabelecerá um cronograma semestral de reuniões de avaliação com os diversos setores, tendo como foco os resultados anuais a serem atingidos. Os setores deverão apresentar o andamento de suas metas, ações e indicadores, os resultados alcançados e avaliação de desempenho, relatando os principais avanços e dificuldades, tendo como base as informações/dados coletados durante o monitoramento das metas.

PERSPECTIVAS PARA OS PRÓXIMOS EXERCÍCIOS

Para os próximos anos o que se espera é que a Universidade mantenha o seu padrão, formando profissionais extremamente qualificados, sendo via essencial de integração regional e uma instituição de destaque por sua responsabilidade social e ambiental. O alto nível de capacitação dos profissionais, a estrutura construída durante toda história da instituição, gera um ambiente estimulante a todos atores envolvidos no processo de melhoria de resultados. Deste modo, apesar das contingências e dificuldades que o ambiente pode apresentar, a expectativa é uma evolução positiva, uma vez que o compromisso com bons resultados é uma característica marcante da Instituição.

VINCULAÇÃO COM OS OBJETIVOS DO PLANEJAMENTO PLURIANUAL (PPA)

Os resultados apresentados, especialmente àqueles que demonstram avanços na capacidade de geração de valor da instituição estão em linha com sua missão, uma vez que mostra a efetividade da universidade em “produzir, sistematizar e difundir conhecimentos, com base na integração ensino, pesquisa e extensão, para formar cidadãos críticos e atuantes no desenvolvimento da sociedade.” Além disso, mostra que o desenvolvimento da instituição está em linha com os seguintes objetivos do Planejamento Plurianual (2016-2019) vigente no ano de 2019:

Objetivo	Descrição
1008	Fortalecer a formação e a valorização dos profissionais da educação, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e da aprendizagem ao longo da vida, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024
1010	Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pósgraduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024
1011	Aprimorar os processos de gestão, monitoramento e avaliação dos sistemas de ensino, considerando as especificidades da diversidade e inclusão, em cooperação com os entes federados, estimulando a participação social, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024

Fonte: Plano Plurianual.

Capítulo 06

Desempenho da Gestão

DECLARAÇÃO DO PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO

O ano de 2019 caracterizou-se pela extrema dificuldade no que diz respeito à sustentabilidade financeira da Ufac e a gestão dos créditos orçamentários disponibilizados para execução das ações de manutenção, funcionamento e expansão da instituição, propiciando riscos ao longo do ano para o cumprimento efetivo de sua missão institucional e principalmente para o alcance de sua visão de futuro, conforme objetivos previstos no Planejamento e Gestão Estratégica 2014-2023 e nas ações previstas nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, infraestrutura e pessoal no Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019.

Com um déficit projetado de R\$ 5,7 milhões para o custeio, o ano de 2019 foi iniciado obrigando a instituição a uma série de ajustes, como a supressão de atividades acadêmicas e adequação dos contratos de serviços em vigor, recrudescido com o bloqueio orçamentário imposto pelo Decreto 9.741 de março de 2019, com o contingenciamento linear de 30% para as universidades federais, afetando em 42,52% a ação orçamentária 20RK - funcionamento de instituições federais de ensino superior. Este triste cenário perdurou até o final de setembro, colocando a instituição em risco de paralisação de serviços e ações acadêmicas por falta de recursos orçamentários.

Embora enfrentando esta adversa situação, a Ufac considera como elemento presente no desenvolvimento de sua estratégia, a permanente tendência de expansão de suas atividades, decorrentes das mais variadas demandas da sociedade e da comunidade universitária, constituindo um processo orgânico sujeito a oportunidades e ameaças, aprimoramento de seus pontos fortes e redução de pontos fracos. Fecha assim, o ano de 2019 com 7.666 estudantes, 755 docentes, 719 técnicos-administrativos, 52 cursos de graduação, 45 cursos entre mestrados, doutorados e especializações e quase 128 mil m² de área construída distribuídas em 3 *campi*, 4 núcleos e 2 fazendas experimentais.

Quando da avaliação externa da instituição, realizada em 2016, em conformidade com a Lei SINAES 10.861 de 10 de abril de 2004, a Ufac melhorou o seu Conceito Institucional de 3 para 4, numa escala até 5, passando do conceito suficiente para muito bom, sendo recredenciada por mais 8 anos (Portaria Mec nº 315, de 08 de março de 2017), passando a ser uma das 04 instituições entre as 10 na Região Norte com este conceito.

Também internamente em auto avaliações, realizada pela Comissão Própria de Autoavaliação – CPA, segundo a comunidade universitária, seu conceito foi elevado passando do Indicador de Qualidade (IQ) de 1,07 (regular), em 2012, subindo para 1,64 (bom), em 2015, e apresentando uma ligeira redução para 1,56 (bom), em 2018, numa escala até 3, conforme relatórios disponibilizados pela CPA a toda comunidade interna e externa.

A elevação de seu conceito, tanto externo quanto interno, foi resultado do avanço em todas as dez dimensões avaliadas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, quais sejam, Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional, Políticas para o ensino, pesquisa e extensão, Responsabilidade Social, Comunicação com a sociedade, Políticas de pessoal, Organização e Gestão, Infraestrutura Física, Políticas de atendimento aos discentes e sustentabilidade financeira, demonstrando que a instituição, embora com as dificuldades vivenciadas nos últimos anos, enfrenta os desafios na busca do caminho pretendido.

Neste aspecto, cita-se a Emenda Constitucional nº 95/2016 (Teto de Gastos), associada a gradual liberação de limites orçamentários e ao contínuo achatamento da matriz OCC, com drásticas reduções especialmente nos créditos de capital, que têm inviabilizado investimentos e gerado alto risco para o desenvolvimento institucional. Para mitigar este quadro, a Alta Administração empreende todo ano ação junto a Bancada Federal de parlamentares e também no MEC, para suprir a sinistra deficiência orçamentária, obtendo recursos sem

qualquer constância anual, conforme pode ser verificado nos quadros orçamentários adiante. O conjunto de recursos provindos de emenda de bancada e individuais no orçamento de 2018 e ainda TED obtido junto ao MEC, permitiu impulsionar a estratégia em 2019 e iniciar a execução da grande maioria das obras e serviços de engenharia para atendimento às mais diferentes áreas. Da mesma forma, a inserção feita pela bancada federal no Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal (de Ação Orçamentária específica) para a continuidade da importante iniciativa de implantação do Hospital Universitário previsto para o período 2020-2023.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DAS ÁREAS DE GESTÃO

Para alcançar a visão de futuro e realizar a sua missão, a Ufac desenvolve sua estratégia por meio da articulação dos objetivos estratégicos dispostos nas perspectivas da sociedade, processos internos, pessoas, infraestrutura e orçamento, que ligados por relação de causa/efeito possibilitam a identificação de ações necessárias ao alcance de cada objetivo.

No mapa estratégico da Ufac, o tema Orçamento tem como objetivo estratégico assegurar recursos financeiros para implantação e desenvolvimento da estratégia, sendo elemento sustentador dos objetivos validados para as perspectivas.



DECLARAÇÃO DO PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO

PRINCIPAIS AÇÕES DA GESTÃO REALIZADAS EM 2019 COM IMPACTO SOBRE OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Impacto na Qualidade Acadêmica

Obtenção de nota 3 no Conceito de Curso (CC) de Medicina, quando da avaliação *in loco*;

Ingresso da 1ª turma no curso ABI Teatro;

Aprovação do Doutorado Institucional em Letras: Linguagem e Identidade;

Aprovação dos Mestrados Institucionais em Geografia, Artes Cênicas e Ciências Ambientais;

Adesão ao Mestrado Profissional em Ensino de História em Rede;

Doutorado Interinstitucional em Direito com a UNB;

Implantação do Projeto Estratégico Observatório Discente, identificando o perfil e o desempenho acadêmico nos cursos de graduação e a atuação dos egressos no mercado de trabalho;

Implantação do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), o qual buscará estimular o envolvimento dos pesquisadores da instituição em processos inovativos;

Desenvolvimento de Políticas Institucionais visando melhorar o desempenho dos alunos no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade);

Ações de formação continuada para os docentes por meio da Escola de Formação para a Docência no Ensino Superior que consistiram em palestras, oficinas, cursos e publicação de editais visando intercâmbio docente em Universidades Federais e apoio à participação de docentes em eventos nacionais;

Ampliação de número de mestres e doutores em efetivo exercício por meio da qualificação em programa de pós-graduação *stricto sensu*;

Acolhimento pedagógico aos docentes empossados;

Aperfeiçoamento dos processos de seleção para ingresso;

Aprimoramento do Sistema de Avaliação das disciplinas dos cursos de graduação.

Impacto na Articulação com a Comunidade Externa

Realização de 05 Acordos de Cooperação Técnica Nacional e 03 Internacional;

Inauguração de Usina Solar em parceria com o Centro de Excelência em Energia do Acre (CEEAC);

Execução do Projeto de Eficiência Energética em parceria com o Centro de Excelência em Energia do Acre (CEEAC);

Fomento a start-ups por meio do SebraeLab/Ufac.

Impacto no Planejamento e Gestão

Lançamento do Ufac em Números 2018;

Realização da autoavaliação institucional referentes ao ano de 2018;

Realização do Censo da Educação Superior;

Reativação da Diretoria de Controle e Gestão Institucional: responsável, entre outras atribuições, por coordenar a implantação do SEI nesta IFES;

Formação da Comissão de Implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI);

Consolidação e aprovação do Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024;

Implantação da Unidade de Controle Interno e Gestão de Riscos.

Impacto na Comunicação e Relacionamento

Lançamento do novo site da Ufac.

Impacto na Gestão de Pessoas e Cultura Organizacional

Contratação de novos servidores, sendo 108 docentes e 29 técnicos-administrativos;

Mestrado Interinstitucional em Administração Pública com a UNB, para qualificação dos técnicos-administrativos.

Impacto na Infraestrutura Física

Obras entregues:

Conclusão da pista de atletismo de alto rendimento;

Conclusão do bloco do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas;

Reforma da quadra descoberta.

Contratações de obras e serviços:

Implementação de 30 módulos Geradores de Energia Solar Fotovoltaica;

Construção de espaço destinado a atender às necessidades do Almoxarifado Central e Serviço de Patrimônio.

Projetos:

Etapa final do projeto executivo de construção do Hospital Universitário.

Impactos na Infraestrutura de TIC

Inauguração do *DataCenter*, projeto estratégico Ambiente de Alta Disponibilidade;

Aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2020-2022, pelo Comitê de Governança Digital (CGD).

Impacto no Orçamento

Alocação de recursos orçamentários via emendas individuais e Termos de Execução Descentralizada;

DECLARAÇÃO DO PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO

Alocação de Emendas individuais no valor total de R\$ 3.350.387,00, destinadas a atender as atividades de ensino, pesquisa e extensão da instituição.

Desafio	Desafio
Cumprimento do Teto de Gastos	Expansão e interiorização da Ufac
Oportunidade	Oportunidade
Ajustes contratuais, otimização de serviços e controle efetivo	Autorização de cursos e liberação de códigos de vagas para os <i>campi</i> (docentes e técnicos-administrativos)
Desafio	Desafio
Manutenção do conceito CAPES nos cursos de pós-graduação	Implantação do Hospital Universitário previsto no PPA do Governo Federal 2020-2023
Oportunidade	Oportunidade
Fortalecimento da Pesquisa e manutenção das notas de avaliação CAPES dos cursos de mestrado e doutorado	Melhoria do sistema de saúde do Estado, do ensino, pesquisa e extensão institucionais
Desafio	
Implantação do projeto estratégico Complexo Multiusuário de Pesquisa (COMPE)	
Oportunidade	
Fixação de doutores na região	
Desafio	
Redução dos índices de evasão e retenção na graduação	
Oportunidade	
Melhoria do quadro de docentes com a contratação de efetivos e substitutos	
Execução do projeto estratégico Observatório Discente	

GESTÃO DE PESSOAS

CONFORMIDADE LEGAL

A Universidade Federal do Acre, na área de Gestão de Pessoas, atua em consonância com a aplicabilidade de normas externas e internas, realizando, entre outras atividades, o acompanhamento de folha de pagamento dos servidores, contratos de docentes temporários e bolsistas, publicações de boletim de pessoal, ações referentes a atos de admissão, aposentadoria, pensão e vacância, entre outros. Para realização de suas atividades, a Universidade assegura a conformidade com as normas previstas, como: Lei nº 8.112/1990, Lei nº 11.091/2005 e outras normas aplicáveis à gestão de pessoas.

AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

A distribuição da força de trabalho por gênero dos servidores, com lotação efetiva na Instituição, está disposta da seguinte forma:



O quadro de servidores da Universidade Federal do Acre está distribuído em três carreiras: Técnicos-administrativos em Educação, Professor do Magistério Superior e Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.



Fonte: Prodgep.

Com relação à qualidade na força de trabalho, do total de 669 servidores que fazem parte das classes C (ensino fundamental de requisito mínimo para ingresso), D (ensino médio de requisito para ingresso) e E (ensino superior de requisito para ingresso), é possível afirmar que mais de 80% possuem qualificação maior do que a definida em lei para ingresso no cargo.

Escolaridade	Classe C	Classe D	Classe E	Total
Ensino Fundamental	20	0	0	25
Ensino Médio	11	54	0	60
Ensino Superior	30	129	27	186
Especialização	21	120	143	284
Mestrado	4	44	57	105
Doutorado	1	1	7	9
Total	87	348	234	669

Para além do quantitativo de servidores TAE, definido no decreto nº 7.232/2010, a Instituição possui 50 servidores ocupantes das classes A e B, que são extintos na medida em que o servidor se aposenta ou se desliga do órgão.

O levantamento realizado do quadro de pessoal efetivo da Instituição por etnia contabilizou 1.474, sendo que ainda existem registros no SIAPE de servidores que não apresentam a referida informação.

Etnia	Quantidade	Etnia	Quantidade
Amarela	26	Parda	722
Branca	546	Preta	61
Indígena	4	Não Informado	115

Fonte: Prodgep.

No quadro de servidores da instituição existem 16 servidores com deficiência, os quais estão lotados tanto nas áreas meio como fim e nas carreiras de técnico-administrativo e magistério superior.

Deficiência	Quantidade
Cegueira	1
Deformidade Congenita ou Adquirida	1
Mobilidade Reduzida, Permanente ou Tempo	2
Monoplegia	1
Paraplegia	1
Parcialmente Surdo	1
Portador de Baixa Visão	4
Portador de Surdez Bilateral	1
Portador de Visão Parcial	2
Surdez	1
Tetraplegia	1
Total	16

Fonte: Prodgep.

GESTÃO DE PESSOAS

Para distribuição de servidores por faixa salarial, foi observado o parâmetro de salário mínimo e excluído um servidor em exercício descentralizado.

Salários Mínimos	Técnicos	Prof. EBTT	Prof. MS
1-4	187	1	30
5-9	438	5	223
10-14	69	25	284
15-19	11	5	87
20-24	4	2	69
25-29	0	0	18
30-34	0	0	1
40-44	1	0	0
Total	710	38	712

OBS: Servidores afastados sem remuneração: 14 (5 MS e 9 TAE), descontados do total.

A distribuição da força de trabalho dos servidores efetivos da instituição por faixa etária está disposta da seguinte forma:

Faixa Etária	Quantidade	Faixa Etária	Quantidade
23-27	49	48-52	136
28-32	188	53-57	151
33-37	293	58-62	116
38-42	268	63-67	54
43-47	185	68-73	34

Fonte: Prodgep.

No exercício houve movimentação na força de trabalho, inclusive com vacância de 13 cargos em extinção e/ou suspensos, os quais não tem possibilidade de reposição, gerando aumento de demandas para atendimento dos serviços executados.

Com relação ao ingresso de novos servidores, de acordo com informações que constarão no quadro a seguir, é possível observar que na carreira de magistério superior o número de ingressos é maior do que o número de vacâncias. Esse fato se deu em função de provimentos de vagas existentes anteriormente e que estavam no aguardo de finalização do processo seletivo.

Na contratação de novos servidores destaca-se a contratação do primeiro ocupante do cargo de psicólogo para o Campus Floresta, que fica localizado em Cruzeiro do Sul e tem difícil fixação desses profissionais, e um médico do trabalho para compor o serviço médico pericial e equipe de segurança no trabalho.

Vacância por carreira/classe	
Carreira	Servidores
Professor do Magistério Superior	17
Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	4
Técnicos-administrativos em Educação classe A e B	6
Técnicos-administrativos em Educação classe C	7
Técnicos-administração em Educação classe D	22
Técnicos-administrativos em Educação classe E	10
Professor Substituto	87
Total	153

Admissão por carreira/classe	
Carreira	Servidores
Professor do Magistério Superior	50
Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	2
Técnicos-administrativos em Educação classe A e B	0
Técnicos-administrativos em Educação classe C	0
Técnicos-administração em Educação classe D	21
Técnicos-administrativos em Educação classe E	8
Professor Substituto	51
Professor Visitante	4
Total	136

GESTÃO DE PESSOAS

ESTRATÉGIA DE RECRUTAMENTO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS

Com relação ao recrutamento de pessoal efetivo, todos os servidores estão submetidos ao Regime Jurídico Único, instituído pela Lei nº 8.112/1990 e o provimento no cargo se dá por meio de aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos, de acordo com sua natureza e complexidade.

Quanto à alocação de vagas da força de trabalho, as mesmas estão distribuídas em duas carreiras distintas: Planos de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, dividido em Professor do Magistério Superior e Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, definidos na Lei nº 12.772/2012, e Plano de Cargos e Carreiras dos Técnicos-administrativos em Educação - PCCTAE, definido na Lei nº 11.091/2005.

O quantitativo das referidas vagas foram definidos para os técnicos-administrativos, por meio do Decreto nº 7.232/2010, o qual criou o Quadro de Referência de Servidores Técnico-administrativos em Educação - QRSTAE, do Decreto nº 7.485/2011, que criou o Banco de Professor Equivalente do Magistério Superior - BPEq e Decreto nº 8.260/2014, que instituiu o Banco de Professor Equivalente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - BPEqEBTT.

A edição dos referidos dispositivos legais possibilitou à Instituição uma melhora na gestão na alocação de servidores, considerando que o processo de contratação de servidores, efetivos e temporários, tornou-se mais simplificado e otimizado por meio da autorização de realização de concurso público imediatamente após a vacância da vaga.

Atualmente, 48% dos 719 técnicos-administrativos estão exercendo atividades na área fim da instituição. Existe um projeto para dimensionamento da força de trabalho no sentido de identificar possíveis distorções de lotação e promover a adequação do quantitativo de servidores por área.

DETALHAMENTO DA DESPESA DE PESSOAL

No exercício de 2019 observa-se aumento na despesa geral de R\$ 22.869.816,51 em relação ao exercício de 2018, no entanto essa variação ocorreu em função de concessão de aposentadorias, movimentação de ingresso e egresso de servidores, movimentação na carreira por meio de progressão funcional, incentivo à qualificação e retribuição por titulação e, ainda, reajuste salarial para os cargos da carreira do magistério federal, concedido pela Lei nº 13.325/2016 e reajuste para os cargos de direção e funções gratificadas concedidos pela Lei nº 13.328/2016. O acréscimo no gasto com beneficiários de pensão justifica-se pelo reajuste anual concedido em consonância com a Lei nº 10.887/2004.

Categoria	2018	2019
Servidores aposentados	58.816.962,84	66.704.264,34
Servidores cedidos com ônus	1.418.193,60	874.687,01
Servidores com contrato temporário	5.711.422,59	6.220.739,94
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão	88.388,55	88.717,56
Servidores de carreira vinculados ao órgão da Unidade	173.711.590,82	186.221.067,76
Beneficiários de pensão	10.868.003,16	13.374.901,46
Total	250.614.561,56	273.484.378,07

Fonte: Prodgep.

Ademais, existem demandas de novas vagas para cargos do magistério superior e técnico-administrativos, considerando a necessidade de consolidação da expansão da Instituição, por meio da oferta de novas vagas e interiorização, bem como para adequação de novas rotinas em consonância com a legislação, procedimentos do Ministério da Economia, adequação à digitalização de processos, acompanhamento de alunos com necessidades especiais e o aprimoramento na qualidade do ensino com ofertas de laboratórios, consolidação das unidades administrativas definidas no regimento e criação de novas unidades.

GESTÃO DE PESSOAS

CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

A seleção de estagiários no âmbito da Instituição, no exercício de 2019, foi feita por meio de um agente de integração privado contratando por meio de processo licitatório.

Os alunos regularmente matriculados em vagas de estágio são alocados para desempenhar as atividades de acordo com o disposto na Lei nº 11.788/2008, bem como Orientação Normativa nº 07/2008 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de modo a proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, sob a supervisão de um servidor do quadro de pessoal da instituição.

Os contratos são efetivados com o regime de trabalho de 20 horas semanais, com vistas à propiciar aos alunos a possibilidade de conciliação das atividades no estágio com as atividades acadêmicas, sendo pago, mensalmente, a bolsa no valor de R\$ 364,00 para nível superior e R\$ 203,00 para nível médio, acrescido de auxílio transporte no valor de R\$ 132,00.

O valor da bolsa, definido pelo Ministério do Planejamento, permaneceu inalterado desde dez/2007 até 18/12/2019. Desta forma, o recrutamento de estagiários em áreas específicas, como Direito e Administração, tornou-se mais difícil.

Para seleção dos estudantes, o agente integrador solicita o preenchimento dos requisitos de estarem matriculados e serem frequentes regular em curso de educação superior, educação profissional, ensino médio, educação especial e nos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos e atestados pela instituição de ensino e, no caso de estágio de nível superior, as atividades a serem executadas pelos mesmos têm correlação com a área de aprendizado e administrativa.

No exercício de 2019 foi realizado o contrato de estágio com 110 alunos, com um gasto total de R\$ 423.373,42, sendo R\$ 310.031,02 com bolsa de estágio e R\$ 113.342,40 com auxílio-transporte, nas áreas meio e fim da Instituição.

Período	2018 Área Meio (R\$)	2018 Área Fim (R\$)	2019 Área Meio (R\$)	2019 Área Fim (R\$)
1º Semestre	112.389,22	81.820,19	126.620,29	114.772,57
2º Semestre	105.147,43	112.786,76	78.765,48	103.215,08
Sub Total	217.536,65	194.606,95	205.385,77	217.987,65
Total	412.143,60		423.373,42	

Fonte: Prodgep.

É possível observar um decréscimo de 24,7% de gastos no segundo semestre. Tal fato se deu por necessidade de ajustes na quantidade de bolsas em decorrência do bloqueio orçamentário pelo qual a Instituição passou em 2019, onde não foi possível a renovação do contrato de 20 estagiários, encerramento o exercício com um total de 60 estagiários.

ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS

Tipologia dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão				
1.1 Grupo Direção e Assessoramento Superior	51	51	6	6
1.2.1 Servidores de Carreira Vinculada ao órgão	50	50	6	6
1.2.2 Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	1	1	0	0
2. Funções Gratificadas				
2.1 Servidores de Carreira Vinculada ao órgão	149	147	65	170
Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	200	198	71	176

Fonte: Prodgep.

GESTÃO DE PESSOAS

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

A Lei nº 11.784/2008 instituiu a sistemática para avaliação de desempenho dos servidores de cargos de provimento efetivo e dos ocupantes dos cargos de provimento em comissão da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. A avaliação é composta por critérios e fatores que reflitam as competências do servidor aferidas no desempenho individual das tarefas e atividades a ele atribuídas. Realizada a cada 18 meses, tem como objetivo geral a promoção do desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores.

ESTÁGIO PROBATÓRIO

O estágio probatório pode ser definido como um lapso de tempo no qual a aptidão e a capacidade do servidor serão avaliadas de acordo com critérios de assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade.

A partir do momento em que o indivíduo foi aprovado, nomeado, tomou posse e entrou em exercício no cargo, começa a contar a fase de estágio probatório. Por sua vez, ela só termina quando o servidor, após o cumprimento adequado e tendo obtido avaliação satisfatória em suas tarefas e obrigações, adquire a sua estabilidade no cargo.

O art. 20 da Lei nº 8.112/1990 estabelece que o período do estágio probatório deve ser de 24 meses. Contudo, com a edição da EC 19/1998, o prazo para a estabilidade foi modificado para 3 anos. Apesar de serem institutos diversos, após algumas discussões o governo federal seguiu o estabelecido pela EC 19, e adotou a tese que defende que o estágio probatório também tem a duração de 3 anos.

CAPACITAÇÃO: ESTRATÉGIA E NÚMEROS

A Ufac, por meio da Diretoria de Desempenho e Desenvolvimento, acompanha ações de capacitação e o processo de progressão funcional dos servidores técnico-administrativos, que se dá por capacitação e por desempenho, com fundamento na Lei nº 11.091/2005 e Lei nº 12.772/2012.

No exercício de 2019, por meio do Decreto nº 9.991/2019, foi instituída a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, sendo disponibilizado para os órgãos integrantes do SIPEC, diretrizes para elaboração e programa para monitoramento do Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP.

Foram capacitados presencialmente 119 servidores nos cursos relacionados abaixo, bem como por meio da divulgação de calendário de cursos à distância das escolas de governo.

Curso	Quant. Servidores
Inglês instrumental	17
Elaboração de termo de referência	23
Gestão e fiscalização de contratos	23
Gestão de riscos	25
Processo administrativo disciplinar	25
Análise de sementes florestais e qualidade em laboratórios de ensaios	6
Total	119

Fonte: Prodgep.

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Dentre os principais desafios da unidade, destaca-se: reposição de vagas no Quadro de Referência dos Servidores Técnico-administrativos - QRTAE, bem como sua incrementação para implantação do novo Campus de Brasília; Redimensionamento da força de trabalho com vistas a utilização de um modelo de alocação de vagas; Execução de digitalização e implantação no Assentamento Funcional Digital - AFD, do legado das pastas funcionais dos servidores; Aprimoramento das ações relacionadas a qualidade de vida dos servidores e fortalecimento da Unidade SIASS, onde atualmente a instituição possui, além do acompanhamento pericial, uma política de ações assistencialistas com atendimento médico, psicológico, nutricional, fisioterapêutico e acompanhamento de assistente social e educador físico; Adequação e alimentação de dados nos sistemas integradores do governo federal; Estratégia para qualificação de servidores; Desenvolvimento de estratégias de divulgação para maior alcance de capacitações em EAD por meio das escolas de governo.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O Orçamento público é o instrumento utilizado pelo Governo Federal para planejar a utilização dos recursos arrecadado com os tributos (impostos, taxas, contribuições de melhoria, entre outros). Este instrumento é essencial para oferecer serviços públicos adequados, além de especificar gastos e investimentos que foram priorizados pelos poderes até aos seus mais diversos pontos capilares como a Ufac, a qual executa uma série de recursos destinadas a educação superior, com a execução de ações orçamentárias específicas para atender o ensino, a pesquisa e a extensão universitária, além das ações da educação básica com o funcionamento do Colégio de Aplicação.

O Orçamento anual contempla as despesas com pagamento de pessoal e encargos sociais, ações de manutenção e de investimentos, cujos recursos são oriundos da Matriz OCC do Mec, CONDICAP (Conselho Nacional dos Dirigentes das Escolas de Educação Básica das Instituições Federais de Ensino Superior), Assistência Estudantil – PNAES, Programa de Consolidação das Ifes, Reuni (custeio pactuado) e de Emendas Parlamentares (individuais e de bancada), tendo como objetivos a manutenção, conservação, expansão da infraestrutura física e patrimonial e o incentivo ao crescimento quantitativo e qualitativo do ensino superior.

Cabe a Diretoria de Orçamento e Custos a gestão do orçamento anual, assessorando e provendo às condições para sua execução de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentária. A capacidade e a sustentabilidade financeira, manutenção e financiamento da instituição são garantidas por meio de recursos do Governo Federal, advindos do orçamento anual do Ministério da Educação e de outras receitas provenientes da União, Estados e Municípios que a qualquer título lhes forem atribuídas. Ainda faz parte do orçamento da instituição os recursos de receitas próprias que são diretamente arrecadados por meio da prestação de serviços, da utilização da infraestrutura universitária, da cobrança de taxas e demais arrecadações inerentes à sua área de atuação. Cabe ressaltar

que os valores projetados para a Assistência Estudantil se encontram somados à previsão de custeio, conforme metodologia de repasse adotada pela Andifes.

CAPTAÇÃO DE RECURSOS 2019

A Ufac faz a captação de recursos orçamentários junto a órgãos governamentais e agências de fomento, dentre os quais merecem destaque as dotações de recursos obtidos de órgãos públicos como Ministério da Educação através da Secretaria de Educação Superior - SESu e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, viabilizando diversos projetos de apoio a grupos de pesquisa, cursos de graduação, pós-graduação e Programa de Educação a Distância.

Dentre os recursos descentralizados para a Ufac no exercício 2019, destacamos a relevância dos seguintes recursos:

Órgão Financiador	Objeto	R\$ Valor
MEC/SESu	Bolsas de Residência Médica e Multiprofissional	4.747.861
MEC/SESu	Implementação de 30 módulos geradores de energia solar fotovoltaica	2.243.773
MEC/SESu	Pagamento de preceptorial para docentes do curso de Medicina	528.000
MEC/CAPES	Programa PARFOR	499.995
MEC/CAPES	Programa PROAP	206.914
MEC/CAPES	Programa de Educação à Distância - UAB	34.511
MEC/FNDE	Merenda escolar para alunos do Colégio de Aplicação	37.246

Fonte: Diretoria de Orçamento e Custos.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Ao se analisar o orçamento da instituição no período 2016 – 2019, constata-se aumento com as despesas com pessoal e encargos na ordem de R\$ 63.774.820 (sessenta e três milhões, setecentos e setenta e quatro mil, oitocentos e vinte reais), o que corresponde a um aumento percentual de 30%, além de R\$ 2.854.803 (dois milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e três reais) com pagamentos dos benefícios da folha, aumento percentual de 33% no período analisado.

Ao se efetuar a mesma análise com os recursos de custeio e capital, há uma redução nos recursos de custeio na ordem de R\$ 2.897.873 (dois milhões, oitocentos e noventa e sete mil, oitocentos e setenta e três reais), o que corresponde a um percentual de 6%, e a redução de recursos de capital na ordem de R\$ 13.172.698 (treze milhões, cento e setenta e dois mil, seiscentos e noventa e oito reais), o que corresponde ao percentual de 58% de queda no período analisado.

Se forem contabilizados os recursos provenientes de emendas, constata-se redução nos recursos de custeio na ordem de R\$ 1.947.486,00 (um milhão, novecentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e seis reais), que corresponde a um percentual de redução de 4%, e de R\$ 17.887.328,00 (dezessete milhões, oitocentos e oitenta e sete mil, trezentos e vinte e oito reais), queda de 61% dos recursos de capital constantes no Orçamento da Instituição.

Nas tabelas a seguir são apresentados dados acerca da execução orçamentária de 2019, por meio dela é possível observar a execução do orçamento com e sem emendas, há apresentação do valor da dotação de recursos no começo e fim do exercício, e os respectivos valores empenhados, liquidados e pagos.

LOA com recursos de emenda				
Grupo de Despesas	2016	2017	2018	2019
Pessoal e Encargos	R\$ 209.955.869,00	R\$ 245.453.803,00	R\$ 255.023.077,00	R\$ 273.730.689,00
Outras Despesas Correntes - Benefícios	R\$ 8.644.788,00	R\$ 10.961.712,00	R\$ 11.386.466,00	R\$ 11.499.591,00
Outras Despesas Correntes	R\$ 49.360.952,00	R\$ 46.145.447,00	R\$ 48.140.596,00	R\$ 47.413.466,00
Investimentos	R\$ 29.128.692,00	R\$ 16.557.636,00	R\$ 20.623.734,00	R\$ 11.241.364,00
Total	R\$ 297.090.301,00	R\$ 319.118.598,00	R\$ 335.173.873,00	R\$ 343.885.110,00

LOA sem recursos de emenda				
Grupo de Despesas	2016	2017	2018	2019
Pessoal e Encargos	R\$ 209.955.869,00	R\$ 245.453.803,00	R\$ 255.023.077,00	R\$ 273.730.689,00
Outras Despesas Correntes - Benefícios	R\$ 8.644.788,00	R\$ 10.961.712,00	R\$ 11.386.466,00	R\$ 11.499.591,00
Outras Despesas Correntes	R\$ 48.410.952,00	R\$ 45.545.447,00	R\$ 44.640.596,00	R\$ 45.513.079,00
Investimentos	R\$ 22.764.062,00	R\$ 15.857.636,00	R\$ 6.823.734,00	R\$ 9.591.364,00
Total	R\$ 289.775.671,00	R\$ 317.818.598,00	R\$ 317.873.873,00	R\$ 340.334.723,00

Fonte: Lei Orçamentária Anual.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

LOA com recursos de emenda					
Grupo de Despesas	Dotação Inicial	Dotação Final	Empenhado	Liquidado	Pago
Pessoal e Encargos	R\$ 273.730.689,00	R\$ 306.831.244,00	R\$ 300.173.284,50	R\$ 299.574.827,94	R\$ 277.439.656,99
Outras Despesas Correntes - Benefícios	R\$ 11.499.591,00	R\$ 12.357.810,00	R\$ 11.683.391,00	R\$ 11.210.706,89	R\$ 10.385.258,95
Outras Despesas Correntes	R\$ 47.413.466,00	R\$ 46.270.196,00	R\$ 45.851.546,82	R\$ 35.816.570,60	R\$ 35.313.371,32
Investimentos	R\$ 11.241.364,00	R\$ 8.466.623,00	R\$ 8.465.484,25	R\$ 1.084.886,73	R\$ 991.864,03
Total	R\$ 343.885.110,00	R\$ 373.925.873,00	R\$ 366.173.706,57	R\$ 347.686.992,16	R\$ 324.130.151,29

LOA sem recursos de emenda					
Grupo de Despesas	Dotação Inicial	Dotação Final	Empenhado	Liquidado	Pago
Pessoal e Encargos	R\$ 273.730.689,00	R\$ 306.831.244,00	R\$ 300.173.284,50	R\$ 299.574.827,94	R\$ 277.439.656,99
Outras Despesas Correntes - Benefícios	R\$ 11.499.591,00	R\$ 12.357.810,00	R\$ 11.683.391,00	R\$ 11.210.706,89	R\$ 10.385.258,95
Outras Despesas Correntes	R\$ 45.513.079,00	R\$ 44.369.809,00	R\$ 43.951.163,87	R\$ 35.308.104,74	R\$ 34.804.905,46
Investimentos	R\$ 9.591.364,00	R\$ 6.900.000,00	R\$ 6.899.554,25	R\$ 937.751,73	R\$ 844.729,03
Total	R\$ 340.334.723,00	R\$ 370.458.863,00	R\$ 362.707.393,62	R\$ 347.031.391,30	R\$ 323.474.550,43

Fonte: Lei Orçamentária Anual.

GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

CONFORMIDADE LEGAL

As contratações realizadas por esta IFES são regidas por meio dos seguintes fundamentos legais: Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor); Lei nº 8.666/93; Lei nº 10.520/02; Decreto nº 5.450/05; Decreto nº 5.504/05; Lei nº 12.462/11; Decreto nº 7.581/11; Decreto nº 7.892/13; Decreto nº 9.203/17; IN nº 05/17; Decreto nº 10.024/19 revogou os Decretos nº 5.450/05 e 5.504/05.

CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES

Tendo em vista que este setor é responsável pela gestão de todos os contratos firmados com esta IFES, consideram-se relevantes todas as contratações, uma vez que tratam-se de prestações de serviços essenciais para o bom funcionamento das unidades administrativas e acadêmicas, além de auxiliarem na consecução dos objetivos estratégicos para que a instituição atinja sua missão. Para tal, a unidade atua principalmente na fiscalização dos contratos, dando suporte para os fiscais que são designados através de portarias, e em seguida são encaminhados aos mesmos um kit com a documentação pertinente ao contrato (termo de referência, portaria, contrato, nota de empenho, anexo dos relatórios que farão no acompanhamento de cada contrato e o manual contendo as orientações para uma boa fiscalização).

Há também um controle nos saldos contratuais, através do SIAFIWEB, para que não extrapolem os valores contratados, dando segurança para gerenciar os processos de pagamento dos mesmos. Assim como a elaboração dos termos firmados, que são retirados do site da Advocacia Geral da União - AGU, conforme orientação jurídica dos órgãos competentes.

CONTRATAÇÕES DIRETAS

As contratações diretas por meio de dispensa de licitação, foram em sua maioria firmadas com associações de produtores rurais, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com dispensa de licitação, com fulcro no art. 17 da Lei n.º 12.512, de 14 de outubro de 2011, no art. 17 do Decreto n.º 7.775, de 4 de julho de 2012, e na Resolução do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos (GGPAA) n.º 50, de 26 de setembro de 2012. Ainda na modalidade de dispensa de licitação temos contratos firmados com a FUNDAPE que tem a finalidade de dar apoio aos projetos de pesquisas e inovações intitulados.

No caso de contratações diretas ocasionadas por meio de inexigibilidade, os mesmos são firmados somente por meio de Notas de Empenho dos quais estes setores não participam das contratações diretas desta IFES nesta modalidade.

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

1. O maior desafio é montar uma estrutura de suporte para aprimorar o controle gerencial de todas as contratações, a fim de dar maior eficiência nos procedimentos e gestão de processos;
2. Implantar módulos no sistema interno - SIE, a fim de dar suporte aos fiscais, para que os mesmos tenham maior autonomia no gerenciamento dos contratos, controle nos processos de pagamento e saldo contratual e conhecimento das atribuições inerentes aos fiscais;
3. Engajar o módulo de compras através dos setores vinculados a essa função, bem como trabalhar a governança, o que irá diminuir os riscos relacionados às aquisições e contratações de serviços.

A Universidade tem se empenhado em criar mecanismos de controle mais eficiente com relação aos valores contratados e ao gerenciamento dos contratos com dedicação exclusiva, pois nestes estão os maiores desafios com relação aos encargos trabalhistas e contingenciamentos feitos através da contabilizada, tudo para dar suporte em caso da CONTRATADA não conseguir arcar com suas obrigações.

DETALHAMENTO DOS GASTOS DAS CONTRATAÇÕES

A tabela e os quadros a seguir demonstram as contratações firmadas e vigentes nos exercícios de 2013-2019, que dão suporte às atividades desempenhadas nas unidades administrativas e também manutenção dos ambientes internos e externos da Instituição, e no âmbito acadêmico, no que se refere as melhorias na infraestrutura dos edifícios e a as construções de novos ambientes para execução de atividades de ensino.

ANO	Valor Executado	(%)
2013	R\$ 2.860.811,70	7,31
2014	R\$ 642.104,42	1,64
2015	R\$ 1.696.631,80	4,33
2016	R\$ 2.179.845,73	5,57
2017	R\$ 3.243.071,98	8,28
2018	R\$ 20.221.122,36	51,65
2019	R\$ 8.307.834,21	21,22

Fonte: Prad.

GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Nº Contrato	Objeto	Valor Contratado	Valor Executado Jan-Dez 2019
29/2013	Limpeza do Campus	R\$ 3.376.413,30	R\$ 2.860.811,70
09/2014	Locação de imóvel	R\$ 136.946,04	R\$ 114.121,70
18/2014	Hospedagem e alimentação	R\$ 347.439,53	R\$ 210.227,07
21/2014	Fornecimento de combustível	R\$ 605.630,28	R\$ 317.755,65
09/2015	Serviço reprográfico	R\$ 306.125,50	R\$ 67.809,74
12/2015	Manutenção e limpeza	R\$ 66.915,72	R\$ 24.786,68
13/2015	Fornecimento de refeições	R\$ 1.847.160,00	R\$ 1.133.412,50
23/2015	Contratação de estagiários	R\$ 15.534,72	R\$ 12.261,12
28/2015	Construção do bloco CELA	R\$ 2.532.621,36	R\$ 458.361,76
08/2016	Suporte técnico SIE	R\$ 446.650,00	R\$ 290.427,50
10/2016	Projeto do Hospital Universitário	R\$ 4.362.663,28	R\$ 1.606.319,85
11/2016	Serviço de limpeza	R\$ 88.786,20	R\$ 88.786,08
12/2016	Construção da pista de atletismo	R\$ 5.833.686,69	R\$ 145.281,98
14/2016	Serviços ECT	R\$ 60.000,00	R\$ 41.631,48
02/2017	Serviço de apoio administrativo	R\$ 112.474,08	R\$ 12.238,81
04/2017	Serviço de controle de insetos	R\$ 22.032,90	R\$ 11.508,57
10/2017	Construção do bloco CCJSA	R\$ 2.396.821,40	R\$ 1.858.565,44
11/2017	Serviço de agenciamento de viagens	R\$ 265.942,50	R\$ 265.942,50
15/2017	Manutenção e instalação de ar condicionado	R\$ 2.100.681,07	R\$ 473.129,19
18/2017	Intérprete de Libras	R\$ 482.699,16	R\$ 341.554,37

GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Nº Contrato	Objeto	Valor Contratado	Valor Executado Jan-Dez 2019
20/2017	Motorista Cruzeiro do Sul	R\$ 22.688,24	R\$ 7.307,64
21/2017	Serviços de publicações e divulgações	R\$ 283.495,68	R\$ 121.396,60
25/2017	Serviço de entrega de jornais	R\$ 21.227,88	R\$ 13.716,46
27/2017	Fornecimento de água potável	R\$ 179.500,00	R\$ 137.712,40
01/2018	Emissão de bilhetes de passagens aéreas	R\$ 735.429,84	R\$ 14.263,81
04/2018	Vigilância patrimonial	R\$ 5.320.273,44	R\$ 4.467.886,63
09/2018	Serviço reprográfico	R\$ 234.080,00	R\$ 37.623,95
14/2018	Fornecimento de carimbos	R\$ 9.944,50	R\$ 9.944,50
15/2018	Elaboração de projetos de arquitetura	R\$ 1.071.500,34	R\$ 43.996,10
16/2018	Seguro de alunos	R\$ 96.205,20	R\$ 37.940,90
19/2018	Manutenção predial	R\$ 561.002,74	R\$ 93.606,80
21/2018	Manutenção de ar e aparelhos de refrigeração	R\$ 610.372,99	R\$ 49.270,78
23/2018	Locação de ônibus	R\$ 377.300,00	R\$ 70.350,00
25/2018	Manutenção predial	R\$ 1.875.816,28	R\$ 1.732.953,16
26/2018	Construção e readequação de quadra	R\$ 547.145,10	R\$ 274.966,30
30/2018	Manutenção de veículos	R\$ 488.645,00	R\$ 263.691,11
31/2018	Aquisição de vale transporte	R\$ 290.000,00	R\$ 203.675,00
32/2018	Contratação de motoristas	R\$ 136.818,72	R\$ 22.803,12
34/2018	Dedetização	R\$ 9.887,00	R\$ 1.885,00
36/2018	Levantamento radiométrico ambiental	R\$ 36.000,00	R\$ 9.512,85

GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Nº Contrato	Objeto	Valor Contratado	Valor Executado Jan-Dez 2019
37/2018	Tradução de artigos científicos	R\$ 82.000,00	R\$ 30.518,00
38/2018	Limpeza de Fossa Rio Branco	R\$ 819.600,00	R\$ 199.063,20
39/2018	Limpeza de Fossa Cruzeiro do Sul	R\$ 281.950,00	R\$ 11.680,00
42/2018	Montagem e instalação de cobertura (CEEAC)	R\$ 744.245,74	R\$ 39.512,73
43/2018	Manutenção de bomba d'água	R\$ 211.152,50	R\$ 17.179,00
44/2018	Preparo e distribuição de refeições	R\$ 753.675,96	R\$ 502.450,64
45/2018	Fornecimento, implantação e integração de solução DATA CENTER MODULAR SEGURO	R\$ 3.000.000,00	R\$ 3.000.000,00
46/2018	Contratação de copeiro	R\$ 27.831,60	R\$ 12.756,15
47/2018	Contratações de recepcionistas	R\$ 216.589,12	R\$ 189.583,71
48/2018	Manutenção elétrica Rio Branco	R\$ 2.350.031,12	R\$ 1.814.764,13
49/2018	Manutenção elétrica Cruzeiro do Sul	R\$ 541.301,02	R\$ 40.209,25
51/2018	Construção de 02 blocos de salas de aula	R\$ 2.997.000,00	R\$ 2.436.724,56
52/2018	Construção e readequação de bloco	R\$ 572.500,00	R\$ 23.366,19
53/2018	Serviço de limpeza	R\$ 450.088,66	R\$ 379.649,76
54/2018	Construção de bloco de sala de aula multifuncional Rio Branco	R\$ 1.216.200,00	R\$ 375.816,80
55/2018	Construção de bloco de sala de aula multifuncional Cruzeiro do Sul	R\$ 1.167.660,00	R\$ 397.073,07
56/2018	Serviços de reforma e manutenção da rede de dados	R\$ 1.726.867,89	R\$ 535.909,90
57/2018	Serviços de telefonia móvel	R\$ 104.342,48	R\$ 27.453,52
59/2018	Construção do II bloco de mestrado	R\$ 4.443.270,56	R\$ 752.883,82
60/2018	Fornecimento de passagens aéreas	R\$ 1.737.304,18	R\$ 450.041,11

GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Nº Contrato	Objeto	Valor Contratado	Valor Executado Jan-Dez 2019
61/2018	Construção do bloco da Escola de Psicologia	R\$ 1.364.000,00	R\$ 1.303.485,98
62/2018	Prestação de serviços de carimbos	R\$ 10.915,00	R\$ 8.779,23
63/2018	Aplicação de películas	R\$ 97.240,60	R\$ 12.105,45
01/2019	Fornecimento, instalação e manutenção de vidros, acessórios, provimento de mão de obra, peças e estrutura	R\$ 111.708,60	R\$ 71.861,28
03/2019	Fornecimento e instalação de painéis, divisórias, portas e complementos	R\$ 378.407,00	R\$ 129.839,24
05/2019	Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis	R\$ 11.916,00	R\$ 11.310,55
06/2019	Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis	R\$ 310.160,00	R\$ 115.018,21
07/2019	Motoristas Rio Branco	R\$ 409.287,40	R\$ 196.365,79
08/2019	Motoristas Cruzeiro do Sul	R\$ 145.986,18	R\$ 30.696,91
10/2019	Copeiro, garçom, auxiliar de serviços gerais, recepcionistas, office-boy e jardineiro RB	R\$ 1.378.796,64	R\$ 471.896,07
11/2019	Copeiro, garçom, auxiliar de serviços gerais, recepcionistas, office-boy e jardineiro CZS	R\$ 177.843,84	R\$ 51.645,78
12/2019	Aquisição de alimentos de agricultores familiares	R\$ 7.000,00	R\$ 5.725,60
13/2019	Aquisição de alimentos de agricultores familiares	R\$ 30.900,00	Não houveram despesas
14/2019	Aquisição de alimentos de agricultores familiares	R\$ 14.700,00	Não houveram despesas
15/2019	Aquisição de alimentos de agricultores familiares	R\$ 565.800,00	R\$ 141.182,35
17/2019	Preparo e distribuição de refeições com mão de obra exclusiva para atendimento do RU	R\$ 1.469.362,92	R\$ 612.656,65
18/2019	Aquisição de alimentos de agricultores familiares	R\$ 74.830,00	Não houveram despesas
19/2019	Aquisição de alimentos de agricultores familiares	R\$ 265.000,00	R\$ 68.877,40
20/2019	Aquisição de alimentos de agricultores familiares	R\$ 105.030,00	R\$ 43.887,18

GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Nº Contrato	Objeto	Valor Contratado	Valor Executado Jan-Dez 2019
21/2019	Aquisição de alimentos de agricultores familiares	R\$ 192.391,20	R\$ 62.328,97
22/2019	Aquisição de alimentos de agricultores familiares	R\$ 532.000,00	R\$ 52.027,75
23/2019	Aquisição de alimentos de agricultores familiares	R\$ 224.880,00	R\$ 38.316,88
24/2019	Prestação de serviço de limpeza emergencial CZS	R\$ 206.558,82	R\$ 206.558,82
25/2019	Aquisição de combustível	R\$ 590.200,00	R\$ 61.483,89
26/2019	Aquisição de gêneros alimentícios para o RU	R\$ 295.668,00	R\$ 155.006,20
27/2019	Prestação de serviço de limpeza CZS	R\$ 1.119.935,86	R\$ 206.558,82
28/2019	Aquisição de gêneros alimentícios	R\$ 103.840,00	R\$ 34.928,00
30/2019	Mediador de aluno com PCD	R\$ 20.199,96	A execução iniciará em 2020
31/2019	Prestação de serviços de limpeza Rio Branco	R\$ 6.090.101,92	R\$ 875.613,04
32/2019	Construção de Galpão	R\$ 1.342.547,00	R\$ 69.097,65
34/2019	Preparo e distribuição de refeição para o RU	R\$ 1.035.981,00	R\$ 517.990,50
35/2019	Terceirização de mão de obra na função de recepcionista e copeiro	R\$ 342.248,16	R\$ 70.498,23
36/2019	Assentamento digital das pastas funcionais	R\$ 156.914,00	Não houve execução em 2019
37/2019	Manutenção preventiva e corretiva do painel de LED	R\$ 119.790,00	R\$ 5.369,00
38/2019	Serviço de limpeza dos Núcleos do interior da Ufac	R\$ 897.976,21	Não houve execução em 2019
39/2019	Concessão administrativa de uso remunerada pela concedente e prestação de serviços reprográficos	R\$ 21.155,00	R\$ 1.093,45
40/2019	Implantação, suporte e manutenção da plataforma STELA	R\$ 47.392,00	Não houve execução em 2019
41/2019	Terceirização de mão de obra na função de carregador	R\$ 118.076,40	R\$ 655,98
42/2019	Manutenção de elevadores	R\$ 89.000,00	Não houve execução em 2019

GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Nº Contrato	Objeto	Valor Contratado	Valor Executado Jan-Dez 2019
43/2019	Confecção, montagem e instalação de sistema modular de sinalização visual, logomarca, letreiros, piso tátil, totens (acessibilidade)	R\$ 64.900,00	Não houve execução em 2019
44/2019	Elaboração dos projetos básicos e executivos, com fornecimento de materiais e equipamentos, construção, montagem e colocação em operação, realização de testes, pré-operação e todas as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objetivo, em módulos de geradores de energia solar fotovoltaicos em pleno funcionamento	R\$ 2.243.773,20	Não houve execução em 2019

Fonte: Prad.

GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

CONFORMIDADE LEGAL

Para que se tenha um controle eficiente dos bens, é importante a padronização de procedimentos inerentes ao controle desses ativos. Sob esta prisma, a fim de se obter uma melhor gestão das operações inerentes ao controle patrimonial da Ufac, todas as unidades acadêmicas e administrativas devem observar as instruções do Manual de Gestão Patrimonial, o qual tem como fundamentação os seguintes dispositivos: Lei nº 4.320/64, Lei nº 8.666/93, Decreto nº 99.658/90, IN SRF nº 162/98, Portaria STN nº 448/02, Portaria STN/STC nº 184/08, Portaria STN nº 467/09 e Manual SIAFI - Assunto 020330.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS DE CAPITAL

Objeto	Valor Total	Custo-Benefício	Objetivos Estratégicos
Equipamentos de TI	R\$ 1.802.294,00	Equipamentos de excelente qualidade, com tecnologia atualizada por ótimo preço de mercado	Ampliar e adequar a infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação; Redimensionar e ampliar a infraestrutura física
Mobiliário geral	R\$ 1.327.295,86	Material de ótima qualidade e boa visibilidade por preço justo de mercado	Redimensionar e ampliar a infraestrutura física
Aparelhos de climatização	R\$ 280.669,30	Material de ótima qualidade e boa visibilidade por preço justo de mercado	Redimensionar e ampliar a infraestrutura física
Equipamentos de laboratórios	R\$ 1.531.075,52	Equipamentos que suprirão as necessidades de ensino, pesquisa e extensão	Contribuições para o avanço científico, tecnológico e social da região amazônica; Fortalecer e ampliar a produção e disseminação de conhecimentos; Integrar e potencializar as atividades de ensino, pesquisa e extensão

Fonte: DMAP e PREFCAM.

Objeto	Valor Total	Objetivos Estratégicos
Construção do bloco de Ciências Sociais Jurídicas Aplicadas (aditivo ao contrato 10/2017)	R\$ 276.115,70	Redimensionar e ampliar a infraestrutura física
Construção do bloco de Psicologia (aditivo ao contrato 61/2018)	R\$ 99.337,36	Redimensionar e ampliar a infraestrutura física
Reforma e adequação da quadra esportiva descoberta (aditivo ao contrato 26/2018)	R\$ 42.124,04	Redimensionar e ampliar a infraestrutura física
Construção do Depósito Patrimonial	R\$ 1.342.547,00	Redimensionar e ampliar a infraestrutura física
Construção do bloco de Mestrados II (aditivo ao contrato 59/2018)	R\$ 249.117,56	Redimensionar e ampliar a infraestrutura física
Construção de bloco de sala de aula multifuncional (aditivo ao contrato 54/2018)	R\$ 118.500,51	Redimensionar e ampliar a infraestrutura física

Fonte: DMAP e PREFCAM.

DESFAZIMENTO DE ATIVOS

Atualmente, o desfazimento de bens na Instituição é realizado mediante expressa autorização da autoridade competente, de acordo com a legislação vigente, quando os bens são classificados como inservíveis para a instituição.

Quando classificados como inservíveis ociosos, antieconômicos ou recuperáveis, estes são acondicionados no Galpão de guarda de bens para que os mesmos possam ser reutilizados por setores da Instituição, doados a outras instituições ou leiloados.

No exercício de 2019 foi realizada a guarda e catalogação desses bens, onde alguns foram doados, principalmente, a outros órgãos da esfera da educação, mas também a instituições sem fins lucrativos.

Importante esclarecer que a Ufac vem adotando diversas medidas para se enquadrar nas normas do TCU e implementar a nova Gestão Patrimonial: formação de grupo de

GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

trabalho para implantação do manual de patrimônio, adoção de normas internas, doação de bens ociosos e antieconômicos, bem como da contratação por ata de empresa especializada em Gestão Patrimonial visando a atualização, avaliação e realização de inventário, uma vez que o processo licitatório não foi finalizado dentro do exercício.

LOCAÇÃO DE IMÓVEIS E EQUIPAMENTOS

Até o mês de outubro de 2019, a Ufac possuía imóvel situado no endereço Via Verde s/n, no Município de Rio Branco, Acre, objeto da matrícula nº 17322, devidamente registrado na 1ª Serventia de Registro de Imóveis de Rio Branco - AC, para armazenar os bens patrimoniais, com valor mensal de R\$ 11.412,17, conforme autorização sob processo administrativo 23107.001513/2014-59 e 23107.009638/2016-99 (Termo de Apostilamento ao contrato nº 09/2014).

Atualmente a Ufac não possui imóvel locado, tendo em vista obter total esvaziamento deste.

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

- Reestruturação da equipe;
- Construção do depósito patrimonial;
- Desfazimento total dos bens inservíveis alocados no galpão;
- Contratação de empresa para organização do inventário patrimonial da Ufac;
- Aprovação do Manual de Gestão do Patrimônio.

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE NAS CONTRATAÇÕES E AQUISIÇÕES

A Diretoria de Material e Patrimônio adota os critérios orientados pela C.I. CIRC. PRAD nº 002/2013, datado de 20.02.2013, buscando adotar nos processos licitatórios para aquisição de material:

- Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar solo e água;
- Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra; e
- Uso de inovações que reduzem a pressão sobre recursos naturais.

AÇÕES PARA REDUÇÃO DO CONSUMO DE RECURSOS NATURAIS

A Instituição adota a prática de impressão frente e verso e parte dos despachos feitos à mão, visando diminuir o quantitativo de papel, além da aquisição de papel reciclado e produtos de origem remanufaturada.

Outrossim, desde a data de 06 de janeiro do exercício corrente, foi implantado o processo virtual na instituição por meio do SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES - SEI.

REDUÇÃO DE RESÍDUOS POLUENTES

A Diretoria de Material e Patrimônio adota medidas em licitações de produtos de refrigeração, material de classificação energética A ou de menor classificação (dependendo da capacidade do produto), utilização de gás ecológico, tecnologia INVERTER (visando menor consumo de energia e menor produção de ruídos). Além disso, adota a inclusão de aquisição de materiais recicláveis ou de utilização de matéria prima reciclável.

GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Compete ao Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) planejar, coordenar, supervisionar, acompanhar e controlar as atividades correspondentes às áreas de tecnologia da informação, elaborando e submetendo à Reitoria políticas, soluções, projetos e planejamento para viabilidade das ações de informatização.

MONTANTE DE RECURSOS EM TI

No ano de 2019, o NTI aplicou a quantia de R\$ 2.464.085,48 em recursos de TIC. Estes recursos foram distribuídos em categorias de investimento como aquisição de equipamentos, materiais de consumo, locação de software e licenças e certificados digitais e serviços de digitalização e indexação de documentos.

Além destes, foram aplicados R\$ 347.977,50 em manutenção e suporte de sistemas institucionais, como o Sistema de Gestão Acadêmica (SIE).

Lançamento (Ano)	Natureza da Despesa	Item Informação	Despesas Empenhadas
2019	33903017	Material de TIC - material de consumo	R\$ 498.860,32
	33904006	Locação de softwares	R\$ 4.464,00
	33904015	Digitalização/Indexação de documentos	R\$ 156.913,91
	33904023	Emissão de certificados digitais	R\$ 1.553,25
	44905235	Material de TIC (permanente)	R\$ 1.802.294,00
Total			R\$ 2.464.085,48

Fonte: NTI.

CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES DE RECURSOS DE TI

Foram adquiridos computadores para as atividades acadêmicas e administrativas da Instituição, incluindo equipamentos para atendimento de demandas de laboratórios, como engenharia e geoprocessamento. No mesmo sentido, foi adquirido um servidor de alta capacidade e configurações compatíveis para fortalecer a infraestrutura do *Data Center*. Na área de Redes, foram adquiridos 22 equipamentos (switches) que viabilizaram a disponibilização de Internet em novos blocos, além de garantir suporte e substituição de equipamentos danificados e obsoletos nos blocos já existentes. Visando o aprimoramento da infraestrutura dos hardwares utilizados no

Data Center, foram realizadas contratações de licenças adicionais para máquinas virtuais, resultando em economia para a Instituição, uma vez que estes softwares evitam a necessidade de aquisição de máquinas físicas. Por fim, no quesito Sistemas de Informação, foi realizada contratação para a implementação do Assentamento Funcional Digital (AFD), concretizando o projeto do Governo Federal, que consiste na digitalização de todos os registros funcionais da Instituição, convertendo-os de meio físico para acervo digital.

Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI

Algumas ações foram desempenhadas, tendo como diretrizes as necessidades previstas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC 2017-2019).

A execução do contrato de ampliação e manutenção da rede cabeada e sem fio da Instituição veio cumprir os objetivos da necessidade N1 (Provisionamento e manutenção da infraestrutura de rede, comunicação e segurança), que consistia na meta de implantação e ampliação dos enlaces de acesso à internet em todos os *campi* e núcleos (M1).

A equipe de desenvolvimento web produziu, em regime de parceria com o Governo do Estado do Acre, uma página para o Centro de Línguas (CEL), recebendo em contrapartida a disponibilização de vagas

em cursos de línguas para os servidores do NTI. A ação enquadrou-se na necessidade N3 (Adequação quantitativa e qualitativa do quadro de pessoal de TIC), cuja meta visava a capacitação dos servidores do NTI (M11).

Com a aquisição dos equipamentos de redes antes mencionado, foram feitas as substituições de dispositivos obsoletos (meta M15), resultando em maior alcance e ganho de desempenho das redes cabeadas e sem fio disponíveis para a comunidade acadêmica (necessidade N4).

Visando a melhoria dos serviços oferecidos às áreas de ensino, pesquisa e extensão, foram adquiridos equipamentos que asseguram um ambiente de alta disponibilidade para virtualização de serviços de TI, o que garante redundância e disponibilidade por um maior período de tempo e para uma maior quantidade de usuários.

Foi realizada a implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), em atendimento à necessidade N7 (Melhoria da automação de processos da área administrativa), cumprindo a meta de implantar novos sistemas de apoio à gestão (M20).

Principais desafios e ações futuras

A área de TI se depara com condições desafiadoras que precisam ser enfrentadas para permitir um melhor desempenho em suas atividades.

Uma delas é a falta de mapeamento de processos no âmbito da Ufac. A indefinição ou mesmo a inexistência de procedimentos

GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

padronizados torna o fluxo de trabalho mais lento (ineficiente), burocrático e ineficaz, prejudicando o resultado a ser entregue ao usuário final.

Outro ponto que vale destaque é a ausência de políticas de segurança de TIC. Embora a Instituição tenha inúmeros serviços de TIC oferecidos e em pleno uso, quase nenhum deles tem seu uso regido por políticas previamente estabelecidas pela Instituição, expondo estes serviços a ameaças internas e externas, além de causar insegurança jurídica nos atos praticados.

A atual disposição do espaço físico do NTI é outro desafio a ser vencido. Há necessidade de elaboração de projeto que favoreça a implantação da central de serviços do Núcleo.

Aumentar o quantitativo de servidores efetivos do NTI, visando o atendimento da meta M3 (Ampliar o quadro de pessoal de TIC), que compõe a necessidade N1 do PDTIC 2020-2022 (Adequação quantitativa e qualitativa do quadro de pessoal de TIC).

Conseguir gratificações para o NTI, criando uma coordenadoria de governança no NTI, o que viria a atender a meta M25 (Implantar a nova estrutura organizacional do NTI), que compõe a necessidade N7 (Reestruturação do NTI).

Como principais ações futuras pode-se destacar:

Elaboração do catálogo de serviços, proporcionando uma fonte central de informações sobre os serviços de TI disponíveis para a comunidade, assegurando que os usuários tenham uma visão exata e consistente dos serviços de TI disponíveis, como eles podem ser usados e os níveis de qualidade que o cliente pode esperar de cada serviço, sendo parte integrante da central de serviços (Meta M28, Ação A69 - PDTIC 2020-2022).

Implantação do serviço de telefonia em voz sobre ip (VoIP), visando oferecer solução confiável e econômica para a comunicação telefônica utilizada na Ufac (Meta M11 - PDTIC 2020-2022).

Implementação de política de impressão, com realização de estudos para adoção de solução terceirizada de ilhas de impressão, visando diminuir o número de impressoras e padronização dos modelos para simplificar o processo de aquisição e de manutenção e consequentemente reduzir os custos por impressão (Meta M17 - PDTIC 2020-2022).

Elaboração e aprovação de política de uso de e-mail seguido de adoção de nova ferramenta de correio eletrônico com o intuito de melhorar o e-mail institucional, contribuindo com sua aceitação pelos usuários da Ufac (Meta M12 - PDTIC 2020-2022).

Implementação dos projetos de Digitalização de Diplomas e Acervo Acadêmico, respeitando os prazos estabelecidos pela legislação do Governo Federal. O projeto traz como benefícios a facilidade no acesso às informações, unificação e integração dos dados, maior segurança da informação, pois os documentos não serão mais físicos e sim digitais, e racionalização dos espaços físicos, pois, além de limitados, a guarda de documentos físicos requer cuidados especiais e dispêndio com recursos humanos (Meta M17 - PDTIC 2020-2022).

Capítulo 07

Informações Orçamentárias Financeiras e Contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	31/12/2019	31/12/2018	AH	AV - 12/19
ATIVO CIRCULANTE	R\$ 30.177.678,21	R\$ 26.183.587,79	15,25%	8,63%
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 28.040.492,28	R\$ 24.611.692,57	13,93%	8,02%
Créditos a Curto Prazo	R\$ 1.081.690,23	-		0,31%
Estoques	R\$ 1.055.495,70	R\$ 1.571.895,22	-32,85%	0,30%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 319.578.278,17	R\$ 301.149.547,72	6,12%	91,37%
Imobilizado	R\$ 319.288.247,49	R\$ 300.859.517,04	6,13%	91,29%
TOTAL DO ATIVO	R\$ 349.755.956,38	R\$ 327.333.135,51	6,85%	100,00%

PASSIVO	31/12/2019	31/12/2018	AH	AV - 12/19
PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 48.342.620,93	R\$ 25.082.650,64	92,73%	13,82%
Obrigações Trabalh., Previd. E Assist. a Pagar a Curto Prazo	R\$ 20.401.055,39	R\$ 18.867.510,13	8,13%	5,83%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	R\$ 3.542.763,20	R\$ 2.869.454,69	23,46%	1,01%
Demais Obrigações a Curto Prazo	R\$ 24.398.802,34	R\$ 3.345.685,82	629,26%	6,98%
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	R\$ 48.342.620,93	R\$ 25.082.650,64	92,73%	13,82%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Resultados Acumulados	R\$ 301.413.335,45	R\$ 302.250.484,87	-0,28%	86,18%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 301.413.335,45	R\$ 302.250.484,87	-0,28%	86,18%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 349.755.956,38	R\$ 327.333.135,51	6,85%	100,00%

Fonte: PRAD.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

RECEITAS	31/12/2019	31/12/2018	AH	AV - 12/19
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	R\$ 419.135.271,13	R\$ 347.839.995,71	20,50%	100,00%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	R\$ 1.441.270,10	R\$ 849.298,54	69,70%	0,34%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	R\$ 1.539,23	R\$ 3.929,88	-60,83%	0,00%
Transferências e Delegações Recebidas	R\$ 383.924.319,15	R\$ 345.462.197,40	11,13%	91,60%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	R\$ 33.517.118,96	R\$ 320.741,33	10349,89%	8,00%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	R\$ 251.023,69	R\$ 1.203.828,56	-79,15%	0,06%
DESPESAS	31/12/2019	31/12/2018	AH	AV - 12/19
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	R\$ 419.972.420,55	R\$ 346.959.600,52	21,04%	100,20%
Pessoal e Encargos	R\$ 227.863.609,68	R\$ 215.834.117,81	5,57%	54,37%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	R\$ 84.979.950,80	R\$ 71.298.362,26	19,19%	20,28%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	R\$ 43.313.065,53	R\$ 43.386.238,88	-0,17%	10,33%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	R\$ 127.643,61	R\$ 102.414,31	24,63%	0,03%
Transferências e Delegações Concedidas	R\$ 2.007.717,52	R\$ 8.451.606,84	-76,24%	0,48%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	R\$ 53.167.564,74	R\$ 334,80	15880295,68%	12,69%
Tributárias	R\$ 71.850,23	R\$ 5.419,59	1225,75%	0,02%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	R\$ 8.441.018,44	R\$ 7.881.106,03	7,10%	2,01%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	(R\$ 837.149,42)	R\$ 880.395,19	-195,09%	-0,20%

Fonte: PRAD.

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

RESUMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA CONTÁBIL E DA EVOLUÇÃO NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E EM COMPARAÇÃO COM O ÚLTIMO EXERCÍCIO

Caixa e Equivalente de Caixa

O item refere-se a recursos na Conta Única do Tesouro Nacional para fazer frente à programação financeira da Universidade Federal do Acre, conforme evidenciado no quadro anterior. Em dezembro/2019 ocorreu um decréscimo nos Recursos aplicados de -99,80% em relação à dezembro/2018, em função da devolução de recursos aplicados do Convênio ECVPR-001/2011 com a Eletrobrás. A Conta de Limite de Saque com Vinculação cresceu 63,53%, fruto da programação normal, finalizando o exercício com R\$ 28.040 milhões de saldo.

Créditos a Curto Prazo

Os créditos aqui apresentados são relativos a adiantamentos concedidos, com destaque para os da Folha de Pagamento dos servidores no que diz respeito a adiantamento de férias, os quais variaram 0,31% da conta em análise, permanecendo saldo de R\$ 1.081 milhão.

Estoques

O estoque da Universidade Federal do Acre é utilizado para suprir as unidades na sua prestação de serviços. Na comparação com o exercício anterior, esses valores disponíveis sofreram oscilação negativa de 0,33% como resultado do contingenciamento de despesas por parte do Governo Federal, com saldo de R\$ 1.055 milhão.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis, o trimestre em análise apresentaram saldo líquido de R\$ 100.335 milhões e R\$ 218.815 milhões respectivamente, perfazendo total líquido de R\$ 319.288 milhões, com evolução de 6,13% no período.

Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias

Compreendem as obrigações de curto prazo da Entidade para pagamento de Salários, Remunerações, Benefícios e obrigações previdenciárias, com saldo no final de 2019 no valor de R\$ 20.401 milhões em virtude do saldo da folha de pagamento e contribuições a recolher, perfazendo um acréscimo de 8,13% em relação ao exercício anterior.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

A Universidade Federal do Acre apresentou no encerramento do exercício um saldo de R\$ 3,5 milhões relacionados a Fornecedores e Contas a Pagar, sendo esse montante referente a obrigações de curto prazo, um crescimento de 5,62% em relação ao encerramento de 2018.

Demais Obrigações a Curto Prazo

O valor registrado na conta Demais Obrigações a Curto Prazo no valor de R\$ 24.398 milhões, cresceu 629,26% em relação a 2018, em virtude dos saldos dos Termos de Execução Descentralizada e Emendas.

Resultado do Período

O Resultado do Período agrega os saldos superávits e déficits acumulados ao longo da existência da instituição. No que tange ao exercício de 2019, a conta apresentou o saldo de R\$ 301.413 milhões, com decréscimo de -0,28% em relação a 2018.

Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

A conta apresenta um saldo de R\$ 1.441 milhões, decorrente de arrecadação de receitas próprias realizadas em 2019, com destaque para as receitas de Serviços Administrativos e Comerciais Gerais, Inscrições em Concursos e Processos Seletivos, Serviços Administrativos e finalmente pelas receitas provenientes de aluguel. A soma de todas essas receitas em comparação com do

período anterior resultou no crescimento de 0,34%.

Transferências e Delegações Recebidas

Esse grupo de receitas é resultante de Transferências Constitucionais aprovadas na LOA, e encerrou o exercício com R\$ 383.924 milhões, decrescendo -76,24% em relação ao período anterior.

Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos

Esse grupo apresentou forte crescimento em 2019, totalizando R\$ 33.517 milhões, o que representa aumento de 10.349,89% em relação ao exercício anterior.

Pessoal e Encargos

O valor de R\$ 227.863 milhões registrado na conta de Pessoal e Encargos corresponde aos gastos totais de pessoal e encargos trabalhistas no exercício de 2019, com crescimento de 5,57% em relação a 2018.

Benefícios Previdenciários e Assistenciais

O registro de R\$ 84.979 milhões de despesas corresponde aos gastos totais de pessoal e benefícios no exercício de 2019, e oscilou 19,19% em relação ao exercício anterior.

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Neste item constam as despesas com manutenção da Universidade, os valores correspondentes à depreciação dos bens móveis e imóveis, bem como os valores registrados como Precatórios de Terceiros. O valor total registrado de R\$ 43.313 milhões simboliza uma subtração de -0,17% em relação a 2018.

Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

O valor de R\$ 53.167 milhões demonstra o crescimento de 15.880.295,68% que corresponde a variação patrimonial.

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

nial diminutiva com desvalorização e perda de ativos, nos casos de reavaliação, redução a valor recuperável, com provisões para perdas, perdas com alienação e perdas involuntárias, bem como a variação patrimonial diminutiva com incorporação de passivo.

Resultado Patrimonial do Período

Este grupo representa o resultado do confronto das Receitas com as Despesas, e gerou déficit de pouco mais de R\$ 837 mil, demonstrando variação negativa de -195,09% em relação a dezembro/2018.

PRINCIPAIS FATOS CONTÁBEIS, CONTAS OU GRUPO DE CONTAS, SALDOS E OCORRÊNCIAS RELATIVOS À ATUAÇÃO E À SITUAÇÃO FINANCEIRA DA UPC NO EXERCÍCIO

Caixa e Equivalente de Caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

O saldo de R\$ 30.177.678,21 demonstra os recursos disponíveis para fazer frente à programação financeira da Universidade Federal do Acre com pagamento de despesas executadas no exercício de 2019, com pagamento a ser realizado no exercício seguinte, que representa 8,02% do total do Ativo.

Créditos a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vii) valores a compensar. É constituído também por ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber. Todos esses

valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros.

O valor demonstrado no Balanço Patrimonial refere-se a adiantamentos concedidos em 2019, principalmente de adiantamentos a título de 13º salário e férias, apresentando o saldo de R\$ 1.081.690,23 que representa 0,31% dos Ativos da Entidade.

Estoques

Compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas os estoques reguladores), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

Esses valores disponíveis, representam 0,30% do Ativo, com oscilação negativa puxada pelo contingenciamento de despesas por parte do MEC e do Governo Federal, apresentando saldo de R\$ 1.055.495,70.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

O Imobilizado representou para o Exercício analisado 91,37% do valor total do Ativo, mostrando alto grau de imobilização da Entidade, influenciado principalmente pelos Bens Imóveis, com saldo representado no valor de R\$ 319.288.247,49.

Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias

Compreendem as obrigações de curto prazo da Entidade para pagamento de Salários, Remunerações, Benefícios e

obrigações previdenciárias, com saldo no final de 2019 no valor de R\$ 20.401.055,39 em virtude do saldo da folha de pagamento e contribuições a recolher, perfazendo 5,83% em comparação com o restante do Passivo Total.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

A conta representa no Passivo 1,05%, com saldo de R\$ 3.542.763,20 que corresponde a credores nacionais e internacionais com crescimento constantemente em função da execução de despesas no exercício, ocasionado pela elevação de saldo dos credores nacionais.

Demais Obrigações a Curto Prazo

O valor registrado na conta Demais Obrigações a Curto Prazo no valor de R\$ 24.398.802,34 corresponde principalmente a Precatórios de Terceiros, representando 6,98% do total do Passivo, com forte crescimento no exercício, em virtude dos saldos dos termos de execução descentralizada e Emendas.

Resultados do Período

O Resultado do Período agrega os saldos superávits e déficits acumulados ao longo da existência da instituição. No que tange ao exercício de 2019, a conta apresentou o saldo de R\$ 301.413 milhões que corresponde a 86,18% do Passivo Total.

Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

A conta apresenta um saldo de R\$ 1.441.270,10 que corresponde a 0,34% da Receita Total, decorrente da arrecadação de receitas próprias realizadas em 2019, com destaque para as receitas de Serviços Administrativos e Comerciais Gerais que representaram 42,59%, seguidas pelas receitas com Inscrições em Concursos e Processos Seletivos e Serviços Administrativos com 38,20% de participação e finalmente pelas receitas provenientes de aluguel com 12,24%.

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

Transferências e Delegações Recebidas

Em comparação com as Receitas Totais, esse grupo representa 91,60% das receitas e são resultantes de Transferências Constitucionais aprovadas na LOA, encerrando o exercício com R\$ 383.924.319,15.

Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos

Esse grupo apresentou um total de R\$ 33.517.118,96 que retrata 8% do total das Receitas do Órgão, influenciada em especial pelos cancelamentos provenientes de restos a pagar de exercícios anteriores.

Pessoal e Encargos

O valor de R\$ 227.863.609,68 registrado na conta de Pessoal e Encargos, corresponde aos gastos totais de pessoal e encargos trabalhistas no exercício de 2019, e representa 54,37% das Despesas Totais.

Benefícios Previdenciários e Assistenciais

O valor de R\$ 84.979.950,80, registrado na conta em questão, corresponde aos gastos totais de pessoal e benefícios no exercício de 2019, que equivale a 20,28% das despesas do Órgão.

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Neste item constam as despesas com manutenção da Universidade Federal do Acre, os valores correspondentes à depreciação dos bens móveis e imóveis, bem como os valores registrados como Precatórios de Terceiros. Importa destacar que o valor total registrado de R\$ 43.313.065,53 simboliza 10,33% das despesas.

Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

O valor de R\$ 53.167.564,74 corresponde a variação

patrimonial diminutiva com desvalorização e perdas de ativos, nos casos de reavaliação, redução a valor recuperável, com provisões para perdas, perdas com alienação e perdas involuntárias, bem como a variação patrimonial diminutiva com incorporação de passivo, que equivale a 12,69% do total de despesas da Universidade.

Resultado Patrimonial do Período

O Resultado do confronto das Receitas com as Despesas gerou um déficit substancial, ocasionando uma forte variação negativa se comparado ao Superávit obtido no exercício de 2018. Além disso, análise demonstra um alto grau de aplicação de recursos em despesas com Pessoal e Encargos e baixíssimo grau de investimento no período.

AVALIAÇÃO DOS CUSTOS OPERACIONAIS E RESULTADOS FINANCEIROS E NÃO FINANCEIROS DA UPC COM BASE NA EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO CONTÁBIL REFLETIDA NO BALANÇO, NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E NAS NOTAS EXPLICATIVAS

A Universidade não dispõe de sistema de custos, nem regras básicas para mensuração e evidenciação dos custos.

NORMAS LEGAIS E TÉCNICAS ADOTADAS NAS ATIVIDADES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS DA UPC E MECANISMOS ADOTADOS PELA ALTA ADMINISTRAÇÃO E PELOS RESPONSÁVEIS PELA CONTABILIDADE PARA CONTROLE E GARANTIA DA CONFIABILIDADE, DA REGULARIDADE E DA COMPLETEZ, BEM COMO ABRANGÊNCIA DOS LANÇAMENTOS E PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS DA ORGANIZAÇÃO.

Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

(MCASP) 7ª edição e o Manual SIAFI, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional.

INFORMAÇÕES ACERCA DO SETOR DE CONTABILIDADE DA UPC

A Diretoria de Contabilidade e Finanças é responsável pelo gerenciamento dos recursos orçamentários e financeiros, oriundos do Tesouro Nacional, convênios e arrecadação própria. Também é responsável pelo fornecimento de informações contábeis que subsidiam as tomadas de decisões do gestor. A Diretoria é composta por 3 (três) Coordenações que dividem essas atribuições, destacadas a seguir:

Diretoria de Contabilidade e Finanças

1. Tone Eli da Silva Roca - Técnico em Contabilidade (Direção)
2. Paulo Rogério de Castro Soares - Assistente Administrativo (Secretaria)

Coordenadoria de Execução Financeira

1. Maria Angélica Pereira de Oliveira - Técnico em Contabilidade (Coordenação e Execução)
2. Marquilene da Silva Souza - Contadora (Execução)
3. Welton Camargo Miranda - Contador (Execução)

Coordenadoria Contábil

1. Marcondes Magalhães Dourado - Técnico em Contabilidade (Coordenação e Análise)
2. Alexsandro da Conceição Braz - Técnico em Contabilidade (Análise)

Coordenadoria de Execução Orçamentária

É responsável pela execução e controle do orçamento, por meio da emissão de empenhos não relacionados a

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

contratações provenientes do sistema de compras e serviços, e pela revisão documental dos processos de execução.

1. Rosemary Bezerra Jarude Felix - Técnico em Contabilidade (Coordenação e Execução)
2. Eder de Souza Viana - Contador (Execução)
3. Ricardo Crystalino da Rocha - Técnico em Contabilidade (Execução)
4. Eveline Weiny de Andrade Mendes Seabra - Técnico em Contabilidade (Execução)
5. Marcos Afonso Mendonça Matos - Técnico em Contabilidade (Execução)
6. Francisca Wanyelle Lopes de Frota - Técnico em Contabilidade (Execução)

CONCLUSÕES DE AUDITORIAS INDEPENDENTES E/OU DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE PÚBLICO E MEDIDAS ADOTADAS EM RELAÇÃO A CONCLUSÕES OU EVENTUAIS APONTAMENTOS

Os Relatórios de Auditoria não são encaminhados à Diretoria de Contabilidade e Finanças.

INDICAÇÕES DE LOCAIS OU ENDEREÇOS ELETRÔNICOS EM QUE BALANÇOS, DEMONSTRAÇÕES E NOTAS EXPLICATIVAS ESTÃO PUBLICADOS E/OU PODEM SER ACESSADOS EM SUA ÍNTEGRA

<http://www.ufac.br/site/ufac/proplan/relatorios-de-gestao>

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

De acordo com a análise realizada nos demonstrativos contábeis do SIAFI e os procedimentos da conformidade contábil, DECLARO que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2019, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Órgão, EXCETO no tocante a:

Restrições/Ressalvas/Alertas apontadas:

- a) Restrição 302 - Falta e/ou atraso de remessa do RMA e RMB; 634 - Falta avaliação bens móv/imov//intang/outros; 642 - Falta/evolução incompatível dep. at. imobiliz; e 643 - Falta/evol. incompatível amortiz.at.intangível;
- b) Restrições 634 - Falta avaliação bens móv/imo/intang/outros e 647 - Valores pendentes Spiunet a ratificar;
- c) 706 - Despesas exerc. corr. pagas recur. restos a pagar.

Justificativa(s) para permanência de restrições contábeis no encerramento do exercício de 2019:

- a) A prática de não envio do RMB - Relatório de Movimentação de Bens Móveis, não permitiu o registro das Mutações ocorridas no imobilizado;
- b) A prática de não emissão dos Termos de Encerramento das obras e seu consequente registro no SPIUNET impossibilita a conciliação da conta 12321.06.01 – Obras em Andamento e as respectivas contas de destinação definitiva, o que gerou as restrições no procedimento de

conformidade contábil;

c) Considerando o que estabelece o princípio constitucional da anualidade orçamentária, combinado com o art. 70 do decreto 93.872/86, que trata da prescrição quinquenal, o não atendimento a esse aspecto resultou na presente restrição. A restrição demonstra a existência do pagamento de despesas cujo fato gerador ocorreu no exercício corrente, utilizando-se empenhos inscritos em restos a pagar.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Marcondes Magalhães Dourado
Contador Responsável
AC-002097/O-6

Capítulo 08

Outras Informações
Relevantes

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

Ao final do exercício de 2019, o Tribunal de Contas da União implementou uma nova plataforma destinada aos órgãos e entidades, o CONECTA-TCU, com o objetivo de ser um canal de comunicação entre o TCU e a Universidade, para organizar e centralizar o conteúdo dirigido aos gestores, disponibilizando os processos, acórdãos, comunicações, determinações e recomendações do Tribunal, de forma consolidada.

A plataforma representou um grande avanço no que tange ao tratamento de determinações e recomendações do TCU. Isto porque, não obstante, a grande parte das deliberações do Tribunal sejam tratadas internamente, é fato que a consolidação destas informações sempre encontrou obstáculos dado seu grande volume e complexidade.

Nesta senda, desde o final do exercício de 2019, o tratamento das deliberações passa por reformulação, a fim de que seja conduzido de maneira conjunta pela Auditoria Interna e demais unidades de gestão, buscando dar efetividade já no exercício seguinte.

Essencialmente, a sistemática de acompanhamento que se iniciou ao final do exercício de 2019 envolverá a utilização do sistema informatizado disponibilizado pelo Órgão de controle interno (E-Aud), juntamente com uso da ferramenta de processo eletrônico - SEI, também implantada recentemente.

Embora a proposta para o exercício seguinte seja a de alinhar e produzir informações consistentes, no estágio em que se encontra o nível de consolidação das informações, não é possível listar com precisão quantas e quais recomendações do TCU permanecem pendentes de atendimento, uma vez que a busca¹ pela unidade retorna pelo menos 640 resultados de acórdãos, com 'n' recomendações.

Dessa forma, é imprescindível que a divulgação dos dados passe por etapa prévia de filtragem e seleção no tocante às recomendações.

Em relação às determinações da Corte, atualmente a unidade jurisdicionada possui 26² determinações com estimativa de prazo vencida. Assim como em relação às recomendações, a UJ ainda não dispõe de informações consolidadas.

¹ Por meio da plataforma Conecta-TCU, em 13/02/2020.

² Consulta a partir da plataforma Conecta-TCU, em 13/02/2020.

TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

Atualmente, a Controladoria-Geral da União possui 50¹ recomendações em monitoramento destinadas à Ufac. A sistemática de tratamento/acompanhamento da implementação de recomendações no âmbito da Entidade passa, desde o final do exercício de 2019, por reformulação, a fim de que seja conduzido de maneira conjunta pela Auditoria Interna e demais unidades de gestão, tal como preconizado pela Instrução Normativa Conjunta MPOG/CGU nº 1, de maio de 2016.

Essencialmente, a sistemática de acompanhamento que se iniciou ao final do exercício de 2019 envolverá a utilização do sistema informatizado próprio do Órgão de controle interno (E-Aud), juntamente com uso da ferramenta de processo eletrônico (SEI), ambos disponibilizados em tempos recentes.

Nesta senda, embora a proposta para o exercício seguinte seja a de alinhar e produzir informações consistentes, no estágio em que se encontra o nível de consolidação das informações, não é possível listar com precisão aquelas que porventura tenham provocado maior impacto na gestão da unidade.

Dessa forma, é imprescindível que a divulgação dos dados passe por etapa prévia de filtragem e seleção no tocante às recomendações em exercícios subsequentes.

¹ Dados extraídos do sistema E-Aud, em 13/02/2020.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ART. 3º, DO DECRETO 5.625/2005

Curso	Município	Atendimento ao art. 3º do Decreto nº 5.626/2005	Publicação
ABI Teatro Licenciatura	Rio Branco - AC	Sim	Resolução nº 30/2018
ABI Teatro Bacharelado	Rio Branco - AC	Não se aplica	-
Artes Cênicas: Teatro Licenciatura	Rio Branco - AC	Sim	Portaria nº 280/2016
Ciências Biológicas Licenciatura	Rio Branco - AC	Sim	Portaria nº 921/2018
Educação Física Licenciatura	Rio Branco - AC	Sim	Portaria nº 921/2018
Filosofia Licenciatura	Rio Branco - AC	Sim	Portaria nº 921/2018
ABI Física Licenciatura	Rio Branco - AC	Sim	Resolução nº 005/2019
ABI Física Bacharelado	Rio Branco - AC	Não se aplica	-
Geografia Licenciatura	Rio Branco - AC	Sim	Portaria nº 286/2012
História Licenciatura	Rio Branco - AC	Sim	Portaria nº 286/2012
Letras Espanhol Licenciatura	Rio Branco - AC	Sim	Portaria nº 686/2016
Letras Francês Licenciatura	Rio Branco - AC	Sim	Portaria nº 286/2012
Letras Inglês Licenciatura	Rio Branco - AC	Sim	Portaria nº 921/2018
Letras Português Licenciatura	Rio Branco - AC	Sim	Portaria nº 921/2018
Matemática Licenciatura	Rio Branco - AC	Sim	Portaria nº 921/2018

Curso	Município	Atendimento ao art. 3º do Decreto nº 5.626/2005	Publicação
Música Licenciatura	Rio Branco - AC	Sim	Portaria nº 766/2018
Pedagogia Licenciatura	Rio Branco - AC	Sim	Portaria nº 921/2018
Química Licenciatura	Rio Branco - AC	Sim	Portaria nº 921/2018
Letras Libras Licenciatura	Rio Branco - AC	Sim	Portaria nº 1110/2017
Física Licenciatura	Rio Branco - AC	Sim	Portaria nº 921/2018
Matemática EAD Licenciatura	Rio Branco - AC	Sim	Portaria nº 46/2016
ABI Ciências Sociais Licenciatura	Rio Branco - AC	Sim	Resolução nº 34/2017
ABI Ciências Sociais Bacharelado	Rio Branco - AC	Não se aplica	-
Ciências Biológicas Licenciatura	Cruzeiro do Sul - AC	Sim	Portaria nº 921/2018
Letras Espanhol Licenciatura	Cruzeiro do Sul - AC	Sim	Portaria nº 1098/2015
Letras Inglês Licenciatura	Cruzeiro do Sul - AC	Sim	Portaria nº 921/2018
Letras Português Licenciatura	Cruzeiro do Sul - AC	Sim	Portaria nº 921/2018
Pedagogia Licenciatura	Cruzeiro do Sul - AC	Sim	Portaria nº 921/2018
Formação Docente Indígena Licenciatura	Cruzeiro do Sul - AC	Sim	Portaria nº 652/2017
Ciências Biológicas Bacharelado	Cruzeiro do Sul - AC	Sim	Portaria nº 921/2018

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

UNIDADE DE TECNOLOGIA DE ALIMENTOS

Criada em 11 de março de 1985, a Utal é unidade integradora, diretamente vinculada à Reitoria, prestando suporte ao ensino e à pesquisa junto aos cursos de graduação e pós-graduação desta IFES, bem como à extensão universitária. Além disto, disponibiliza serviços técnico-especializados em análise microbiológica e físico-química de água e alimentos.

Nesse sentido, a Utal busca priorizar o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e a difusão de conhecimentos técnico-científicos no âmbito da tecnologia e do controle de qualidade em água e alimentos, contribuindo para a segurança alimentar, a qualidade de vida e o desenvolvimento da agroindústria no Estado do Acre.

Dentre as atividades desenvolvidas, podemos destacar as análises de parâmetros físicos, físico-químicos, químicos e microbiológicos via prestação de serviços técnico-especializados no controle de qualidade de água, das fontes de água mineral e de poços, as análises de águas e efluentes em atenção a solicitações do Ministério Público Estadual, Instituto de Meio Ambiente do Estado do Acre, Secretarias de Meio Ambiente, Fundação de Tecnologia do Estado do Acre, Fundação Nacional de Saúde e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e as análises de frutos, farinhas, alimentos em geral para apoios aos projetos de iniciação científica, trabalhos de conclusão de curso, estágios curriculares, dissertações de mestrado e teses de doutorado da instituição e de outras dentro e fora do estado.

Apoio às Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão	
Atividades de Ensino	Quantidade
Estágio curricular supervisionado, estágio extracurricular, visita técnica e aula prática	9
Atividades de Pesquisa e Extensão	Quantidade
Temas relacionados a módulos de saneamento básico e análises de qualidade da água potável em comunidades rurais, análise microbiológica de alfaces <i>in natura</i> comercializados em Rio Branco e inclusão do farelo de bolacha na alimentação de frangos de corte	4

Fonte: Unidade de Tecnologia de Alimentos.

Análises Laboratoriais	
Laboratório de Microbiologia	Quantidade
Análise de parâmetros em águas e alimentos com emissão de laudos de controle de qualidade	1.574
Laboratório de Análises Físico-Químicas	Quantidade
Análise de parâmetros em águas e alimentos com emissão de laudos de controle de qualidade	943

Fonte: Unidade de Tecnologia de Alimentos.

Além de fornecer apoio técnico-científico aos cursos de graduação e pós-graduação da Ufac, a Utal também realiza, com regularidade, análises de parâmetros físico-químicos e microbiológicos em águas, alimentos e efluentes com emissão de laudos de controle de qualidade para a comunidade externa, seja pessoa física ou empresas, tais como Água Mineral Monte Mário, frigoríficos, laticínios, supermercados entre outras.

EDITORA UNIVERSITÁRIA

Criada em 22 de dezembro de 2003, a Edufac é um órgão suplementar da Ufac, sendo diretamente vinculada à Reitoria. A editoração de trabalhos no interior da academia constitui uma das ações primordiais no estímulo à produção do conhecimento científico. Possui mais de 200 títulos publicados em diversas mídias, impressas e digitais, além de revistas eletrônicas, disponibilizados para consulta de forma gratuita. Investida da missão de difundir conhecimentos e estimular a produção, a Edufac realiza lançamentos e exposições de seus títulos, promove cursos de capacitação e atua na divulgação e distribuição de livros, dando maior visibilidade à comunidade em geral. Dentre suas atividades estão o registro de títulos (ISBN e ISSN), pareceres técnicos e revisões ortográficas, diagramações, construções de capas e banners de divulgações, lançamento e distribuição dos títulos que publica, entre outros serviços.

Produção	Quantidade
Livros publicados	17
Livros em fase de editoração	15
Distribuição	Quantidade
Doações de exemplares	1.003

Fonte: Editora Universitária.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

BIBLIOTECA CENTRAL

A Ufac possui 01 biblioteca central no Campus Sede, 01 biblioteca setorial no Campus Floresta, 04 bibliotecas setoriais nos núcleos dos municípios de Brasília, Feijó, Sena Madureira, Tarauacá e Xapuri (em fase de implantação) e 01 biblioteca escolar no Colégio de Aplicação, em Rio Branco.

Denominada 'Biblioteca Central Prof. Ruy Alberto Costa Lins', foi criada no ano de 1964 e é órgão suplementar vinculado à Reitoria nos termos do Estatuto e Regimento Geral da Ufac.

O objetivo das bibliotecas universitárias, assim como da biblioteca escolar, é oferecer suporte bibliográfico e físico para estudantes, professores e servidores para que possam realizar suas pesquisas com qualidade, além de fomentar o saber com acervos atualizados, bibliografias em formato físico ou virtual e ambientes propícios para estudo.

Compete à Biblioteca Central solicitar, registrar, selecionar, tratar tecnicamente, organizar e disponibilizar as informações e serviços para atender às necessidades dos programas de ensino, pesquisa e extensão da universidade.

Dentre os serviços oferecidos, podemos destacar o acesso ao portal da CAPES, consultas ao acervo presencial e online, empréstimo domiciliar, biblioteca virtual, orientações em referências bibliográficas e trabalhos acadêmicos.

Títulos	Campus Sede		Campus Floresta	
	Títulos	Exemplares	Títulos	Exemplares
Livros	67.726	135.280	5.141	27.370
Periódicos	23.610	23.610	3	3
Teses	341	421	8	8
Dissertações	278	341	2	2
Monografias	1.133	1.242	353	353
Folhetos	1.755	1.755	46	46
CD-ROM	192	749	35	106
Total	95.035	163.398	5.588	27.888

Fonte: Biblioteca Central.

Curso	Livros Comprados		
	Títulos	Exemplares	Valor (R\$)
Medicina	56	1.165	R\$ 182.900,11
História	64	1.892	R\$ 75.379,24
Enfermagem	173	2.465	R\$ 244.428,64
Letras Português (CZS)	40	1.195	R\$ 49.734,96
Geografia	2	99	R\$ 4.365,99
Outros	83	1.312	R\$ 131.898,78
Total	418	8.128	R\$ 688.707,72

Fonte: Biblioteca Central.

Tipo	Trabalhos Acadêmicos Recebidos	
	Títulos	Exemplares
Monografias	21	21
Teses	9	9
Dissertações	76	76
Total	106	106

Fonte: Biblioteca Central.

Usuários da Biblioteca	Campus Sede		Campus Floresta	
	Empréstimos	Renovações	Empréstimos	Renovações
Alunos de Graduação	33.707	11.306	14.311	1.955
Alunos de Pós-Graduação	1.733	412	336	68
Docentes	1.393	1.744	740	136
Técnicos Administrativos	374	56	56	15
Comunidade	54	0	27	0
Total	37.261	13.518	15.470	2.174

Fonte: Biblioteca Central.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

ASSESSORIA DE COOPERAÇÃO INTERINSTITUCIONAL

Unidade administrativa vinculada à Reitoria, que possui a competência de formalizar a cooperação com instituições e entidades municipais, estaduais, nacionais, internacionais, públicas e privadas, em busca de implementação conjunta de programas, projetos e capacitações, para o intercâmbio de informações científicas e tecnológicas, envolvendo as diversas áreas do conhecimento humano, de modo a contribuir para o desenvolvimento econômico, social, cultural e institucional do estado.

A Ufac mantém e amplia parcerias com grupos de renomes nacionais e internacionais, como o Grupo Coimbra, Associação das Universidades de Língua Portuguesa, Portal Universia, Banco Santander e demais entidades e organizações que possibilitem o processo de compartilhamento de conhecimentos teóricos e práticos. Além destas, participa ativamente dos eventos anuais do Fórum das Assessorias das Universidades Brasileiras para Assuntos Internacionais (FAUBAI), no sentido de informar às unidades internas sobre os projetos e programas estratégicos no campo da cooperação entre as universidades e grupos interuniversitários nacionais e globais.

Convênios Firmados				
Acordos de Cooperação Técnica Nacionais	Acordos de Cooperação Técnica Internacionais	Termos Aditivos de Acordos de Cooperação Nacional	Protocolos de Intenções Nacionais	Protocolos de Intenções Internacionais
5	3	2	4	2

Fonte: ACI.

Em relação aos projetos em andamento, vale citar o projeto **apoio às ações de cursos e programas de formação educacional com vista à internacionalização da Universidade Federal do Acre**, cuja proposta é de proporcionar a capacitação de recursos humanos em ações acadêmicas e técnica-científica para docentes e discentes vinculados à Ufac por meio de intercâmbio e mobilidade internacional, fortalecimento das ações da graduação e pós-graduação e pesquisa, por meio das atividades de pesquisa em laboratórios renomados internacionalmente, articulando redes de pesquisadores e parcerias interinstitucionais.

COLÉGIO DE APLICAÇÃO

Criado em 1981, atende aos cursos de licenciatura da Ufac desde sua criação como campo de estágio para desenvolvimento de prática de ensino e aproximação dos sistemas de Ensino Básico e Superior.

Área	Matriculados	Concluintes
Educação Infantil	25	24
Ensino Fundamental I	128	127
Ensino Fundamental II	217	212
Ensino Médio	161	142
Total	531	505

Projetos de Extensão	15
Projetos de Ensino	23
Projetos de Pesquisa	15
Estagiários Atendidos	137
Bolsistas Pró Docentes	16
Bolsistas PIBID	3
Bolsistas PIBIC	8
Bolsistas PET	4
Bolsistas PIBIC Jr	4

Fonte: Colégio de Aplicação.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

PARQUE ZOOBOTÂNICO

O PZ é um órgão integrador de apoio ao ensino, pesquisa e extensão. Com uma área de 115 ha, é o maior fragmento florestal contínuo da área urbana do município de Rio Branco, sendo portador de uma rica flora e fauna nos ambientes terrestres e aquáticos. É um espaço ímpar de conservação da natureza pois abriga inúmeras espécies representativas da fauna e flora regional, assim como espécies de valor especial para a conservação, como estabelecido pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), tais como espécies raras, novas para a ciência, de distribuição restrita, ameaçadas, vulneráveis ou recentemente descritas.

O Parque Zoobotânico possui em seu interior o Experimento Arboreto, um experimento pioneiro em recuperação de áreas degradadas de quatro décadas de idade, envolvendo mais de 130 espécies florestais. Também conta com a existência de um meliponário didático, com enxames de quatro espécies de abelhas nativas (sem ferrão) distribuídos em seu espaço natural.

Em 2019, foi realizado o desenvolvimento de 30 projetos, orientação de 35 alunos de graduação e pós-graduação, produção de 60 publicações e participação em 5 bancas de defesa de monografia e dissertação. No tocante a disciplinas apoiadas, foram 10 em quatro cursos de graduação e 1 disciplina em um curso de pós-graduação. Quanto às atividades de extensão, são aqui reportadas a promoção de 20 ações e/ou eventos. Além disso, foram coletadas cerca de 75 mil sementes para produção de mudas e em torno de 30 kg de sementes para realização de pesquisas em laboratório, foram produzidas 25 mil mudas e conduzidas em torno de 1.100 pessoas em visitas orientadas à trilha e aos diferentes setores do PZ.

Tipo de Projeto	Quantidade
PIBIC	11
PIVIC	5
Mestrado	4
Pesquisa Institucional	3
Estágio Supervisionado	2
Estágio Voluntário	2
Extensão	2
Monografia	1
Total	30

Tipo de Orientação	Quantidade
Estágio Supervisionado	10
Estágio Voluntário	3
PIBIC	8
PIVIC	2
Dissertação	9
Monografia	3
Total	35

Fonte: PZ.

Tipo de Produção	Quantidade
Artigo em Jornal	34
Resumo em Anais	17
Artigo Científico	3
Resumo Expandido em Anais	3
Artigo em Anais	2
Manual	1
Total	60

Público-alvo	Quantidade
Ensino Superior	340
Ensino Fundamental	296
Ensino Técnico	204
Ensino Médio	94
Ensino Especial	64
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	49
Centro de Idosos	40
Turistas	15
Parlamentares	5
Total	1.107

Fonte: PZ.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

NÚCLEO DE INTERIORIZAÇÃO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

O NIEAD é um órgão de apoio acadêmico diretamente vinculado à Reitoria, tendo como finalidade executar as políticas e diretrizes de Educação a distância no âmbito da Universidade Aberta do Brasil - UAB, além de apoiar o desenvolvimento de ações dessa modalidade de ensino no âmbito da Ufac.

No estado do Acre, são 8 polos presenciais que são administrados pela Secretaria de Estado de Educação, e um administrado pela prefeitura de Porto Walter. Tais polos estão localizados na capital, Rio Branco, e nos municípios de Acrelândia, Xapuri, Brasília, Sena Madureira, Feijó, Tarauacá, Cruzeiro do Sul e Porto Walter.

As ações para implantação da educação a distância tiveram início em 2005, ocasião em que havia uma forte demanda por cursos superiores em todo o estado do Acre. Em dezembro de 2006, a oferta da modalidade de educação a distância foi institucionalizada com a criação do Niead, por meio da Resolução nº 22, do Conselho Universitário. A primeira oferta de curso superior na modalidade a distância pela Ufac veio a se concretizar em julho de 2017, quando foi ofertado o curso de licenciatura em matemática para 187 estudantes das cidades de Acrelândia, Xapuri, Sena Madureira e Rio Branco.

As licenciaturas em matemática e física e as especializações em ensino de matemática e educação de jovens e adultos, totalizando uma oferta de 730 vagas, estão aprovadas para serem oferecidas ao público acreano, principalmente à comunidade dos municípios do estado.

Através do Edital nº 05/2018, a Ufac teve 4 cursos aprovados pela CAPES, que estão previstos para iniciar suas atividades em 2020, caso seja feito o repasse de custeio destinado ao desenvolvimento das atividades nos municípios pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível.

O Núcleo previa a criação e implementação dos seguintes cursos na modalidade EaD: Licenciatura em Matemática, Ciências Biológicas, Física, Química e Pedagogia, no entanto somente 2 cursos tiveram êxito. A implementação dos cursos precisa ser chancelada por outros setores da Universidade, principalmente os Centros, ou seja, é necessário que outros setores realizem os planejamentos de cursos que, administrativamente, serão gerenciados pelo NIEAD.

GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS

A gestão da frota é realizada pela própria coordenadoria de transportes, constituída por técnicos-administrativos do quadro efetivo da instituição. Os procedimentos utilizados no atendimento das demandas obedecem os critérios estabelecidos na Resolução 20, de 29 de junho de 2010, do Conselho Universitário.

Frota de Veículos	2017	2018	2019
Caminhonete	17	17	17
Carro de passeio	13	13	18
Micro-ônibus/Van	6	6	5
Ônibus	5	5	1
Trator	4	4	4
Caminhão	3	3	3
Pick-up	3	3	-
Furgão	1	1	-
Total	52	52	48

Fonte: PREFCAM.

Política de destinação de veículos

Os veículos classificados como inservíveis, mediante análise do desempenho e custo de manutenção, são destinados ao procedimento de leilão.

Plano de aquisição de veículos

Vem sendo construído juntamente com o Mapa de Desempenho e Manutenção da Frota

Controle de eficiência

Estes seguem as diretrizes da Resolução de Transportes e do MPOG, através de ferramentas como o Controle de Tráfego e Circulação dos Veículos, além das ferramentas/relatórios disponibilizados pela plataforma contratada para gerenciamento e controle de aquisição e combustíveis e manutenção.



Anexos





MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2019	PERÍODO Anual
EMISSION 18/02/2020	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26275 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
Receitas Orçamentárias	1.477.870,20	983.925,97	Despesas Orçamentárias	373.475.047,08	369.076.042,87
Ordinárias	-	-	Ordinárias	309.188.416,40	292.732.926,00
Vinculadas	1.526.077,52	999.192,63	Vinculadas	64.286.630,68	76.343.116,87
Educação	10.375,29	964,00	Educação	4.237.660,83	709.383,23
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	-	6.701.240,95
Outros Recursos Vinculados a Fundos, órgãos e Programas	1.515.702,23	998.228,63	Previdência Social (RPPS)	54.765.671,76	46.646.363,16
Recursos a Classificar	-	-	Receitas Financeiras	2.639.492,07	3.299.999,51
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-48.207,32	-15.266,66	Operação de Crédito	-	4.361.000,00
			Outros Recursos Vinculados a Fundos, órgãos e Programas	2.643.806,02	11.648.786,20
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	2.976.343,82
			Recursos a Classificar	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	383.924.319,15	345.462.197,40	Transferências Financeiras Concedidas	729.187,98	7.967.470,39
Resultantes da Execução Orçamentária	347.069.688,65	320.187.130,88	Resultantes da Execução Orçamentária	20.962,68	8.253,48
Repasse Recebido	347.069.688,65	320.187.130,88	Repasse Concedido	20.962,68	6.365,22
Independentes da Execução Orçamentária	36.854.630,50	25.275.066,52	Repasse Devolvido	-	1.888,26
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	36.085.680,94	24.056.900,71	Independentes da Execução Orçamentária	708.225,30	7.959.216,91
Movimentação de Saldos Patrimoniais	768.949,56	1.218.165,81	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	423.967,29	3.537.553,92
Aporte ao RPPS	-	-	Demais Transferências Concedidas	9.902,70	3.360.409,08
Aporte ao RGPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	274.355,31	1.061.253,91
			Aporte ao RPPS	-	-
			Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	45.966.262,87	64.575.274,70	Pagamentos Extraorçamentários	53.735.417,45	24.938.204,72
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	24.188.611,76	23.365.600,44	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	23.630.745,74	1.250.088,97
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	20.183.053,53	39.717.808,92	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	28.752.054,26	23.212.541,65
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.362.348,12	431.575,43	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.352.617,45	474.689,88
Outros Recebimentos Extraorçamentários	232.249,46	1.060.289,91	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	884,22
Arrecadação de Outra Unidade	215.867,70	1.060.289,91	Demais Pagamentos	-	884,22
Demais Recebimentos	16.381,76	-			
Saldo do Exercício Anterior	24.611.692,57	15.572.012,48	Saldo para o Exercício Seguinte	28.040.492,28	24.611.692,57
Caixa e Equivalentes de Caixa	24.611.692,57	15.572.012,48	Caixa e Equivalentes de Caixa	28.040.492,28	24.611.692,57
TOTAL	455.980.144,79	426.593.410,55	TOTAL	455.980.144,79	426.593.410,55



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2019 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 18/02/2020 PAGINA 1

SUBTÍTULO 26275 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - FUNDAÇÃO

ORÇAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	996.230,00	996.230,00	1.477.870,20	481.640,20
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	293.604,00	293.604,00	183.294,44	-110.309,56
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	293.604,00	293.604,00	181.755,33	-111.848,67
Valores Mobiliários	-	-	1.539,11	1.539,11
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	692.772,00	692.772,00	1.259.419,77	566.647,77
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	692.772,00	692.772,00	1.259.419,77	566.647,77
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	9.854,00	9.854,00	35.155,99	25.301,99
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	9.854,00	9.854,00	35.155,99	25.301,99
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2019 PERIODO Anual

EMISSAO 18/02/2020 PAGINA 2

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26275 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	996.230,00	996.230,00	1.477.870,20	481.640,20
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	996.230,00	996.230,00	1.477.870,20	481.640,20
DEFICIT	-	-	371.997.176,88	371.997.176,88
TOTAL	996.230,00	996.230,00	373.475.047,08	372.478.817,08
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	332.643.746,00	365.459.250,00	362.765.789,63	352.207.106,82	328.111.517,76	2.693.460,37
Pessoal e Encargos Sociais	273.730.689,00	306.831.244,00	300.173.284,50	299.574.827,94	277.439.656,99	6.657.959,50
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	58.913.057,00	58.628.006,00	62.592.505,13	52.632.278,88	50.671.860,77	-3.964.499,13
DESPESAS DE CAPITAL	11.241.364,00	8.466.623,00	10.709.257,45	1.084.886,73	991.864,03	-2.242.634,45
Investimentos	11.241.364,00	8.466.623,00	10.709.257,45	1.084.886,73	991.864,03	-2.242.634,45
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	343.885.110,00	373.925.873,00	373.475.047,08	353.291.993,55	329.103.381,79	450.825,92
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2019	PERÍODO Anual
EMISSÃO 18/02/2020	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26275 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

DESPEZA						
DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPEAS EMPENHADAS	DESPEAS LIQUIDADAS	DESPEAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	343.885.110,00	373.925.873,00	373.475.047,08	353.291.993,55	329.103.381,79	450.825,92
TOTAL	343.885.110,00	373.925.873,00	373.475.047,08	353.291.993,55	329.103.381,79	450.825,92

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPEAS CORRENTES	4.717.993,22	18.707.392,70	11.675.852,96	10.941.914,85	8.074.044,26	4.409.426,81
Pessoal e Encargos Sociais	-	4.161.320,94	18.564,05	18.564,05	4.142.756,89	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	4.717.993,22	14.546.071,76	11.657.288,91	10.923.350,80	3.931.287,37	4.409.426,81
DESPEAS DE CAPITAL	9.714.907,51	21.010.416,22	19.882.335,05	17.810.139,41	4.870.164,71	8.045.019,61
Investimentos	9.714.907,51	21.010.416,22	19.882.335,05	17.810.139,41	4.870.164,71	8.045.019,61
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	14.432.900,73	39.717.808,92	31.558.188,01	28.752.054,26	12.944.208,97	12.454.446,42

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPEAS CORRENTES	22.651,35	22.554.055,60	22.555.095,25	17.633,94	3.977,76
Pessoal e Encargos Sociais	-	20.432.054,28	20.432.054,28	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	22.651,35	2.122.001,32	2.123.040,97	17.633,94	3.977,76
DESPEAS DE CAPITAL	1.010.643,20	1.075.650,49	1.075.650,49	-	1.010.643,20
Investimentos	1.010.643,20	1.075.650,49	1.075.650,49	-	1.010.643,20
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	1.033.294,55	23.629.706,09	23.630.745,74	17.633,94	1.014.620,96



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

EXERCÍCIO 2019 PERÍODO Anual

EMISSÃO 18/02/2020 PÁGINA 1

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26275 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ATIVO CIRCULANTE	30.177.678,21	26.183.587,79	PASSIVO CIRCULANTE	48.342.620,93	25.082.650,64
Caixa e Equivalentes de Caixa	28.040.492,28	24.611.692,57	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	20.401.055,39	18.867.510,13
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	1.081.690,23	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	3.542.763,20	2.869.454,69
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	1.055.495,70	1.571.895,22	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	24.398.802,34	3.345.685,82
ATIVO NÃO CIRCULANTE	319.578.278,17	301.149.547,72	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	48.342.620,93	25.082.650,64
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Capital	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Imobilizado	319.288.247,49	300.859.517,04	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	100.472.439,54	94.308.206,50	Demais Reservas	-	-
Bens Móveis	100.472.439,54	94.308.206,50	Resultados Acumulados	301.413.335,45	302.250.484,87
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-	-	Resultado do Exercício	-837.149,42	880.395,19
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	302.250.484,87	282.927.712,78
Bens Imóveis	218.815.807,95	206.551.310,54	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Bens Imóveis	225.429.068,81	210.607.080,07	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	301.413.335,45	302.250.484,87
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-6.613.260,86	-4.055.769,53			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	290.030,68	290.030,68			
Softwares	290.030,68	290.030,68			
Softwares	382.010,68	382.010,68			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-91.980,00	-91.980,00			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2019

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
18/02/2020

PÁGINA
2

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26275 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	349.755.956,38	327.333.135,51	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	349.755.956,38	327.333.135,51

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ATIVO FINANCEIRO	28.040.492,28	24.611.692,57	PASSIVO FINANCEIRO	57.886.495,10	78.833.360,29
ATIVO PERMANENTE	321.715.464,10	302.721.442,94	PASSIVO PERMANENTE	20.287.492,03	400.000,00
			SALDO PATRIMONIAL	271.581.969,25	248.099.775,22

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	13.622.709,63	23.413.924,65	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	52.276.904,69	47.811.478,75
Execução dos Atos Potenciais Ativos	13.622.709,63	23.413.924,65	Execução dos Atos Potenciais Passivos	52.276.904,69	47.811.478,75
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	13.532.709,63	23.323.924,65	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	4.521.512,46	741.114,37
Direitos Contratuais a Executar	90.000,00	90.000,00	Obrigações Contratuais a Executar	47.755.392,23	47.070.364,38
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	13.622.709,63	23.413.924,65	TOTAL	52.276.904,69	47.811.478,75

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-21.144.615,55
Recursos Vinculados	-8.701.387,27
Educação	-3.144.088,08
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-570.068,68
Previdência Social (RPPS)	-
Receitas Financeiras	-4.165.995,07
Operação de Crédito	-715.028,57
Outros Recursos Vinculados a Fundos, órgãos e Prog	-106.206,87
TOTAL	-29.846.002,82



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2019 PERÍODO Anual

TITULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSAO 18/02/2020

PAGINA 1

SUBTITULO 26275 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - FUNDAÇÃO

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2019	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	23.306.453,64	24.356.923,74
INGRESSOS	386.996.786,93	347.937.988,71
Receitas Derivadas e Originárias	1.477.870,20	983.925,97
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	181.755,33	260.441,04
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	1.259.419,77	576.016,40
Remuneração das Disponibilidades	1.539,11	3.929,88
Outras Receitas Derivadas e Originárias	35.155,99	143.538,65
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	385.518.916,73	346.954.062,74
Ingressos Extraorçamentários	1.362.348,12	431.575,43
Transferências Financeiras Recebidas	383.924.319,15	345.462.197,40
Arrecadação de Outra Unidade	215.867,70	1.060.289,91
Demais Recebimentos	16.381,76	-
DESEMBOLSOS	-363.690.333,29	-323.581.064,97
Pessoal e Demais Despesas	-323.809.552,99	-280.239.464,96
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-79.364.254,70	-64.800.508,88
Saúde	-73.998,00	-
Trabalho	-	-
Educação	-244.115.597,49	-215.233.122,57
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-3.626,60
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2019 PERÍODO Anual

EMISSÃO 18/02/2020 PAGINA 2

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 26275 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - FUNDAÇÃO

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2019	2018
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-255.702,80	-192.000,00
Encargos Especiais	-	-10.206,91
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-37.798.974,87	-34.898.555,52
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-37.736.475,62	-34.842.293,29
Outras Transferências Concedidas	-62.499,25	-56.262,23
Outros Desembolsos Operacionais	-2.081.805,43	-8.443.044,49
Dispêndios Extraorçamentários	-1.352.617,45	-474.689,88
Transferências Financeiras Concedidas	-729.187,98	-7.967.470,39
Demais Pagamentos	-	-884,22
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-19.877.653,93	-15.317.243,65
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-19.877.653,93	-15.317.243,65
Aquisição de Ativo Não Circulante	-19.484.479,60	-15.027.212,97
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-393.174,33	-290.030,68
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2019	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSÃO 18/02/2020	PÁGINA 3
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	26275 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - FUNDAÇÃO
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2019	2018
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.428.799,71	9.039.680,09
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	24.611.692,57	15.572.012,48
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	28.040.492,28	24.611.692,57



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2019 PERÍODO DEZ(Encerrado)

TÍTULO DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 27/02/2020 PAGINA 1

SUBTÍTULO 26275 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - FUNDAÇÃO

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2018	-	-	-	-	-	282.927.712,78	-	-	282.927.712,78
Varição Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	18.442.376,90	-	-	18.442.376,90
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	880.395,19	-	-	880.395,19
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2018	-	-	-	-	-	302.250.484,87	-	-	302.250.484,87

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2019	-	-	-	-	-	302.250.484,87	-	-	302.250.484,87
Varição Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-837.149,42	-	-	-837.149,42
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2019	-	-	-	-	-	301.413.335,45	-	-	301.413.335,45



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2019 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 18/02/2020

PAGINA 1

SUBTÍTULO 26275 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - FUNDAÇÃO

ORÇAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2019	2018
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	419.135.271,13	347.839.995,71
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.441.270,10	849.298,54
Venda de Mercadorias	725,00	425,00
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.440.545,10	848.873,54
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.539,23	3.929,88
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	1.539,23	3.929,88
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	383.924.319,15	345.462.197,40
Transferências Intragovernamentais	383.924.319,15	345.462.197,40
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	33.517.118,96	320.741,33
Reavaliação de Ativos	19.000,00	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	5.700,00	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	33.492.418,96	320.741,33
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	251.023,69	1.203.828,56
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2019

PERÍODO
Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 26275 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - FUNDAÇÃO

EMISSÃO
18/02/2020

PAGINA
2

ORÇAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2019	2018
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	251.023,69	1.203.828,56
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	419.972.420,55	346.959.600,52
Pessoal e Encargos	227.863.609,68	215.834.117,81
Remuneração a Pessoal	178.047.474,45	169.083.757,01
Encargos Patronais	37.534.617,24	35.023.847,98
Benefícios a Pessoal	11.445.556,22	11.073.635,08
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	835.961,77	652.877,74
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	84.979.950,80	71.298.362,26
Aposentadorias e Reformas	67.997.417,59	59.082.911,67
Pensões	16.875.016,33	12.098.487,19
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	107.516,88	116.963,40
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	43.313.065,53	43.386.238,88
Uso de Material de Consumo	6.617.402,21	5.708.335,93
Serviços	34.138.171,99	35.950.502,52
Depreciação, Amortização e Exaustão	2.557.491,33	1.727.400,43
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	127.643,61	102.414,31
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	127.548,61	89.573,21
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	95,00	12.841,10
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	2.007.717,52	8.451.606,84
Transferências Intragovernamentais	729.187,98	7.968.354,61
Transferências Intergovernamentais	1.251.072,29	483.252,23
Transferências a Instituições Privadas	22.787,25	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	4.670,00	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	53.167.564,74	334,80
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	53.166.724,74	-
Desincorporação de Ativos	840,00	334,80



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2019 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 18/02/2020

PÁGINA 3

SUBTÍTULO 26275 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - FUNDAÇÃO

ÓRGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2019	2018
Tributárias	71.850,23	5.419,59
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	56.468,75	190,00
Contribuições	15.381,48	5.229,59
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	8.441.018,44	7.881.106,03
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	8.362.570,76	7.809.904,39
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	78.447,68	71.201,64
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-837.149,42	880.395,19

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

	2019	2018

